

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PAULO DE TARSO MEDEIROS VALERIO

**Considerações teórico-metodológicas sobre a manifestação da
identidade étnica na Angola independente**

SÃO PAULO

2015

PAULO DE TARSO MEDEIROS VALERIO

**Considerações teórico-metodológicas sobre a manifestação da identidade étnica na
Angola independente**

Dissertação apresentada à banca
examinadora na Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas para a
obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Sociologia Política
Africana

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto de
Albuquerque Mourão

São Paulo

2015

Nome: VALERIO, Paulo de Tarso Medeiros Título: Considerações teórico-metodológicas sobre a manifestação da identidade étnica na Angola independente.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernando A. A. Mourão Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Acácio Sidnei de Almeida Instituição: PUC-SP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca Instituição: UNESP - ARAQUARA

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, que me ensinaram a amar a Humanidade e a sempre lutar por um mundo
mais justo, fraterno e igualitário.*

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução: Um mundo de identidades	9
Capítulo 1: Considerações teóricas sobre a etnicidade.....	12
Capítulo 2: Etnicidade no contexto africano.....	39
Capítulo 3: Etnicidade e contextos mobilizadores.....	52
Capítulo 4: Etnicidade em Angola.....	68
Conclusão	93
Anexo	97
Referências	98

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa concedida.

Ao professor e orientador Fernando Mourão, por todo o aprendizado e sabedoria que me proporcionou nesses últimos anos.

Ao professor Ruy Braga, pelos conselhos no aprimoramento do projeto de pesquisa.

Ao Centro de Estudos Africanos da USP, por todo apoio e suporte ao longo desses anos de pesquisa.

Ao professor Acácio Almeida, um dos grandes responsáveis pelo meu interesse científico e cultural pela África.

Aos meus colegas do Programa, pelo constante apoio e ótimas discussões.

À minha família amada - Valeria, Eduardo e Ana Luisa - a grande responsável pela minha formação e paixão por livros e conhecimento.

À minha querida e admirada prima Renata, que tão gentilmente me ajudou a revisar o trabalho e, como a acadêmica da família, sempre me inspirou e incentivou a seguir a carreira.

RESUMO

Essa dissertação de Mestrado propõe considerações teórico-metodológicas para a análise da manifestação da identidade étnica em Angola. Ela refuta as teorias primordialistas e suas metodologias de pesquisa de campo e considera as teorias mobilizacionistas e instrumentalistas as mais capazes de explicar o fenômeno étnico e identitário em suas múltiplas manifestações contemporâneas. No entanto, não desconsidera a dimensão subjetiva e emocional da identidade. Trabalha alguns conceitos fundamentais para o estudo das sociedades africanas, como situação colonial e descolonização, e expõe três cenários que afetam na manifestação da identidade étnica: competição política, urbanização e guerra civil. Por fim, sustenta a hipótese de que a identidade étnica é a categorização identitária são fenômenos muito presentes da sociedade e política angolanas desde a independência.

ABSTRACT

The present Master's degree dissertation proposes theoretical and methodological considerations for the analyse of ethnical identity manifestation in Africa. It refuses the primordialist theories and its methodologies and consideres the mobilizationist and instrumentalist theories more capable of explaining the ethnical and identitary phenomenon in its many contemporary manifestations. It doesn't ignores though the subjective and emotional dimension of ethnicity. It works a few elementary concepts to the approach to african societies, as colonial situations and decolonization, and it exposes three scenarios which affects the ethnical identity manifestation: political competition, urbanization and civil war. Finally, it holds the hypothesis that ethnic identitty and identitary categorization are very present phenomenons at Angola's politics and society since the independence period.

Introdução

Um mundo de identidades

A globalização trouxe, para o campo sociopolítico, novos fenômenos e novas faces de antigos processos. Questões, que há muito se pensava terem sido resolvidas ou ultrapassadas, voltam, para o campo político, revigoradas, desafiando a capacidade analítica de políticos, tomadores de decisões e cientistas sociais. Um destes “novos antigos fenômenos” é a etnicidade, questão que retorna ao debate associada a diversos processos diferentes das sociedades contemporâneas, como migrações, regionalismos e separatismo, guerras civis e guerrilhas, disputas eleitorais, movimentos sociais, entre outros. Etnicidade não é uma preocupação local ou específica de determinado país ou região. Ela está presente em todos os continentes: no debate dos imigrantes que ocupam as periferias das grandes cidades americanas, nas reivindicações de minorias etnolinguísticas na Europa que assumem engajamento separatista, nas políticas indígenas em países como a Bolívia e Equador, que colocam a questão étnica como pauta central da atuação política do Executivo, nas duríssimas tensões entre grupos étnicos espalhados por toda China e o Partido Comunista Chinês e, em especial, em toda história do continente africano, especialmente no cenário político dos Estados pós-coloniais.

A etnicidade tem papel fundamental na construção dos Estados Nacionais. Ela está sempre presente nas dinâmicas sociais, ora em estado latente, ora exacerbada. Mas não como algo essencial, fixo, estável. Desta forma, esta pesquisa de mestrado toma partido no debate teórico da etnicidade, a fim de utilizar determinado repertório para a análise de processos sociais da sociedade angolana. Este repertório provém das ciências sociais anglo-saxônicas, em especial das contribuições do antropólogo inglês Frederick Barth na década de 60 e do sociólogo Abner Cohen. A linhagem de Barth, formalizada pelo texto clássico *Grupos étnicos e suas fronteiras*, fornece ao cientista social uma série de novos aparatos analíticos, propiciando novas e fundamentais leituras de fenômenos ditos étnicos. Sua noção de etnicidade, aprimorada por intelectuais que o sucederam, consiste não em atestar a existência de grupos étnicos, buscando fundar o pluralismo étnico como modelo de organização sociopolítica, mas, sim, investigar as modalidades e propósitos pelos quais uma concepção identitária étnica (acompanhada de uma leitura de mundo específica) é tornada pertinente para os atores em determinado campo político (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). Acreditamos que este direcionamento de investigação, proporcionado por Barth e seus sucessores, possibilite-nos compreender, no caso de Angola, como se dá a manifestação da identidade étnica, não com o intuito de atribuir ao caso angolano um caráter de conflito étnico, mas com o objetivo

de entender como se expressa a categorização identitária étnica e como, quando e porque se dá sua utilização por parte dos atores que compõem a sociedade contemporânea.

Este primeiro capítulo buscará, portanto, detalhar o aparato teórico sobre etnicidade a ser usado nesta investigação científica de Mestrado, buscando as origens do pensamento de Barth na sociologia clássica – na concepção de Max Weber, fundamentalmente – transportando as inovações trazidas pelo antropólogo inglês e seus contemporâneos. Cohen e Brass ganham destaque, e Manuel Carneiro contribui com a dimensão subjetiva da etnicidade e sua relação com a cultura. Será buscado também, na teoria de *Os Estabelecidos e os Outsiders*, apoio teórico para essas teorias, finalizando o capítulo com considerações metodológicas que nos proporcionarão a análise do caso concreto angolano.

O capítulo dois busca trazer considerações teóricas e metodológicas sobre a análise sociológica de objeto no continente africano, trazendo conceitos fundamentais como “situação colonial” e descolonização, seguido de discussões teóricas sobre o tribalismo em Lancine Sylla e, por fim, conceitos de processos específicos que Patrick Chabal chama de “política de “ser”.

Delimitado o aparato teórico conceitual e metodológico da etnicidade no primeiro capítulo, e as considerações que devem ser levadas em conta em estudos da etnicidade no continente africano, o terceiro capítulo traz três conjunturas em que se acredita que a etnicidade se manifesta: na competição política, nas dinâmicas das grandes cidades decorrentes dos processos crescente de migração e urbanização, e nas guerras civis.

O quarto e último capítulo foca a etnicidade no caso de Angola, buscando em sua história e nas autoridades tradicionais, indicadores de formas de manifestação da identidade étnica. As considerações teóricas e metodológicas dessa dissertação buscam servir de ponto de partida para uma pesquisa de doutorado que trabalhe com o aparato conceitual e aplique-o em uma pesquisa de campo, confirmando a validade da concepção instrumentalista e mobilizacionistas para a análise de fenômenos identitários contemporâneos.

Capítulo 1:

Considerações teóricas sobre a etnicidade

O termo *ethnicity*, nas ciências sociais, aparece pela primeira vez na língua inglesa na década de 1940, designando simplesmente a pertença a um grupo não anglo-americano. W. L. Warner coloca etnicidade como uma das características que modifica o sistema social, assim como idade, sexo e a religião, e Hugues acentua o “poder de nomear” como fator marcante dessa noção. No entanto, seriam I. Wallerstein e M. Gordon os teóricos a utilizar, analisando contextos muito diferentes (a África do Oeste para o primeiro e a sociedade americana para os segundo) a etnicidade não como pertença étnica, mas sim como os sentimentos que lhe estão associados: *sense of peoplehood*, ou seja, o sentimento compartilhado por membros de um subgrupo no interior das fronteiras nacionais americanas de fazer parte de um povo; e *feeling of loyalty*, sentimento manifestado pelos africanos destribalizados em relação aos novos grupos étnicos no meio urbano (*Ibid.*). O conceito ganha força com a emergência de conflitos e reivindicações qualificadas como étnicas, no final da década de 1960, como os separatismos europeus, conflitos linguísticos, crises de nacionalidade e a questão do tribalismo, que será destacada mais a diante. O conceito conquista espaço no meio acadêmico por tentar compreender o que todos esses fenômenos de competição e conflito em nome da pertença étnica – que aconteciam em sociedades culturalmente heterogêneas, mas também homogêneas, como a França e a Grã-Bretanha – tinham em comum. O empenho era em identificar o que havia surgido de novo que fazia da pertença étnica uma “realidade onipresente” no mundo contemporâneo. (COHEN *apud*. POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011. p. 25).

A categoria étnica ganhou tamanho espaço que, para alguns atores, passou a competir com a classe como categoria de diferenciação social. Brass vê a etnicidade como uma forma de identificação alternativa da consciência de classe e Glazer & Moynihan coloca a etnicidade como categoria social igualmente importante para a análise do século, como o foi a classe para o século anterior. (*Ibid.*)

Outros autores buscaram destacar o caráter universalista do termo, associando-o a produtos da modernidade, como o desenvolvimento econômico, a expansão do capitalismo ou a construção e consolidação de Estado-Nações. De todas essas formas, a etnicidade é vista como um fenômeno intrínseco ao mundo contemporâneo. O aumento da interação social e dos contatos, frutos da globalização, que antes eram creditados como fator de assimilação e uniformização, passou a ganhar o aspecto de fator que facilita o surgimento de identidades particularistas. Para autores como Connor, o aumento das interações foi visto por grupos como ameaça à sobrevivência de suas tradições e cultura, incentivando-os, assim, a procurar

formas de resistência a esse processo homogeneizador. (*Ibid*). Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, essa revisão do conceito de etnicidade significou um novo paradigma do campo das ciências sociais, pois:

(...) ultrapassam em muito o objeto étnico para alimentar uma revisão dos paradigmas anteriores, especialmente os das teorias da modernização, (...) e na série de oposições implicadas por ela entre afetividade e racionalidade, particularismo e universalismo, ascription e achievement. A constatação da importância atribuída aos liames étnicos nas sociedades modernas traz um desmentido radical à tese convencional do “eclipse da comunidade” sob a tripla ação da urbanização, de industrialização e da burocratização. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.30).

O ponto central da discussão está no questionamento, ou mais especificamente, na desconstrução do caráter pretensamente estável e homogêneo das pertencas e solidariedades de grupo nas sociedades tradicionais. Começava-se a se criticar as tentativas de objetivação do grupo étnico. As tentativas de objetivação do grupo étnico começavam a ser criticadas.

O termo etnia era, anteriormente, muito utilizado por etnólogos como “tribo”, para se referir às sociedades “primitivas” que contrapõem ao “Estado civilizado”. Essa definição, que coloca os sentidos de etnia e tribo como semelhantes, seria o de uma categoria coletiva específica desse tipo de sociedades, cunhada por obra conjunta dos colonizadores e etnólogos profissionais. Segundo Jean-Loup Amselle:

Nesse sentido, as noções de ‘etnia’ e ‘tribo’ estão ligadas às outras distinções através das quais se opera-se a grande divisão entre antropologia e sociologia: sociedade sem história/sociedade com história, sociedade pré-industrial/sociedade industrial, comunidade/sociedade” (AMSELLE, Apud. POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011. P.55)

Todos os fatores usados para definir etnia, tais como língua, espaço, costumes, nome, descendência, história comum e consciência de grupo, apareciam em comum nas definições antropológicas de etnia, e não só nelas: esses fatores poderiam ser usados para definir nação, sociedade, cultura, Estado-nação, entre outros. Por sua imprecisão, durante muito tempo, manteve-se como um dos conceitos mais confusos do vocabulário das ciências sociais. Essa imprecisão foi se tornando cada vez mais evidente na medida em que vários antropólogos e sociólogos foram observando, na realidade da pesquisa de campo, a inadequação do conceito.

Com o desenvolvimento da etnologia, a preocupação dos etnólogos passou a ser definir uma regra de divisão do universo etnográfico que permitisse a delimitação de unidades independentes que pudessem ser submetidas a bases de amostragem e estudos comparativos. Para isso, era fundamental a delimitação de critérios, (como língua, independência econômica, etnônimo, organização política, contiguidade territorial) que se combinavam de forma diversa

dependendo dos autores, sempre buscando encontrar a unidade comum que permitisse a abordagem comparativa. Na ânsia de resolver o debate, Narrol cria o conceito de *cult-unit*, intencionado para servir de base para os estudos etnológicos comparativos, além de “definir o grupo de base portador de cultura, aquele que corresponde a uma cultura total distinta tanto de uma simples subcultura quanto de uma área cultural” (*Ibdi*. P.60). A *cult-unité* definida como:

(...) uma população que compartilha um mesmo território, que utiliza uma mesma língua (ou dialetos mutuamente compreensíveis) na esfera doméstica e que pertence ou ao mesmo Estado ou ao mesmo contactgroup. (NARROW Apud. POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011. P. 60).

O conceito de *cult-unit* foi duramente criticado e serviu para pôr em evidência os limites da análise comparativa expressa em termos quantitativos. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, três ingenuidades marcaram essas limitadas teorias. Uma das principais dificuldades expostas foi a ingenuidade de se acreditar na definição de unidade étnica por uma lista de traços (equívoco compartilhado por muitos cientistas sociais daquela época e de hoje). A segunda foi acreditar que o isolamento geográfico e social estivesse na base da diversidade étnica. A terceira ingenuidade consiste em considerar rótulo étnico, modo de vida e grupo real de pessoas como equivalentes, enquanto, era da análise da relação entre esses três fatores, que os etnólogos deveriam se incumbir (*Ibid*. P. 61 a 63).

As respostas a essas ingenuidades vieram de Barth e seus sucessores que, a partir delas, buscaram contornar as dificuldades, até então predominantes, e propuseram um novo modo de analisar a etnicidade que desse conta dos objetos tratados pela etnologia e dos novos fenômenos que, como já mencionamos, emergiam intensamente no cenário mundial. Porém, antes de entrarmos na teoria de Barth e seus seguidores, trataremos do sociólogo, cujas ideias influenciaram consideravelmente esse novo paradigma das ciências sociais: Max Weber.

Em um texto clássico de sua grande obra *Economia e Sociedade*, Weber define grupos étnicos destacando a relevância, acima de tudo, da *crença subjetiva* na comunidade de origem:

Chamaremos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças nos hábitos externos ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. (WEBER, 2012. P. 270)

Para Weber, o grupo étnico não pressupõe uma real atividade comunitária. Características distintivas e oposições de estilos de vida só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem, em seus membros, um sentimento de pertença. Interessante

observar que, para Weber, não é na posse de traços ou em uma comunidade de sangue efetiva que devemos buscar a fonte do grupo étnico, mas nas atividades de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja relevância deve ser analisada pelo valor que os indivíduos do grupo atribuem no decorrer de suas relações sociais. Sendo assim, fica claro que, para Weber, os grupos étnicos são construções sociais, formas criadas de sentido de comunidade. A identidade não é, portanto, real, objetiva, mas sim presumida. O sociólogo alemão diferencia, no entanto, grupo de parentesco de pertença étnica.

“Pertença étnica (*Gemeinsamkeit*) diferencia-se de grupo de parentesco precisamente por ser uma identidade presumida, não um grupo de ação social concreta, como o último. Em nosso sentido, pertença étnica não constitui um grupo; só facilita a formação de grupos de qualquer tipo, particularmente na esfera política.”¹(WEBER In: HUTCHINSON; SMITH, 1996)

A crença na etnicidade comum, frequentemente, delimita círculos sociais. O elemento de coesão, dentro desse círculo, é a presença de uma honra específica entre seus membros, que não é compartilhada entre os que estão fora do grupo: a honra étnica. Ela possibilita fechar o grupo em si mesmo através de uma afinidade comunitária não partilhada pelos outsiders, sendo a honra específica das massas acessível a todos os que pertencem à comunidade de origem subjetivamente compartilhada. Desta honra étnica derivam estilos de vida particulares e valores que solidificam a coesão interna do grupo, possibilitando o desprezo pelos que partilham de valores diferentes e que praticam costumes “estrangeiros”. Ademais, o grupo étnico permite que se engendrem sentimentos de afinidade entre seus integrantes, sentimento que permanece com uma conotação étnica mesmo quando o grupo se dissolve.

No entanto, não devemos ignorar os fatores que atuam na formação dos grupos étnicos. A comunidade linguística e a homogeneidade da regulamentação ritual da vida, condicionada por ideias religiosas parecidas, são, de acordo com Weber, elementos poderosos para os sentimentos de afinidade “étnica”, já que a “compreensibilidade” das ações dos outros é o pressuposto mais elementar de uma relação comunitária. (WEBER, 2012. P. 271, 272). Ademais, desempenham – e sempre desempenharam - papel significativo na afinidade étnica, segundo Weber:

(...) trajas típicos, da maneira usual de morar e alimentar-se, de dividir o trabalho entre os sexos ou entre livres e não livres – todas aquelas coisas, portanto, relativas à questão da “decência” e, sobretudo, da honra e dignidade sentidas pelos indivíduos. (Ibid. P. 272).

¹“Ethnic membership (*Gemeinsamkeit*) differs from the kinship group precisely by being a presumed identity, not a group with concrete social action, like the latter. In our sense, ethnic membership does not constitute a group; it only facilitates group formation of any kind, particularly in the political sphere.”

Essa diferenciação é fundamental para a demarcação da honra étnica, que exige, por sua vez, símbolos de pertença étnica. Essas distinções culturais são usualmente causadas por condições políticas e econômicas dos vários grupos sociais.

Sempre que uma memória de uma comunidade de origem, por separação pacífica ou emigração da comunidade materna, permanece viva por algum motivo, certamente ocorrerá um sentimento de identidade étnica muito específico e poderoso, determinado por múltiplos fatores, como memórias políticas compartilhadas, laços persistentes com antigos cultos ou fortalecimento de parentesco e outros grupos, bem como outras relações persistentes.

Weber também trata a questão da tribo, um artefato político formado por experiências políticas comuns, que geralmente adota um simbolismo de relações sanguíneas e desenvolve um senso de afinidade parental. A consciência tribal também tem um significado político e emerge principalmente de situações de perigo militar ou outra oportunidade semelhante, conduzindo o grupo à ação política. Esse elemento contextual fornece a base conjunta entre os membros políticos para a ação política, atuando, portanto, na coesão do grupo. Surge assim um dever moral de apoio mútuo, uma solidariedade grupal guiada por uma honra específica.

Vale destacar que, para Weber, o fator decisivo continua sendo a comunidade política. Dentro de um contexto de ação política, a identidade étnica pode ser racionalmente mobilizada para fins políticos, usando, pois, da comunhão étnica e de seu sentido de comunidade de sangue, para favorecer uma consciência que posicione grupos de lados opostos, definidos numa lógica de “pertencentes ao grupo” e “estrangeiros”. Trata-se, pois, de um padrão de associação racional que leva a relações pessoais, capaz de criar consciência comunitária e uma honra específica do grupo.

Outro ponto importante, retomado por muitos estudiosos da etnicidade, como Barth, é a questão central de que a identidade étnica se constrói a partir da diferença e que, ao contrário do que muitos supõem e é uma das ingenuidades de algumas correntes etnológicas mencionadas anteriormente, não é o isolamento geográfico que desperta a consciência étnica, mas exatamente a comunicação com outros grupos, cujas diferenças os indivíduos se apropriam para estabelecer os limites do círculo social.

Apesar de o próprio Weber desprezar o conceito de comunidade étnica, considerando que “o conteúdo da atividade de comunidade possível continua indeterminado” (WEBER *Apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART. P. 39), e que o próprio conceito se volatiliza na medida em que se procura torná-lo mais preciso, suas ideias influenciaram muito os estudiosos de etnicidade que o sucederam, como veremos a seguir. Sua proeza fundamental,

referente aos estudos da etnicidade, foi associar aspectos subjetivos e objetivos, equilibrando a base cultural dos grupos étnicos com a política. Ele destaca a importância do sentido político, mas sem desconsiderar as memórias históricas na formação da etnicidade.

Frederick Barth é um grande divisor de águas no debate da etnicidade. Sua principal contribuição está em focar os aspectos generativos e processuais dos grupos étnicos. Percebemos que Barth se apoiou nos importantes pressupostos teóricos publicados por Weber no discreto capítulo de sua grande obra *Economia e Sociedade* e reestruturou o raciocínio antropológico, dando abertura para que outros autores avançassem no desenvolvimento de aparato teórico para o tratamento das questões étnicas, em especial de manifestação nas sociedades contemporâneas.

Para Barth, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social, em que indivíduos se autoatribuem ou atribuem a outra uma categoria étnica. Sendo assim,

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e por seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles forma grupos étnicos neste sentido organizacional. (BARTH *In*: POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2008. P. 195).

As categorias étnicas tomam em consideração as diferenças culturais, mas não como um somatório de todas as características objetivas culturais de um grupo, mas somente com aquelas que os próprios atores consideram relevantes. Os atores escolhem, ignoram, minimizam e exageram os traços culturais que querem que seja atribuído ao grupo. Podem ser sinais ou signos manifestos, como vestimentas, língua, moradia, estilo de vida; ou orientações de valores fundamentais. Ou seja, desenvolve-se uma honra interna, que regulará, orientará e julgará o comportamento dos membros do grupo. Ou seja, as categorias étnicas criam uma coesão num grupo ao escolher e regular as características simbólicas, materiais, comportamentais e morais que distinguem o grupo de outro grupo.

Outro ponto fundamental é que os marcadores culturais são elencados para criar distinções entre grupo, e a atribuição étnica envolve a dicotomia do Nós/ Eles. A questão é relacional na medida em que envolve não o tratamento de grupo social estático e isolado, mas pelo contrário, um processo que se desenvolve exatamente através da interação social entre grupos. Sendo a interação social sempre um processo dinâmico, também o é a categorização étnica. Os traços culturais que são usados para a distinção também estão sujeitos a alterações.

Os elementos culturais que são relevantes são os considerados relevantes para os atores, e essa consideração está sempre sujeita a mudança. Segundo Barth,

Se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria B da mesma ordem, eles estão querendo ser tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como de As e não de Bs; melhor dizendo, eles declaram sua sujeição à cultura compartilhada pelos As. (*Ibid.* P. 195)

A questão central se encontra, portanto, na fronteira étnica entre o grupo A e o grupo B. São fronteiras sociais, e canalizam a vida social. As fronteiras são maleáveis, na medida em que dependem de critérios de categorização étnica escolhidos pelos atores. Se é do interesse do grupo aumentar ou reduzir os membros dele, por exemplo, basta que transformem as fronteiras em mais ou menos porosas, aumentando ou diminuindo os critérios culturais da categorização étnica.

Apesar do caráter maleável das fronteiras, os sentimentos de pertença dos membros do grupo são complexos e reais, pois estando dentro do grupo, os indivíduos declaram e aceitam a sujeição à cultura, que envolve padrões comportamentais e sociais pelos quais os indivíduos serão julgados. Esses padrões aproximam os membros do grupo, criando coesão social, ao passo que colocam os que estão fora do grupo em outro campo de códigos e valores pelos quais serão julgados. As diferenças criadas entre os grupos podem ser realmente intensas.

Por fim, cabe-nos acrescentar que, numa sociedade plural, ou seja, “uma sociedade pluriétnica integrada no espaço mercantil, sob o controle de um sistema estatal dominado por um dos grupos, mas deixando amplos espaços de diversidade cultural nos setores de atividade religiosa e doméstica” (*Ibid.* P. 197), a identidade étnica, implicando uma série de restrições sobre o tipo de papel e comportamento que o indivíduo pode ter socialmente, domina a maioria dos outros estatutos e “define as constelações de outros estatutos ou personalidades sociais que um indivíduo com aquela identidade pode assumir” (*Ibid.* P. 198). A identidade étnica pode se tornar preponderante entre outras identidades, mas tudo depende das fronteiras étnicas.

Barth foi muito bem sucedido ao ressaltar o elemento relacional, dinâmico, fluido das identidades étnicas, bem como colocar o conceito de fronteiras étnicas no centro da discussão, explicando como os grupos se organizam socialmente. As teorias que se seguem contribuirão

para aperfeiçoar essa análise, buscando, principalmente responder o porquê da identidade ser organizada socialmente.

Veremos agora as teorias pertencentes às linha instrumentalistas e mobilizacionistas.

Essas teorias, de uma forma geral, tratam a etnicidade como um recurso mobilizável para a disputa de poder político, bens econômicos e recursos escassos. Foram propostas para analisar os fenômenos de etnicidade que surgiram no final da década de 60 por todo o mundo, desafiando as teorias até então vigentes. Glazer e Moynihan argumentam que o denominador comum das formas de identificação, baseadas em realidades tão diferentes quanto à religião, língua, origem nacional, é que “elas se tornaram focos efetivos de mobilização de grupo para a realização de objetivos políticos concretos”. (GLAZER; MOYNIHAN *Apud*. POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2008. P.95).

Outro grande expoente é o antropólogo social iraquiano Abner Cohen, que desenvolveu seus trabalhos na Universidade de Manchester. Cohen define operacionalmente grupos étnicos como (COHEN, 1974, P. IX e X):

Coletividade de pessoas que (a) compartilham alguns padrões de comportamento normativo e (b) formam uma parte de uma população maior, interagindo com pessoas de outras coletividades dentro de um quadro de sistema social. O termo etnicidade se refere ao grau de conformidade pelos membros da coletividade a essas formas compartilhadas no curso da interação social.²

Por “padrões de comportamento normativo”, Cohen se refere às representações largamente coletivas, que se manifestam em formações simbólicas e atividades encontradas em contextos como linhagens, casamentos, fraternidades, rituais e outros tipos de cerimoniais. Trata-se de processos psíquicos, que proporcionam aos membros da coletividade uma experiência subjetiva. No entanto, não deixam de ser objetivas na medida em que essas formações simbólicas que os representa e molda a etnicidade são compostas de estereótipos, mitologias, slogans, “teorias”, ideologias e cerimoniais, criados socialmente e incorporados ao longo de uma socialização contínua (*Ibidem*, P. X). Portanto, a experiência subjetiva da etnicidade é consequência das formas simbólicas objetivas.

Essas formas, apesar de criadas a partir de experiências subjetivas dos membros do grupo, tornam-se objetivas quando são aceitas pela coletividade ao longo da interação social. Da dimensão psíquica dos símbolos, vivenciadas individualmente, decorre uma realidade

² “a collective of people who (a) share some patterns of normative behavior and (b) form a part of a larger population, interacting with people from other collectivities within the framework of a social system. The term ethnicity refers to the degree of conformity by members of the collectivity to these shared norms in the course of social interaction”.

social construída e, portanto, bem objetiva. Dessa forma, onde a etnicidade é relevante, rótulos e estigmas, como “judeus”, “negros”, “católicos” não são simplesmente neutros ou isentos de conteúdo psíquico: são símbolos que agitam sentimentos e emoções nos indivíduos, levando à uma consequência na ação social dos seus membros. Ambas as dimensões objetiva e subjetiva estão intimamente relacionadas no fenômeno da etnicidade.

O interesse sociológico não estaria, contudo, na dimensão subjetiva, ainda que ela seja fundamental para a compreensão do fenômeno da etnicidade, como vimos. A sociologia então deveria, para Cohen, buscar analisar o que os membros do grupo realmente fazem, e não o que pensam ou acreditam. E o que os grupos fazem torna-se evidente exatamente no contato social e na interação entre grupos culturais que operam no mesmo contexto social. Em contextos de fortes relações sociais e interação entre diferentes grupos culturais, como em grandes cidades, a etnicidade prova ser um fenômeno complexo que envolve fatores psicológicos, históricos, econômicos e políticos, já que frequentemente se manifesta de maneira contundente, como veremos em exemplos mais específicos mais a diante.

Outra questão fundamental para a investigação sociológica de fenômenos de etnicidade é a percepção da etnicidade como um processo que varia ao longo do tempo e, principalmente, como uma questão de variação de grau. Ela não é um fenômeno previsível e que sempre se manifestará vigorosamente; ela varia ao longo do contexto, da situação e da forma como se dão as relações sociais. Ela não deve, portanto, ser analisada como algo dado e sempre presente. Ela deve ser sempre trabalhada dentro da sua dimensão processual e relacional. Ela deve ser considerada uma variável na análise social.

Em outro texto fundamental – *Ethnicity and Politics* - o autor destaca quatro pontos que favorecem o isolamento dos fenômenos e processos da etnicidade.

Primeiramente, “a etnicidade contemporânea é o resultado de uma interação intensa entre formações étnicas, e não o resultado do completo separatismo.”³ (COHEN *In*: HUTCHINSON; SMITH, 1996. P. 83). Essa teoria combate umas das ingenuidades já mencionadas anteriormente, de que o isolamento geográfico e social estivesse na base da diversidade étnica. Cohen argumenta que essa ideia é contrária à teoria conhecida como “a teoria da cola do tribalismo” (“*the glue theory of tribalism*”), a qual argumenta que, durante o período colonial, as potências coloniais atuaram como uma ‘cola’, grudando diversos grupos ‘tribais’ juntos dentro do quadro de estados novos, artificialmente estabelecidos e centralizados. Assim que cada pacote de estado começou a se desintegrar, os grupos tribais

³ “contemporary ethnicity is the result of intensive interaction between ethnic groupings and not the result of complete separatism”

voltaram à sua configuração original. Cohen reconhece que muitos dos novos estados africanos foram originalmente criados pelas potências europeias, mas argumenta que, durante o período colonial, houve muita interação entre os grupos, interação mais limitada no regime de colonização indireta inglês, que, no entanto, deu espaço para alguns grupos perseguirem seus próprios interesses vitais enquanto outros permaneciam relativamente desprivilegiados. Quando os colonizadores saíram, os grupos que possuíam poder precisaram mobilizar suas forças para defender seu poder, enquanto os desprivilegiados se alinharam para conquistá-lo. Novas formas de poder passaram a surgir – como taxaço, educação, espaços na administração estatal, acesso a recursos internacionais – e as possibilidades de obtê-las foram desiguais para os diferentes grupos étnicos. Estes passaram, então, a buscar novos meios de se organizar politicamente de forma a conduzir melhor sua disputa por poder. Neste processo de mobilização, nova ênfase foi dada aos aspectos de suas culturas tradicionais, dando-nos a impressão de uma volta à tradição e separatismo tribais, enquanto o que de fato acontecia era, na verdade, a mobilização desse elemento cultural tradicional como uma forma de reagrupamento político dentro dos quadros do novo estado.

O segundo ponto dita que o “tribalismo envolve uma dinâmica de rearranjo de relações e costumes e não é uma emergência de conservadorismo ou continuidade cultural.”⁴ (*Ibid.* p. 81). O que não quer dizer que esses elementos estejam presentes nas formações sociais, mas simplesmente que eles tiveram suas funções alteradas.

Terceiro, “etnicidade é essencialmente um fenômeno político, assim como costumes tradicionais são usados apenas como idioma e como mecanismos de alinhamento político.”⁵ (*Ibid.* p. 82). Para Cohen, costumes diferentes não levam grupos diferentes a disputas sérias e não é motivo para que se exterminem. Se de fato há grandes conflitos no campo das diferenças culturais, é somente porque essas diferenças estão associadas a sérias diferenças políticas. Por outro lado, homens se unem somente por interesses mútuos. Nesse sentido, grupos diferentes podem se aliar para conseguir votos em eleições, disputar por melhores acessos a cargos políticos ou recursos, para se proteger contra outros grupos. Ou seja, é necessário sempre investigar as causas políticas dos conflitos ditos étnicos e tribais, pois diferenças culturais e de costumes são, por si só, incapazes de colocar grupos uns contra os outros.

⁴ “tribalism involves a dynamic rearrangement of relations and customs, and is not the outcome of cultural conservatism or continuity.”

⁵ “ethnicity is essentially a political phenomenon, as traditional customs are used only as idioms, and as mechanisms for political alignment.”

O quarto e último ponto elencado por Cohen dita que o agrupamento étnico é essencialmente *informal*, ou seja, “ele não faz parte do quadro oficial de poder político e econômico dentro do estado. Caso contrário, i. e., se um grupo étnico é formalmente reconhecido, seja pelo estado ou como uma região dentro de um sistema federativo, então não mais estamos lidando com etnicidade, mas com política nacional ou internacional”.⁶ (*Ibid.* p. 84). Durante o período colonial, as relações entre as “autoridades nativas” não poderiam ser chamadas de étnicas, já que eram oficialmente reconhecidas pelas autoridades e, em parte, institucionalizadas pelas autoridades coloniais. Este ponto é central no pensamento de Cohen, pois identifica como a diferença entre nação e etnicidade é, simplesmente, o caráter informal do primeiro e oficial do segundo. Sendo assim, enquanto o agrupamento político cimentado por caráter cultural tradicional estiver na informalidade, trata-se de etnicidade. Quando seus elementos culturais e suas reivindicações políticas são reconhecidos pelo estado e, até mesmo, institucionalizados, então temos nação. Estados como a África do Sul que institucionalizam seus grupos culturalmente diferentes, estabelecendo até a oficialidade de suas línguas, dissolvem seu caráter étnico e os agrupam em outra identidade, a nacional. O caso de Moçambique é um bom exemplo.

A partir da década de 90, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) – partido que está no poder desde a independência – passou a prestar mais atenção às suas autoridades tradicionais, as lideranças políticas de grupos ditos étnicos. O Ministério da Administração Estatal e o Núcleo de Desenvolvimento Administrativo passaram a tratar da questão e puseram IraeLundin como liderança intelectual de alguns desses debates científicos e como coordenadora do projeto intitulado “Autoridade e Poder Tradicional”. A autora revisa o obscurantismo atribuído ao poder tradicional pela doutrina política da FRELIMO, justificando que as Autoridades tradicionais não eram, simplesmente, colaboradoras disfarçadas do colonialismo, mas sim um “importante factor de coesão social e identidade cultural, legitimando a autoridade e regulando as relações das populações rurais entre si, com as outras populações, e ainda, como meio ambiente” (LOURENÇO, 2012. P. 2). A autora defende, então, que, aos olhos das populações rurais, era legítimo o exercício de autoridade e poder por parte das Autoridades tradicionais. Essa argumentação, bem como a manipulação das Autoridades tradicionais pela RENAMO (principal partido de oposição e desafiante militar do poder na história independente do país) durante o período de guerra civil e as

⁶ “It does not form part of the official framework of economic and political power within the state. Otherwise, i.e., if an ethnic grouping is formally recognized, either as state or as a region within a federal framework, then we are no longer dealing with ethnicity but with national or international politics.”

dinâmicas endógenas e exógenas do quadro de transição democrática, levaram a FRELIMO a tirar as Autoridades tradicionais da informalidade. Elas não só foram reconhecidas formalmente, como foi aberto espaço político para sua participação na administração e desenvolvimento a nível local, formalizada e institucionalizada no decreto 15/2000 de 20 de Junho de 2000, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias, sublinhando em sua introdução:

No âmbito do processo da descentralização administrativa, valorização da organização social das comunidades locais e aperfeiçoamento das condições da sua participação na administração pública para o desenvolvimento sócio-económico e cultural do país, torna-se necessário estabelecer as formas de articulação (Boletim da República, 2000. Apud. FORQUILHA, 2012. P. 2).

O reconhecimento e a institucionalização das autoridades tradicionais por parte do Estado Moçambicano tiraram, portanto, os grupos étnicos liderados por tais autoridades da informalidade, fazendo, assim, segundo o argumento de Cohen, que deixassem de ser grupos étnicos e passassem a constituir parte da nação moçambicana. Enquanto estava na informalidade, a etnicidade era fortemente mobilizada por essas autoridades para compor sua coesão grupal e possibilitar sua ação política, interagindo com os partidos e outros atores políticos envolvidos no campo de poder moçambicano. Da mesma forma, se de um lado a FRELIMO categorizou, até então, esses grupos como “obscurantistas” e fantoches da administração colonial, por outro, a RENAMO soube usar do discurso étnico para manipular essas Autoridades tradicionais em prol de suas finalidades políticas e militares. Estes quatro pontos levantados pelo antropólogo iraquiano, a respeito dos processos e fenômenos de etnicidade, mostram-se fundamentais para a argumentação central desse trabalho. Continuaremos, mais a diante, a questão das autoridades tradicionais, em especial no caso Angolano.

A etnicidade aparece em Cohen como um idioma que favorece a solidariedade e coesão do grupo, dissimulando de certa forma os verdadeiros interesses que guiam a disputa política. Trata-se de uma abordagem da etnicidade que procura analisar o estado contemporâneo das dinâmicas sociais, em que a “novidade” do fenômeno étnico emerge no contexto de Estados-nações modernos caracterizados por campos políticos que proporcionam uma multiplicidade de oportunidades e possibilidades de disputa por poder político e recursos escassos. Ademais, Cohen argumenta que “eticidade” e “tribalismo” são dois termos para o mesmo fenômeno, uma forma de reação às condições de modernidade que leva os indivíduos a se organizarem segundo as linhas étnicas, para sustentar a competição econômica e política,

como instrumento artificialmente criado através de elementos culturais reais no contexto de disputa e conflito. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Um das intelectuais brasileiras mais influenciadas pelas teorias de Abner Cohen foi Manuela Carneiro da Cunha. A famosa antropóloga observa, em sintonia com o estudo de Abner Cohen sobre os auçá de Ibadã (no qual, segundo ela, “os grupos étnicos são vistos como formas de organização novas e adaptadas ao “aqui e agora”, e que compartilham uma identidade porque também compartilham interesses econômicos e políticos”(CUNHA, 2013, P.226), organizando-se de em grupos de forma que possibilite-os a disputar o acesso às fontes de recurso), que a tradição cultural serve como “reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades do novo meio, tradições culturais isolados do todo, que servirão como *sinais diacríticos* para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, seletivamente reconstruída, e não uma instância determinante” (*Ibidem*). A antropóloga reforça, assim, o modo como cultura e etnicidade se relacionam.

Contudo, em relação a este ensaio (“religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX”) a autora tem uma interessante mudança de opinião, resultado de seu amadurecimento intelectual. Primeiramente publicado em 1977 em *Religião e Sociedade*⁷, a autora conclui em seu texto que a grande marca da etnicidade estaria em sua manipulação das tradições culturais com finalistas instrumentalistas, destacando o caráter majoritariamente *utilitarista* da etnicidade, em sintonia com as teorias instrumentalistas e mobilizacionistas clássicas.

Em um novo texto publicado em sua obra de ensaios “Cultura com aspas”, em 2013, a autora corrige-se, argumentando que cometeu um equívoco ao considerar deveras a “funcionalidade utilitária” da etnicidade em detrimento de aspectos estruturais e cognitivos. Em um novo artigo, “Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível”⁸, a autora enriquece sua análise, não desconsiderando as conclusões de seu estudo sobre os brasileiros em Lagos, que a levaram a notar o aspecto instrumentalista, mas sim retomando à discussão os outros aspectos fundamentais do fenômeno da etnicidade.

Resgatando o contexto das lutas de independência e pós-colonial na África, Manuela Carneiro relembra a concepção que se havia, por parte dos partidos que projetavam a construção de uma nação moderna, de que o “tribalismo” seria um grande obstáculo para sua formação. Acreditava-se que as cidades teriam um efeito benéfico na desvinculação da cultura materna tribal.

⁷ V. I, n. I, 1977.

⁸ Publicado nesta mesma coletânea de ensaios “Cultura com Aspas”.

No entanto, o que se viu, naturalmente, foi que o “tribalismo” não só não desaparecia nessas grandes cidades como ainda se exacerbava. O que até então era visto como um obstáculo contornável passou a ser visto como um problema ainda maior, um tipo de “hidra do século XX”, nas palavras de Carneiro. E é a partir dessa percepção, e retomando Weber, que a antropóloga expande seu argumento, em direção à argumentação mais completa de Abner Cohen, como vimos anteriormente.

Para a antropóloga, “a etnicidade é linguagem não simplesmente no sentido de remeter a algo fora dela, mas no de permitir a comunicação. Pois como forma de organização política, ela só existe em um meio amplo (daí, aliás, seu exacerbamento em situações de contato mais íntimo com outros grupos), e é esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias dessa linguagem”.

Outro estudo essencial que nos auxiliará nos propósitos analíticos dessa pesquisa é o contido no livro *Ethnicity and Nationalism*, do cientista político Paul Brass. O livro se propõe a especificar as condições para a formação, persistência e transformação das identidades étnicas ao longo do tempo.

Brass começa refutando as três formas tradicionais de definir grupos étnicos – em termos de atributos objetivos, com referência a sentimentos subjetivos e em relação ao comportamento -, argumentando que a primeira, que distingue grupos por categorias culturais como língua, cor, território, religião, dieta, modos de se vestir, etc., torna muito difícil de se determinar as fronteiras das categorias étnicas; a segunda, dos sentimentos subjetivos, é incapaz de responder a questão inicial de como um grupo chega à autoconsciência subjetiva; e a terceira é, na verdade, uma forma de definição objetiva, na medida em que assume que haja formas específicas e concretas pelas quais os grupos étnicos se comportam ou não, em especial em relação a outros grupos. Mas esses códigos de comportamento e interação são visíveis em sociedades simples e não em sociedades complexas, como as sociedades contemporâneas, em que as pessoas podem assumir suas distinções sem adotar um código completamente distinto de comportamento.

Para os objetivos de sua análise, Brass considera a melhor definição de etnicidade aquela que começa com marcadores culturais objetivos, mas que também considera que eles são suscetíveis a mudanças e variações. Considera grupos étnicos “qualquer grupo de pessoas diferentes de outras pessoas em termos de critérios objetivos culturais e que contém em sua pertença, em princípio ou na prática, os elementos para uma completa divisão do trabalho e para a reprodução de formas de categorização étnica.” (BRASS *In*: HUTCHINSON; SMITH,

1996. P. 85) ⁹. Brass retoma a importância dos marcadores culturais objetivos (como em Weber), tais como modos distintos de se vestir, alimentação, costumes, religião ou raça e inclui a questão de possuir em sua pertença ‘elementos para uma completa divisão do trabalho e reprodução’ para enfatizar na definição a base cultural da etnicidade e para distinguir as categorias étnicas de outras categorias sociais baseadas em classe, gênero ou graduação de idade.

Etnicidade é, para Brass, um senso de identidade étnica, que consiste no uso subjetivo, simbólico ou emblemático para “criar coesão interna e diferenciá-los de outros grupos. O grupo étnico que usa símbolos culturais desta maneira é uma comunidade autoconsciente subjetiva que estabelece critérios de inclusão e exclusão de membros no grupo.” ¹⁰ Os elementos culturais, como parentesco, nascimento e descendência podem ser importantes para esta finalidade. Etnicidade também envolve “uma reivindicação de status e reconhecimento, seja como grupo superior ou ao mesmo como grupo igual a outros grupos. Etnicidade está para categoria étnica como consciência de classe está para classe”¹¹ (*Ibid.* P. 86).

O status contingente e mutável da etnicidade pode ou não ser articulado em contextos ou momentos particulares. Mais uma vez, vemos a natureza maleável da etnicidade presente do pensamento de Barth. Na mesma direção de Cohen, Brass acredita que assim que os grupos étnicos alcançam por seus próprios esforços suas aspirações de reconhecimento e status nacional, esteja ele com o controle do Estado ou fora dele, ele se torna uma nacionalidade ou uma nação. Portanto, a nação “pode ser vista como um tipo particular de comunidade étnica ou, ainda, uma comunidade étnica politizada, com direitos de grupo reconhecidos no sistema político” ¹² (*Ibid.* P.86).

Brass destaca a aspiração dos grupos por direitos, num processo de desenvolvimento para nação particularmente associado aos estágios de modernização de uma sociedade multiétnica, em que grupos sociais buscam afirmar seus espaços e reconhecer suas línguas, em que grupos religiosos ainda não foram estruturados e consolidados como tais, em sociedades predominantemente fragmentadas socialmente. Os grupos étnicos envolvem a

⁹“Any group of people dissimilar from other peoples in terms of objective cultural criteria and containing within its membership, either in principle or in practice, the elements for a complete division of labor and for reproduction forms and ethnic category.”

¹⁰ “In order to create internal cohesion and differentiate themselves from other groups. An ethnic group that uses cultural symbols in this way is a subjective self-conscious community that establishes criteria for inclusion into and exclusion from the group.”

¹¹ “A claim to status and recognition, either as a superior group or as a group at least equal do other groups. Ethnicity is to ethnic category what class consciousness is to class”.

¹² “(A nation) may be seen as a particular type of ethnic community or, rather, as an ethnic community politicized, with recognized group rights in the political system.”

articulação e aquisição de direitos sociais, econômicos e políticos para membros do grupo ou para o grupo como um todo, e assim que é bem sucedido através de ação e mobilização política, ele ultrapassa sua condição etnicidade para se estabelecer como nacionalidade. Esse movimento de etnia e nação é um movimento contínuo das dinâmicas sociais, em que cada grupo caminha a seu tempo e momento. Mas, para todo esse processo político, é fundamental a seleção e mobilização das distinções culturais para a consolidação do grupo aspirante.

Elemento intrínseco da argumentação de Brass, as *elites* têm papel central na criação e transformação de comunidades étnicas. Tanto no processo de modernização como nas sociedades pós-industriais que passam por mudanças sociais dramáticas, elites, classes e líderes de grupos sociais se envolvem invariavelmente em competição e disputa por poder político, benefícios econômicos e status social, competindo entre si dentro e entre categorias étnicas diferentes. Nessas sociedades, um grupo étnico sempre acaba sendo privilegiado em detrimento de outros. No entanto, só a desigualdade entre diferentes grupos étnicos ou regiões culturais diferentes não é suficiente para criar consciência nacional. Comunidades rurais, por exemplo, falantes de uma determinada língua, podem não ter consciência de que sua língua está sendo deliberadamente negligenciada por grupos sociais nos meios urbanos e não desenvolver nenhum senso de solidariedade em relação a isto. Isso pode acontecer tanto porque está às margens dos processos modernizadores que estão ocorrendo nas cidades, de oportunidades educacionais ou meios de comunicação de massa e transporte, ou pode ocorrer porque a elite de sua região (seja ela política, religiosa, econômica ou política) acredita ter vantagens em cooperar com as autoridades externas e aceitar a dominação étnica e linguística de outro grupo a fim de manter ou aprimorar seu próprio poder.

Para Brass, esse tipo de negociação entre elites locais e autoridades externas leva, em geral, a persistência de diferenças étnicas entre as massas da população, mas sem articulação de demandas étnicas. Autoconsciência étnica, demandas baseadas na etnicidade ou conflitos étnicos podem ocorrer somente se houver conflito e disputa entre as elites locais e as externas. Por fim, Brass enumera “quatro fontes de conflitos entre elites que incentivam o comunitarismo ou separatismo étnico em sociedades pré-industriais ou em modernização recente são: “entre a aristocracia local tentando manter seus privilégios contra conquistadores estrangeiros; entre elites religiosas de diferentes grupos étnicos; entre elites religiosas e uma

aristocracia nativa dentro de um grupo étnico; e entre elites religiosas e uma aristocracia estrangeira.”¹³ (*Ibid.* P. 90)

Percebe-se, assim, que Brass argumenta numa mesma linhagem que Cohen, ambos incorporando muitas das formulações teóricas trazidas por Barth. Analisando a sociedade em fase de modernização e multiétnica, Brass propõe um modelo de transformação da identidade étnica na nacional, processo no qual as distinções e símbolos culturais, que encontram significação subjetiva, são escolhidos conscientemente pelas elites para construir uma solidariedade de grupo capaz de sustentar a mobilização política aspirante de poder, direitos, recursos econômicos e/ ou status econômico.

Um importante estudo, que pode complementar nossa argumentação, aqui desenvolvida, é a análise das relações de poder na pequena cidade inglesa de nome fictício Wiston Parva, desenvolvido pelo grande sociólogo alemão Norbert Elias e por John Scotson. Apesar de não trabalhar diretamente com etnicidade ou nacionalismo neste seu trabalho, Elias apreende elementos fundamentais da relação entre dois grupos que nos auxiliarão a compreender a força da etnicidade, em especial quando inserida no contexto em que trabalhamos.

Elias percebeu que havia uma forte relação de poder e hierarquia entre dois grupos sociais em uma pequena cidade do interior da Inglaterra. No entanto, à primeira vista, não havia nenhuma diferença entre os grupos; nem de classe, raça, etnicidade, nacionalidade ou qualquer outra categoria social do tipo. A única diferença entre eles é que um deles já morava na cidade havia algumas gerações, e o outro havia acabado de chegar. O primeiro grupo atribuía a seus próprios membros características humanas superiores e possuía um tipo de carisma grupal e virtude específica compartilhada pelos seus membros. Proibia o contato social não profissional com os membros do outro grupo, sendo o controle social feito por tabus e “fofocas” - “elogiosas” e “depreciativas”. Elias denominou esse primeiro grupo de *estabelecidos*. O outro grupo era considerado humanamente inferior, pelos membros do outro grupo e – surpreendentemente – pelos membros do seu próprio grupo. Este grupo, abaixo na hierarquia, era dos *outsiders*. É desta relação entre os *estabelecidos* e os *outsiders* que Elias descortina os profundos e importantíssimos processos sociais que nos serão úteis nessa análise.

¹³ “Four sources of elite conflict that may spur the development of ethnic communalism or separatism in preindustrial or early modernizing societies are those: a) between a local aristocracy attempting to maintain its privileges against an alien conqueror; b) between competing religious élites from different ethnic groups; c) between religious élites and the native aristocracy within an ethnic group; and d) between native religious élites and an alien aristocracia.”

O primeiro ponto é a coesão. A superioridade do grupo estabelecido baseava-se no alto grau de coesão das famílias que lá moravam havia gerações. Essa fonte diferencial de poder entre grupos inter-relacionados está presente neste e em outros contextos sociais de forma velada, pouco se reconhecendo sua importância. Para Elias,

Um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos – o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-outsiders. (ELIAS; SCOTSON, 2000. P. 22)

Os laços de intimidade emocional que ligavam os membros do grupo estabelecido, decorrentes da vivência de um processo grupal de certa duração, possibilitaram uma coesão profunda entre seus membros, coesão “invisível” para os indivíduos recém-chegados. Essa coesão acarreta num alto grau de controle dos seus próprios membros, gerando uma opinião interna rigorosamente respeitada. Quando o grupo estabelecido consegue recompensar o respeito de seus membros às normas internas com o acesso monopolizado aos instrumentos de carisma e poder, essa opinião grupal é ainda mais poderosa, e maior é sua influência no comportamento dos membros do grupo.

O indivíduo que questiona ou tenta se esquivar desse carisma interno acaba perdendo espaço na competição interna pelo poder e pelo status. Se o comportamento desviante continua, então corre o risco de se tornar alvo cada vez mais frequente das fofocas depreciativas e de outros mecanismos punitivos do grupo, como a franca estigmatização dentro do próprio grupo - por vezes tão implacável quanto a feita aos *outsiders*. A aprovação da opinião grupal requer, portanto, obediência às normas grupais, sob pena de perda de poder e rebaixamento de status em caso de desobediência.

A relação entre os estabelecidos e outsiders se dá em grande parte pelo que Elias chama de “sociodinâmica da estigmatização”: as condições em que um grupo consegue lançar um estigma sobre outro. Temos uma relação construída a partir dos modelos anômicos e dos mais inseridos:

o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” grupos. (Ibid. P. 23)

Trata-se de uma abordagem figuracional, pois o que observamos nesses contextos é a “possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer em função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si.” (*Ibid.* P. 23).

Outro ponto fundamental está no que Elias considera a chave do problema: o equilíbrio instável de poder decorrente da natureza da interdependência entre dois grupos. Para que um grupo possa estigmatizar outro eficazmente ele deve estar bem instalado em posições de poder das quais o grupo *outsider* é excluído. O estabelecimento de um, de forma a possibilitar a estigmatização de outro, está intimamente relacionado à sua posição dentro de um equilíbrio de poder em que se figuram os dois grupos. Na medida em que o equilíbrio se inverte, é natural que ocorra um processo de contra-estigmatização: o grupo *outsider* passa a ser o estabelecido e a estigmatizar o outro grupo. O que predominam, então, são constantes lutas para modificar o equilíbrio de poder:

Os grupos outsiders (enquanto permanecem intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais. (*Ibid.* P. 37)

No que concerne às relações étnicas e raciais, Elias pondera que ambas são formas particulares da relação estabelecidos-outsiders. Argumenta que as diferenças de aparência física ou linguísticas são apenas sinais acessórios, que reforçam a distinção entre os estabelecidos e os outsiders estigmatizados. As características culturais atribuídas às distinções étnicas são apenas aspectos periféricos das relações, enquanto o que é central são as relações de poder entre eles, como a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência, por exemplo. Sendo assim, o que de fato deve chamar a atenção é sua forma de vinculação, que possibilita desequilíbrios de poder que acarretam numa relação de estabelecidos-outsiders. As tensões e conflitos decorrentes desse tipo de relação podem se manter latentes ou aparecer ostensivamente sobre a forma de conflitos contínuos. A superioridade conquistada por essa disputa pode conferir vantagens materiais ou econômicas, o que motiva os grupos a persistirem com a disputa a fim de inverter a relação de estabelecidos-outsiders.

Evidenciado o problema de distribuição das chances de poder, nos conflitos e tensões dessas relações, torna-se mais fácil, segundo Elias, descobrir um problema adjacente, mas não menos importante: “como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que

estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles”.” (*Ibid.* 38).

Como vimos, a etnicidade possibilita a criação de uma honra étnica, uma coesão de grupo. Segundo Elias, uma maior coesão permite que o grupo reserve para seus membros as posições sociais com potenciais de poder mais elevado, além de constituir a relação hierárquica de dominação entre dois grupos numa relação de estabelecidos-outsiders. Sendo assim, a instrumentalização da etnicidade, por proporcionar a coesão de grupo e suas vantagens inerentes, acaba sendo de grande valia para lutar por objetivos políticos e econômicos.

Casos em que a etnicidade surge de maneira exacerbada, como acontece nas sociedades contemporâneas, convidam-nos a olhar as relações de poder entre os grupos envolvidos, que permitem que haja estabelecidos e outsider e que incita grupos a usar a identidade étnica em suas disputas e conflitos políticos e sociais.

Por fim, sistematizaremos os pontos teóricos dos conceitos apresentadas que nos auxiliarão na realização da análise da etnicidade na transição da guerra civil à democracia em Angola.

Antes de tudo, consideramos as identidades étnicas como relacionais, ou seja, necessariamente construídas através da percepção Nós/ Eles, estabelecidos-outsiders. Ela sempre se afirmará relacionalmente, surgindo exatamente da relação social e não do isolamento geográfico. É por este que aparece como elemento mobilizado em contextos de disputa e competição. A etnicidade é a questão central do debate contemporâneo das ciências sociais exatamente porque esses contextos de competição e disputa são intrínsecos aos processos de modernização e globalização.

A identidade étnica é maleável, variável, dinâmica. Ela pode ficar em estado latente em alguns momentos e ser fortemente acionada pelos atores em outro. Não é constante, mas está diretamente ligada ao contexto, época e situação. Seu aspecto dinâmico e maleável é condizente com a fluidez das relações sociais.

As identidades étnicas são, portanto, construções sociais de pertença, mobilizadas para servir de instrumento de disputa por poder, recursos escassos, vantagens sociais, status, etc. Como vimos em Brass (*Ibid.*), a elites têm papel central como condutores desses processos de mobilização.

As questões, que nos são colocadas, são compreender o porquê da identidade étnica ser mobilizada e em que situações e contextos isto acontece. O período posterior à independência de Angola nos possibilita múltiplos contextos para análise (guerra civil, negociações de paz, transição democrática e consolidação de regime multipartidário). Consideramos que, em cada situação e contexto, as relações sociais e de poder são diferentes e, conseqüentemente, também o são a forma e intensidade da mobilização da identidade étnica. Com a identificação dessas manifestações e sua devida contextualização sociológica, podemos investigar a razão pela qual foram mobilizadas, auxiliando à compreensão das dinâmicas sociais e políticas da atual sociedade angolana.

Como vimos, os conceitos de grupo étnico e etnicidade mudaram muito ao longo dos últimos 50 anos. Com suas mudanças teóricas vieram, naturalmente, mudanças metodológicas. Nos anos 50, quando o primordialismo era a corrente hegemônica, os grupos étnicos eram vistos como essenciais, imutáveis, núcleos bem definidos e estáveis. Essa visão conceitual levou a pesquisas de campo que buscavam descobrir os aspectos mais críticos e distintivos dos grupos étnicos, com a finalidade de estabelecer grandes taxonomias, como os trabalhos de Nadel (1961), Murdock (1957) ou Narrow (1964). O enorme volume de dados coletados e catalogados levou à produção dos Arquivos de Área de Relações Humanas (*HumanRelationsArea Files*) e aos Atlas Etnográficos, cujo mais famoso, Atlas Narodov Mira (1964) feito na União Soviética, constitui a base para o indicador usado amplamente até hoje de fracionalizaçãoetnolinguística (*ethno-linguisticfractionalization (ELF) indicator*). (BOSSUROY, 2011). No entanto, a própria prática das pesquisas de campo antropológicas levou ao questionamento dessas teorias.

Como vimos anteriormente, Barth é um dos grandes divisores de água no estudo dos grupos étnicos, e deu procedimento à nova interpretação da dinamicidade dos grupos étnicos principalmente depois de estudos como o de Leach, que começavam a denunciar as incoerências das correntes primordialistas a partir de suas observações de campo. O amadurecimento das correntes teóricas levou a novas perguntas envolvendo o como e o por quê da etnicidade ser mobilizada pelos indivíduos em certo momento e em certo lugar em detrimento de outras formas de identificação. No entanto, criou-se um novo e sério problema metodológico, mas que por ainda alguns anos foi ignorado por parte dos pesquisadores.

Nos anos 90, indicadores como o ELF continuaram a ser utilizados e popularizados por pesquisas quantitativas nas ciências sociais e aplicadas. Na década dos genocídios étnicos (Ruanda, Ex-Iugoslávia), a etnicidade ganhou enorme evidência e a fragmentação étnica passou a ser conjugada com outros processos, cruzando-se bases de dados pra tentar provar a relação entre diversidade étnica e crescimento e desenvolvimento econômico, instabilidade política e subdesenvolvimento, entre outros.

Alguns estudos se tornaram icônicos, como o de Esterly e Levine de 1997, que associava a tragédia econômica africana ao alto nível de heterogeneidade étnica (*Apud BOUSSUROY. Ibidem*). Com a crescente utilização de metodologias quantitativas nas ciências sociais, principalmente nas Academias norte-americanas, novas bases de dados foram surgindo a partir de reformulações dos antigos trabalhos de campo primordialistas e de novas coletas de dados, e classificações étnicas passaram a ser produzidas em diversos países africanos. Os cruzamentos de dados com novas variáveis começaram a destacar ainda mais a projeção da etnicidade, levando à produção de artigos cujas conclusões estabeleciam associações causais entre etnicidade e os mais diversos fatores, como políticas públicas, boa governança, fortalecimento das instituições, prevalectimento de corrupção, entre outros. No entanto, novos autores tem questionado essa forma de trabalhar etnicidade e buscado modos de adaptar à prática as inovações da teoria.

Alguns trabalhos começaram a restringir áreas para melhor tratar as interações entre política e saliência étnica. Desse ponto, decorrerem estudos sobre como a política local pode determinar a saliência étnica, como os de Daniel Posner, como vimos no capítulo anterior. Outra melhora significativa veio de mudanças metodológicas no modo de se fazer questionários e entrevistas aplicadas, como o do Afrobarometer¹⁴.

O projeto Afrobarometer coleta dados de mais de 30 países africanos sobre os mais diversos assuntos. No que concerne nossa discussão, a grande inovação do projeto veio da consideração de aspectos de identificação subjetiva dos indivíduos e da saliência da etnicidade no campo político. Infelizmente, por motivos que desconhecemos, o projeto não disponibiliza qualquer dado sobre Angola.

Como sabemos, a etnicidade pode ser mobilizada ou negligenciada voluntariamente pelo indivíduo. O que quer dizer que a escolha da etnicidade vai estar diretamente relacionada

¹⁴ <http://www.afrobarometer.org/>

com determinando momento, contexto, situação. Além disso, mesmo que um indivíduo se declare, para um questionário, por exemplo, de determinado grupo étnico – considerando sua família, ou a identidade que predomina em seu vilarejo, e os traços culturais de cujos grupos ele mais se incorporou -, isso só vai ter efeito sociológico se esse tipo de identidade leva-lo e ao seu grupo à alguma ação social.

Imaginemos uma situação, por exemplo, que determinado indivíduo costumava se declarar como de determinada etnia – como os nganguelas de Angola. Esse indivíduo vive em um vilarejo no interior do país, compartilha tradições culturais, festividades e religiões tradicionais do seu grupo. No entanto, ele acaba se mudando para Luanda e, no calor da guerra civil que assolou o país por tantos anos, ele se declara para entrevistadores como angolano, já que é a identidade que lhe parece mais coerente e própria no contexto da capital. Acabada a guerra, ele volta para seu vilarejo. Seu tio decide sair candidato a governador da província, e mobiliza a identidade étnica dos nganguelas, pedindo-lhes apoio. Ora, um entrevistador que aborde esse rapaz durante as eleições regionais vai, muito provavelmente, receber uma resposta de que é Nganguela, em especial se a etnicidade também tiver sido mobilizada por outros grupos com os quais ele compartilha interações sociais. Ou receberá as duas respostas, já que os indivíduos também têm múltiplas identidades. Enquanto se acreditava que as identidades eram fixas, a resposta inicial de sua pertença a seu vilarejo teria sido suficiente, já que ele está inserido e reproduzindo os marcadores culturais de seu grupo. Mas sabendo dessa variação, dessa dinâmica, há de se pensar em meios para se contornar essa dificuldade. Daniel Posner propõe uma alternativa interessante.

Em seu estudo sobre a etnicidade na Zâmbia, Posner (POSNER, 2005) utilizou metodologia de *survey* e grupo focal. Ele administrou 42 questionários individuais e cinco grupos focais em cada um dos 6 distritos de estudo de caso (Lusaka Urbana, Luanshya, Livingstone, Mongu, Kasama e Chipata), em um total de 252 questionários respondidos e 32 grupos focais. O primeiro aspecto que vale destacar, é que os distritos foram escolhidos porque variavam entre localidades rurais e urbanas, mas com os mesmos grupos linguísticos dominantes. Eis a primeira variável contextual posta na equação. Posner teve que alterar os tipos de perguntas, evitando perguntas como “Quem o senhor é”. Ele cita, inclusive, zâmbios que disseram que tinham uma identidade para cada localidade onde costumavam viver.

A exata localidade tinha, então, papel determinante da identidade mais saliente que ele responderia no questionário. O contexto é, então, fundamental. E por contexto entende-se o

microambiente particular onde a pesquisa é conduzida, os eventos que se passam no momento e, inclusive, as pessoas que podem estar na sala durante a entrevista, constringendo-o a assumir essa ou aquela identidade. Há diferenças significativas se a entrevista é feita em frente a uma igreja ou mesquita, ou se no mercado. Se durante as eleições ou se enquanto o time de seu país está jogando na Copa Africana de Futebol (*Ibidem*. P. 296).

Para Posner, a grande dificuldade não é só saber qual é a resposta da pergunta “quem o senhor é”, mas saber se a resposta dada naquele momento em que ele foi interrogado é a da identidade que ele usa para o comportamento que se busca analisar. Além de saber se a etnicidade é o real fator que leva a determinado tipo de comportamento, entre os muitos fatores que conduzem à ação social ou qual é a intensidade e o grau de relevância de cada forma de identidade pro indivíduo. Se houver problemas com essas condições, a pesquisa falha em seu objetivo de avaliar esse aspecto sociológico no sentido que usamos da etnicidade. (*Ibidem*).

Como se pode observar, são muitas as variáveis (e muito sutis) capazes de invalidar completamente a pesquisa. Considerando a enorme quantidade de pesquisas que são feitas em cima de bancos de dados que tendem a interpretar a etnicidade de maneira primordialista, podemos rezear que haja grande distorção entre as identidades que realmente importam e aquelas que estão sendo usadas para “provar” as relações causais mais absurdas, que sustentam e “legitimam” políticas públicas de Organizações internacionais, ONGs e governos. Esse mesmo tipo de dificuldade é um dos motivos pelos quais refutaremos alguns dos argumentos de André Sango, autor de uma das principais pesquisas sobre etnicidade em Angola. (Retomaremos esse ponto no próximo capítulo).

Para complementar a validação das informações com os questionários, feitos com o cuidado de considerar todas as variáveis em jogo, Posner iniciou cada uma das 252 entrevistas com um áudio de um “prompt dialogue” – uma discussão grava entre dois amigos que discutem o papel da etnicidade na vida política contemporânea da Zâmbia. Depois, ele pediu para que cada entrevistado comentasse sobre qual dos personagens eles mais concordavam. A ideia unificar o contexto e ver quais seriam as diferentes reais. Para criar o dialogo, Posner passou uma semana em uma dos complexos residenciais mais populosos de Lusaka, conduzindo entrevistas com homens e mulheres sobre o papel que a etnicidade desempenhava na vida cotidiana deles e na política da Zâmbia.

Incluimos, no anexo I, o formulário. O diálogo foi cuidadosamente construído, de forma a nunca especificar nenhuma dimensão particular de identidade étnica. Predominam-se nele frases neutras, como “pessoas da nossa área” ou “membros do nosso grupo”, e nunca termos que já remetem a alguma sentido valorativo, como tribo, província, grupo linguístico, etc. A partir da situação exposta no diálogo, Posner passou um questionário, onde o entrevistado respondia questões como “Você apoia algum partido político”, “Você acha que as pessoas desta área têm acesso justo aos serviços governamentais?”, depois de perguntar a opinião do entrevistado sobre as opiniões dos dois personagens, perguntava-se “E você? Quando se trata de política, o que vem primeiro? Ser da Zâmbia ou ser membro de um grupo particular?” entre outras questões.

Os grupos focais consistiram em cinco grupos com seis participantes cada, com homens e mulheres misturados, e professores primários, comerciantes do mercado local, camponeses, que discutiam as mesmas questões do questionário, enquanto Posner e seu assistente acompanhavam a discussão. Tratamos de alguns dos resultados da pesquisa no capítulo anterior, quando discorreremos sobre a questão da política étnica.

Como pudemos observar, as transformações na teoria sobre etnicidade trouxeram complicações consideráveis no modo de conduzir pesquisas de campo e analisar bases de dados. Alguns estudos feitos a partir da análise comparativa dos dados, disponibilizados pelo Afrobarometer e outros institutos estatísticos (que buscaram contornar a rigidez do modo como a etnicidade é tratado) trazem algumas questões interessantes, e indicações de sentidos de pesquisa que poderiam ser melhor validados com pesquisas qualitativas. Um interessante estudo é o artigo publicado pelo professor da Universidade do Cabo, na África do Sul, Thomas Bossuroy.

Bossuroy analisa comparativamente os dados recolhidos por DIAL, AFRISTAT e o Instituto Nacional de Estatística de sete países africanos (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal e Togo), recolhidos em 2000 de amostras de populações urbanas. A principal pergunta do questionário era “qual grupo (ou comunidade) você se orgulha mais em pertencer ?”¹⁵, e os participantes tinham duas alternativas: ao grupo étnico e nação. Em Dakar, havia uma terceira opção: religião. A pesquisa não sugeria algum grupo étnico, mas permita que o entrevistado respondesse com o que lhe viesse ao espírito. Depois,

¹⁵ “which group (or community) are you the most proud to belong to?”.

incluíram uma gama de variedades que descrevessem a situação do indivíduo em termos de educação, ocupação e status de migração, além das clássicas questões de demografia.

Não entraremos em mais detalhes do procedimento de tratamento de dados (ainda que recomendemos a leitura completa do artigo), mas algumas questões puderam ser levantadas. Em todos os países a nação aparece como a principal identidade de orgulho. Além disso, os resultados de Bossuroy levantam questionamentos interessantes e, alguns, até inesperados: mulheres apareceram identificando-se mais com grupos étnicos; ao contrário do que se pensava, quanto mais idosa era a pessoa menos ele tendia a se identificar com os grupos étnicos (o que é particularmente interessante, na medida em que anciões tendem a ter mais proximidade com tradições culturais, enquanto jovens têm mais acesso à redes sociais e uma cultura mais digital. Essa questão, inclusive, se aprofundada, pode auxiliar na comprovação da relação entre cultura e etnicidade que trabalhamos anteriormente, principalmente com as contribuições de Manuela Carneiro).

Capítulo 2:

Etnicidade no contexto africano

Delimitamos, no primeiro capítulo, os conceitos com os quais trabalharemos nos próximos capítulos. Vimos que a etnicidade é maleável, dinâmica e contextual e que, por conta disso, acaba sendo mobilizada e instrumentalizada. Ela depende de uma série de variáveis para se manifestar, e pode variar consideravelmente de grau e intensidade. No entanto, não deixa de ter elementos subjetivos. Ao trabalhar com o reservatório da cultura, ela cria verdadeira comunidade imaginada (Anderson), que envolve os membros do grupo a nível psicológico e emocional. Sendo o objetivo desse trabalho traçar considerações teórico-metodológicas para a análise da manifestação de identidade étnica em Angola, concentrar-nos-emos, primeiramente, em destacar as variáveis que devem ser consideradas para uma análise completa do fenômeno social em evidência.

Se, por um lado, o primeiro capítulo trouxe considerações mais gerais sobre a etnicidade, ainda que, por vezes, remetendo já ao nosso objeto de estudo, por outro, este capítulo e o seguinte se concentrarão em destacar processos sociais mais específicos do continente que são variáveis capazes de alterar as dinâmicas da etnicidade. Focaremos, então, no aspecto contextual da etnicidade, buscando evidenciar fatores capazes de exacerbar ou constranger a manifestação étnica. Os primeiros conceitos que trataremos são os de situação colonial e descolonização, apoiando-nos em dois grandes clássicos da sociologia africana: Georges Balandier e Frantz Fanon, respectivamente. A seguir, definiremos algumas características do que o africanista inglês Patrick Chabal chama de “política de ser” e “política de pertencer”, considerações prévias que acreditamos indispensáveis para qualquer estudo sobre a política do continente. Seguido dele, discutiremos a ideia de tribalismo e sua relação com a colonização na obra do sociólogo marfinense Lancine Sylla e, por fim, trabalharemos na literatura contemporânea questões teóricas sobre a chamada “política étnica”.

Vejamos, inicialmente, algumas considerações metodológicas preliminares.

Uma das grandes dificuldades de se trabalhar com o continente africano é encontrar características gerais que nos permitam encaixar fenômenos sociais específicos em quadros teóricos mais gerais, a fim de facilitar a compreensão dos processos políticos, econômicos e sociais do continente. Trata-se não só de uma tarefa difícil mas, também, um tanto pretensiosa, na medida em que trata-se de uma tarefa de universalização e simplificação, dois aspectos que se tornam ainda mais complicados em um continente cujas diversidades

históricas e culturais são imensas. No entanto, a dificuldade da tarefa não nos tira a necessidade de buscar tipos-ideais weberianos ou teorias que nos permitam aumentar nossa compreensão dos fenômenos que permeiam o continente.

Uma alternativa metodológica adotada por boa parte dos estudiosos africanos e africanistas é reduzir a área analisada ,entre regiões mais amplas que teriam semelhanças mais evidentes, ainda que muito gerais, como Magreb e África Negra ou subsaariana, ou entre blocos regionais mais delimitados que permitam uma análise comparativa mais controlada, baseadas em uma abordagem direcional e referenciada aos pontos cardeais – África do Norte, África Ocidental, África Oriental, África Central e África Meridional.

Neste trabalho, buscaremos apoiar-nos menos nesses referenciais geográficos e mais em processos, como colonização e descolonização, urbanização e guerra civil. É evidente que guardam diferenças relevantes em suas manifestações locais, ou mesmo internacionais (como a diferença entre o colonialismo inglês, português e francês). Mas também assumem aspectos semelhantes que transbordam as fronteiras nacionais, assunto este que, inclusive, tem sua própria questão no continente africano, cujas fronteiras dos países foram tão artificialmente desenhadas.

Buscamos, no primeiro capítulo, trabalhar com uma formulação de identidade que focasse em formas de interação social e autorreflexão identitária, mais baseadas na própria situação do indivíduo como ser antropológico e social do que em aspectos que dependessem de particularidades locais, nacionais ou regionais. Isso nos permite uma flexibilidade para se trabalhar com o conceito em diferentes países e contextos. Podemos usá-lo, portanto, tanto para analisar o caso angolano

No entanto, mesmo processos largamente conhecidos e mencionados são dúbios, ambíguos e trazem uma série de variações semânticas. Por vezes, a própria nomenclatura já é parte do objeto. Termos como tribo, tribalismo, etnia, nação são dotados de significado e valor emotivo (e, por isso, exigem cuidados metodológicos específicos) e, como veremos no próximo capítulo, nomenclaturas podem trazer legitimação ao se chamar oponente de guerrilheiro e uma tensão interna de guerra civil. Quando se trata de África, existe ainda outra dificuldade.

O estudo das ciências humanas é, em geral, marcado por forte eurocentrismo. Ainda permanece na academia brasileira um colonialismo cultural, que só se preocupa com a história

africana e asiática enquanto dominadas pela Europa, e que é silenciosa em relação a todo período histórico que se seguiu da descolonização. (PEREIRA, 1978). Sendo Nunes Pereira, a África é analisada em termos discriminatórios, em uma visão de mundo na qual impera uma concepção dualista, maniqueísta e falsa: “as metrópoles possuiriam cultura de valor universal; a África, costumes exóticos. O que é filosofia e religião na Europa toma os nomes de credence ou superstição na África. As lutas sociais nas metrópoles analisadas pela Sociologia e pela Ciência Política, na África são reduzias a lutas tribais – chave explicativa para todos os conflitos – e entregues ao estudo de uma antropologia de matriz colonial.” (*Ibid.* p. 2).

Não à toa, predomina na população um maciço desconhecimento e desinformação sobre o continente, que se aliam ainda a visões de mundo pessimistas e distorcidas propagadas pela mídia nacional e internacional sensacionalista. Sendo assim, por se tratar de um habitus (Bourdieu), fortemente incorporado por todos nós é fundamental que o estudioso assuma uma constante postura de autocrítica intelectual, a fim de que, ao se estudar África e Ásia, consiga-se, aos poucos, descolonizar o saber. Discussões fundamentais nesse sentido foram trazidas pelas correntes pós-coloniais, que se configuram como leitura indispensável para todos aqueles que se preocupam em contornar essas dificuldades.

Tomamos ter, portanto, ao longo de toda essa dissertação de mestrado, o cuidado de dar uma atenção especial aos conceitos sobre os quais construimos nosso raciocínio.

Nosso ponto de partida é exatamente o fenômeno responsável por toda a dificuldade metodológica acima mencionada. De acordo com Georges Balandier (1982), nenhum estudo concreto de sociedades afetadas pela colonização pode ser feito sem que tenha como referência o complexo qualificado como “situação colonial”.

Nosso estudo não tem como propósito apresentar o aspecto histórico da colonização, mas tratá-la como processo sociológico. É por esse viés que pretendemos apresentar o contexto macro e geral com suas forças atuantes, que afetam substancialmente as dinâmicas da etnicidade, estando ela própria inserida dentro do todo, ora determinando-a, ora por ela sendo determinada. Esse grande cenário dentro do qual todas as relações e interações se dão é o que sociologicamente chamamos de situação colonial.

Podemos entender situação colonial como o resultado das relações entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada, que causa um estado de crise latente, e que envolve uma totalidade de processos e fenômenos de adaptação e recusa, destruição de modelos

tradicionais mas com pontos de resistência, e estruturas e comportamentos que giram em torno de três forças dificilmente separáveis: ação econômica, administrativa e missionária. Como um complexo, uma totalidade, a colonização mexe com todos os aspectos da sociedade, transformando-os completamente. Como um grande sistema, ela determina novos fenômenos, como novos modos de agrupamento (como sindicatos), criação de novas classes e pseudo-classes sociais, articulações entre urbano e rural. Independente da ideologia política adotada, tensões e conflitos, relações de dominação e submissão são constantes.

A ação administrativa é uma das principais causas de transformação. É ela que se situa no coração do sistema colonial e organiza e constrói as colônias de exploração. Ela atua através de um rigoroso controle político, que se exerce direta ou indiretamente, e que faz uso de toda força que lhe é possível e necessária para garantir que sua autoridade não seja contestada. Reforçando-a e legitimando-a está certa “política indígena”, que infere em segregações, assimilações e associações. Estruturas, contextos culturais, estilos de vida e modos de pensar se enraízam e são fortemente incorporados pelos colonizados, que não só são cooptados a aceitar com, por ser um habitus incorporado (Bourdieu), o reproduz. A situação colonial impõe, assim, uma verdadeira “cirurgia social”, que infere em transformações dos níveis individuais ao estruturais da sociedade como um todo

O projeto colonial envolve, para Balandier, uma “fratura étnica”. A partilha das nações coloniais e os cortes administrativos conduzem a uma fragmentação dos grupos étnicos organizados e importantes, de unidades políticas de quaisquer envergaduras, ou constroem reagrupamentos artificiais. A decorrência disso é uma “balcanização” que impõe novas formas de interação social entre grupos, redefinindo suas relações de afinidade ou inimizade.

Outro aspecto de transformação profunda é o racial. O racismo é a ideologia-chave, organizadora, do colonialismo. Ele legitima a dominação e subjuga culturalmente, estigmatiza. A supremacia da raça branca é posta como um dado inquestionável decorrente de uma suposta evolução cultural e biológica (e o darwinismo social lhe cede o aparato intelectual de sustentação). Da mistura entre as raças, surgem novas raças, como a dos mestiços. Essa dimensão racial age diretamente na estratificação social, criando elites locais descendente de europeus brancos – superiores aos outros negros, mas sempre inferiores aos brancos. Seu status pessoal é legalizado e sua inserção no sistema econômico privilegiado, e assumem parte da administração colonial, auxiliando na manutenção da dominação colonial, já

que gozam de uma superioridade em relação aos outros mas tem consciência de que ainda dependem e estão submetidos aos brancos.

Todos os setores da sociedade colonial ocupam a função de garantir a manutenção do sistema de dominação. A superioridade técnica, material e militar europeia garantem que a subjugação seja inevitável e dissuade resistências e rebeldias.

A sociedade colonial é dividida etnicamente e espiritualmente. Ao mexer em todas as formações sociais precedentes à chegada europeia no continente, o colonizador media relações entre grupos étnicos e sociedades coloniais, manipula lideranças tradicionais, desfaz alianças e cria inimizades mútuas. Ele cria, inclusive, diferenças, em um trabalho de imposição identitária e categorização étnica que é conduzido de maneira obstinada e metódica, frequentemente com a ajuda de ordens missionárias. (OTAYEK, 2013, p. 104). A divisão espiritual complementa, portanto, através do ensino forçado do cristianismo. Todas as unidades políticas étnicas e sólidas que ameaçam o domínio do colonizador são desfeitas, seja através de desmontes políticos “diplomáticos” (ao dar cargos públicos para autoridades tradicionais) seja através da violência.

A situação colonial determina, portanto, separações: entre cidade e meios rural, proletário e burguês, entre elites e massas, gerações, religiões e comunidades. A separação é sempre incentivada com a finalidade de reduzir a capacidade de resistência e de desobediência. O projeto colonial desestrutura e recompõe em profundidade as sociedades africanas, suscitando a aparição de novos papéis sociais, desafios e clivagens, abrindo oportunidades novas de enriquecimento e acesso ao poder. O que leva a uma competição exacerbada em que os atores, segundo Otayek, se apropriam “de categorias étnicas, e a mobilização da etnicidade para este fim constitui um recurso estratégico tão mais funcional que ele se torna facilmente manipuláveis pelos empreendedores identitários engajados nessa luta” (*Ibide.* p. 104).

Todas essas alterações profundas mudam completamente o modo como se dá a sociabilidade. Grupos brigam por novos espaços e são incitados uns contra os outros. Havendo mudanças na interação entre os grupos, as fronteiras se fluem e se alteram, determinando em novas formas de convivência. Como vimos, a manifestação da identidade étnica está intrinsecamente relacionada a mudanças de contextos. Qualquer análise social sobre a identidade étnica no continente africano, e em especial em Angola, que foi colonizada até

1974, deve levar em conta os efeitos da situação colonial na sociabilidade dos grupos, buscando analisar o modo como a etnicidade se expressa nas configurações impostas pela situação.

Se a colonização é um processo complexo e multifacetado, a descolonização também o é. Podemos defini-la como “um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial, e que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e da África” (PEREIRA, 1978)

Segundo Frantz Fanon, a descolonização é sempre um fenômeno violento, e pode ser definida, simplesmente, como a “substituição de uma “espécie” de homens por uma outra “espécie” de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta.” (FANON, 2002, P. 51). Ela é desejada, reclamada e exigida, e é programa de desordem absoluta. É processo histórico e toca os indivíduos profundamente a nível psicológico e emocional, modificando-o fundamentalmente. É um processo que cria homens novos a partir do protagonismo dos que agora conseguem se libertar do mundo compartimentado colonial. Dos que aprendem a reconhecer sua humanidade depois ser tratado como animal por tanto anos.

Os partidos que lideram a independência são, em geral, os partidos nacionais, muitos de uma elite negra colonial que teve seus privilégios barrados na estrutura e hierarquia coloniais. Para Fanon, a violência é totalizante, nacional, está acima de “tribalismo e regionalismos”. As ideologias elaboradas pelas elites intelectuais ultrapassam, segundo Pereira, “os estreitos limites do tribalismo e do regionalismo para se estenderem à dimensão continente (o renascimento islâmico) ou à dimensão de uma etnia, com projeto político de forte e amplo suporte linguístico e religioso (pan-arabismo), até a solidariedade racial/ cultural (o pan-africanismo da primeira fase da negritude) e à frente política intercontinental (o afro-asiatismo). (*Ibid.* p. 6).

De fato, o discurso nacional é muito mais universal, e conseguiu, em boa parte dos países – inclusive Angola – unificar a massa heterogênea de colonizados em uma identidade mais abrangente. Como comunidade imaginada (Anderson), ela toca a essência dos indivíduos. Ela unifica pessoas do mundo todo em um único sentimento forte o suficiente para fazer as pessoas darem as suas vidas pelo sua liberdade, pelo seu país. Criam-se símbolos, tradições culturais. Em Angola, a elite intelectual produziu cultura nacionalista, seja por uma imprensa politizada independente, ou pela literatura. Interessante inclusive

observarmos como toda uma geração de intelectuais angolanos utilizou da poesia como meio de expressão dos sentimentos nacionalistas. Mais uma vez, nossa concepção de identidade ajuda-nos a compreender esse momento. A identidade que foi vista como a mais eficaz para a finalidade política de luta de independência foi a nacional, inclusive para os partidos da UNITA e FNLA, que posteriormente sustentariam um discurso étnico. Era a única que conseguiria unificar grupos tão diferentes em torno de um projeto comum. No entanto, tão logo a configuração conjuntural mudou e os grupos se viram numa disputa entre si pelo controle do Estado, outras formas de identidade pareceram mais eficazes, como veremos mais adiante, no capítulo 4.

Portanto, tanto a colonização quanto a descolonização aparecem como dois grandes quadros contextuais dentro dos quais as dinâmicas étnicas se mobilizam, ora se exarcebando, ora dando espaço para outras formas identitárias mais eficazes.

Um autor de grande importância para o debate sobre tribalismo e etnicidade é o sociólogo marfinense Lancine Sylla. Sua obra publicada em 1977 e infelizmente muito pouco conhecida no Brasil até hoje, - *Tribalisme et Parti Unique em AfriqueNoir* - faz uma análise profunda das relações entre tribalismo e nação, inseridas num contexto sociopolítico dominado por partidos únicos nacionalistas no período pós-colonial. O objetivo central de Sylla é apontar os paradoxos das sociedades multiétnicas face o problema da integração nacional, no qual o partido único se apresenta e se legitima como principal vetor de modernização e desenvolvimento e único capaz de combater a ameaça fragmentadora apresentada pelo tribalismo, a “besta-negra” do estado pós-colonial.

Apesar de não se alinhar com as abordagens de etnicidade que constroem o aparato teórico e metodológico dessa pesquisa de mestrado, abordagens que enfatizam o aspecto instrumentalista e mobilizacionista da identidade étnica – mas sem desconsiderar seu aspecto simbólico, emocional e subjetivo-, Sylla não só se desvincula das abordagens objetivistas da etnologia e da antropologia social (que até então tinham grande influência no debate acadêmico), como traz reflexões interessantes a respeito da questão do tribalismo em uma multiplicidade de contextos e fenômenos políticos e sociais próprios da história africana. Algumas das reflexões são sobre escravismo, repartição artificial territorial pelas potências europeias, colonialismo (tratando das diferenças entre o tribalismo nos sistemas inglês de “indirect rule” e no sistema direto e centralizado francês), partidos nacionalistas, pan-africanismo, entre outros. Para os propósitos desse tópico, que apresenta a colaboração de

autores africanos e africanistas, introduziremos apenas alguns conceitos do sociólogo marfinense.

Logo no começo do livro, Sylla introduz suas considerações de ordem metodológica apresentando seu conceito de tribalismo:

O tribalismo é um comportamento, uma atitude positiva ou negativa que cria, em um meio social determinado, uma rede de atrações e repulsões entre os membros de dois ou mais grupos que compõe esse meio social. Os membros de cada um desses grupos se dizem ligados pelo sangue, mas o são muito mais pela percepção que eles têm de si mesmos em relação ao outro. O tribalismo é uma mentalidade de grupo, uma ilusão gregária ou uma disposição de espírito que determina a conduta dos indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, e que regula as relações, frequentemente agressivas, entre membros de grupos similares. Este grupo, que se posiciona em oposição a outros e que seus membros acreditam ligados entre si pelo sangue, é a tribo. O sufixo “ismo” denota a ideia ou ideologia que os membros do grupo fazem de si mesmos.¹⁶ (SYLLA, 1977. P. 23).

Antes de tudo, convém destacar alguns aspectos de sua definição. O primeiro é que seu conceito é relacional, destacando o tribalismo não como algo fixo e concreto, dotado de características objetivas, como fazem algumas correntes antropológicas, mas sim como um comportamento, capaz de criar, em determinado meio, “uma rede de atrações e repulsões” entre membros de dois ou mais grupos. Para Sylla, o que une os membros do grupo não é ter ou não de fato as afinidades de sangue, mas sim a percepção de terem-nas. Ele é capaz de determinar a conduta dos indivíduos criando, portanto, certa honra interna, que regula as relações com outros grupos, relações frequentemente agressivas. Entre tribalismo, patriotismo e nacionalismo, para Sylla, existe uma relação de grau e de nível de realidade social, mas não de essência. No entanto, nas dinâmicas africanas, essas diferenças de grau acabaram virando antagonistas e não complementares.

Quando elites fundam partidos nacionalistas e tomam o poder, referem-se a outro tipo de nacionalismo, nacionalismo que nega o tribalismo, que o sufoca e o destrói. Para Sylla, trata-se de um “nacionalismo-sem-nação” ou que ainda procura uma. Ele não é resultado de uma evolução de graus que partem de uma essência, mas é artificialmente criado e se lança em

¹⁶“Le tribalisme est un comportement, une attitude positive ou négative qui crée, dans un milieu social donné, un réseau d’attractions et de répulsion entre les membres de deux ou plusieurs groupes composant ce milieu social. Les membres de chacun de ces groupes se disent liés par le sang, mais ils le sont beaucoup plus par l’idée qu’ils font d’eux-mêmes par rapport aux autres. En sorte que le tribalisme est une mentalité de groupe, une illusion grégaire ou une disposition d’esprit qui détermine la conduite des individus appartenant à un même groupe, et qui régle leurs relations, solvante agressives, avec les membres de groupes similaires. Ce groupe, qui se pose en s’opposant aux autres et dont les membres se croient liés par le sang, est la tribu; d’où le mot lui-même de tribalisme.”

busca de espaço em contextos sociais em que se relacionam uma multiplicidade de grupos tribais, em geral, de forma agressiva. A nação é, portanto, um projeto em construção, e é o partido único que tenta fundá-la. Sylla faz mais uma distinção, entre “nacionalismo” étnico e “nacionalismo territorial”. O primeiro seria a forma suprema do tribalismo, a continuação natural do processo de evolução de graus que parte da essência tribal. O segundo é o nacionalismo fundado após a queda do colonialismo, cuja criação foi assumida pelos partidos nacionalistas dentro das fronteiras artificialmente construídas pelo Congresso de Berlim.

Parece-nos, no entanto, que apesar de não elencar características obrigatórias na definição de tribalismo, traços fixos e objetivos que fixam de forma estável os grupos étnicos, mas enfatizar o caráter comportamental e sentimental da ideia de pertencimento, Sylla acaba caindo na mesma ingenuidade das correntes de etnicidade que colocam o tribalismo como fixo e pouco maleável, como “objeto”. Na verdade, para Sylla, o tribalismo sofre alterações profundas ao longo de toda a história africana, mas num sentido de “deturpação” e “anomalia” (trata-se de termos usados pelo próprio autor), ou seja, como determinada estrutura que foi intrinsecamente corrompida e “deturpada” até assumir uma forma nova, uma forma “moderna”, que é muito diferente do que era antes da chegada dos europeus em África. Isso fica evidente ao longo de toda argumentação do livro, que começa elencando três grandes fatores deturpadores do tribalismo: o escravagismo, a colonização, e a partilha da África com o estabelecimento de fronteiras artificiais. Para Sylla, antes da chegada dos europeus, o tribalismo já possuía os “germes da consciência nacional real”, que o levariam ao nacionalismo étnico, forma suprema do tribalismo. No entanto, esses germes foram sufocados pelo que ele chama de “crise da consciência nacionalista”, que designa precisamente a situação em que o sentimento nacional embrionário das sociedades tribais é abortado pelo nacionalismo territorial, forçado por meio dos aparatos militares, políticos e jurídicos, ou seja, sentimento que vai ao sentido contrário da evolução sociológica “natural”. Sylla descreve, ao longo do livro, como os diversos fatores alteraram e deturparam esse tribalismo e, principalmente, como esse tribalismo sempre foi manipulado, seja pelos traficantes de escravos, seja pelo colonizador, ou, mais recentemente, pelas potências internacionais durante a guerra fria e pelos partidos únicos.

No entanto, são inegáveis as contribuições da obra de Sylla para o campo da sociologia africana. Ele mostra como o desenvolvimento desigual das regiões, as missões religiosas, a alfabetização e a educação formal, entre outros, tornaram-se elementos poderosos de estratificação social, colocando diferentes grupos sociais ditos étnicos em posições sociais

diferentes, conferindo-lhes mais ou menos poder. Além disso, a reflexão de como o partido único procurou desestruturar esses grupos étnicos ao associá-los à fragmentação é real e atual, e aparece como importante uso que se faz da categorização étnica. Ao incorporar, ao discurso oficial, a eliminação do tribalismo, esses partidos usam a etnicidade como importante instrumento de coesão ao reafirmar as diferenças identitárias entre o “nós nação” e o “eles tribais” e criar a figura do outsider que deve ser combatido. Incorporando as ideias de Cohen, sendo os grupos tribais os não reconhecidos e à margem do estado oficial, então, temos a etnicidade, mais uma vez, sendo usada como instrumento, mas para mobilizar o grupo nacional – já reconhecido e oficializado – contra o inimigo a ser combatido. No caso angolano, como veremos com mais detalhes mais à frente, isso aparece claramente, na medida em que o MPLA, como partido único nacionalista que logo assume o controle do estado, incorpora ao seu discurso o objetivo de acabar com o tribalismo “segregador”; em contrapartida, aparece no discurso dos partidos opositores – o FNLA e a UNITA, mas no sentido contrário: levantam a bandeira da etnicidade contra a elite crioula do MPLA que se dizia angolana.

Ainda que, a nosso ver, Sylla acabe objetificando o grupo étnico, seu livro não deixa de ser excepcional, na medida em que expõe os diversos usos que se faz do discurso étnico, em especial por parte dos diversos atores que correram a história do continente e que sempre se direcionaram ao “tribalismo” com intuítos políticos e econômicos dissimulados e escondidos pelo discurso anti-tribal. Ao fazer uma microanálise de diversos aspectos da realidade angolana – que vão da administração colonial, ao acesso a educação e a recursos internacionais, entre outros, no quadro do estado africano independente, Sylla comprova a importância do estudo das manifestações e usos da categorização identitária, pelos diversos atores, para a compreensão dos processos sociopolíticos do continente.

Continuando em nosso objetivo de levantar questões teóricas, metodologias e conceitos importantes para o estudo da etnicidade em Angola, trabalharemos, nesse item, uma consideração teórica conceitual feita pelo africanista inglês especializado em África de língua portuguesa Patrick Chabal: política de “ser”. . Seu objetivo é destacar a dimensão individual que seria uma especificidade do indivíduo africano e que, em geral, não é considerada nas análises políticas, que se concentram só no aspecto da etnicidades. Mas a importância dessa dimensão é que esses aspectos funcionam como marcadores culturais identitários importantes, e podem ser mobilizados politicamente.

Chabal (2009, p. 27) chama de “ser” (*being*) o lugar e o papel dos indivíduos dentro de o ambiente onde eles nasceram ou viveram. Dentro desse aspecto, ele analisa três aspectos particulares da questão: origem, identidade e localidade.

Por origem, ele entende o lugar onde o indivíduo nasceu, a origem de sua família; e a ligação do indivíduo com o local geográfico. Essa origem é relevante se estiver ligada a outros fatores que são relevantes para a identidade, como a família (em seu sentido mais amplo), história ou relações comunitárias.

Chabal argumenta que, no continente em geral, os locais de nascimento e enterro têm grande importância por diferentes razões culturais, religiosas e étnicas, e destaca três: terra, ancestrais e crenças.

Por terra, entende-se o local físico que marca a origem, e está ligado aos mitos de origem, passados à diante através dos *griotse* dos contadores de história. Essas histórias normalmente trazem explicações do porquê há uma relação íntima, quase simbiótica com a terra, o que marca uma identidade geográfica. É também na terra que se dá um espaço de crescimento e de ocupações de determinados nichos de trabalho. Chabal argumenta que, por vezes, esses nichos de trabalho relacionados a determinado local reforçam uma identidade mais forte que a étnica. Pastores, agricultores, pescadores envolvem atividades laborais cujos marcadores culturais que a envolvem – dotados de um forte aspecto simbólico e emocional – são capazes também de criar uma identidade de grupo. Éo caso, por exemplo, de Ruanda e do Burundi.

O segundo aspecto da origem envolve a relação dos viventes com os ancestrais mortos. Em África (em sociedades tradicionais no mundo inteiro), há uma relação muito íntima entre os ancestrais e a terra, que não pode ser desassociada artificialmente (com a saída de grupos para outras áreas, por exemplo). A ligação com os ancestrais, independente de local onde estão enterrados, é parte integral do significado e da textura da identidade.

A relação entre ambos, terra e ancestrais, é a base do sistema de crenças. A importância desses aspectos para o estudo da política está, para Chabal, em dois aspectos: no fato de que política e políticos não podem se desassociar da ligação deles por um local concreto, um lugar de origem onde pertencem; e de que o local permanece central para a identidade e ação de todos os atores políticos, mesmo para os que operam a nível nacional. (*Ibidem*, p.30).

Em relação a identidade, Chabal, junto com Daloz, em sua obra “Africa Works: Disorder as political instrument” compartilha de nosso ponto de vista sobre a etnicidade e

pondera que não há nenhuma identidade fixa e imutável no continente- mas que devemos estar atentos às características culturais e sociológicas que importam aos africanos atualmente. Deve-se observar com cuidado os fatos políticos cotidianos em suas mais variadas manifestações. Nessa mesma obra, Chabal e Daloz argumentam que, pelas identidades africanas incorporarem uma noção comunal de indivíduos, ela seria mais inclusiva e extensa que no Ocidente. Inclusiva porque lida com as relação comunitárias que destacamos acima; extensa porque projeta em graus variados de intensidade para outros aspectos: social, econômico, religioso, cultural. (CHABAL; DALOZ, 1999, P. 52 e 53).

Metodologicamente, estudos étnicos, para Chabal, devem sempre ser guiados por conhecimento local sendo resultado da observação do que importa politicamente numa dada situação, tendo sempre em vista que a identidade sempre mudará com o tempo. Deve-se, então, tentar alisar o contexto histórico e local para identificar os marcadores de distintividade que são mais salientes.

Delimitadas essas especificidades teóricas e metodológicas sobre o estudo da sociedade e política do continente, trabalharemos no próximo capítulo três contextos com dinâmicas próprias dentro dos quais a identidade étnica tende a se manifestar: a urbanização e vida nas cidades; a política étnica em regimes pluripartidários e a guerra civil.

Capítulo 3

Etnicidade e contextos mobilizadores

Delimitado nosso repertório teórico-metodológico de etnicidade no primeiro capítulo, e apresentamos, no segundo, as particularidades das dinâmicas sociais próprias do continente, bem como alguns conceitos fundamentais. Este capítulo tem como objetivo debater três conjunturas políticas dentro das quais acreditamos que a identidade étnica se manifeste. Iniciaremos com a discussão sobre etnicidade e competição política. Depois, seguiremos analisando como a identidade étnica se manifesta nos grandes centros urbanos e, por fim, a relação entre guerra civil e etnicidade.

O primeiro contexto que vamos trabalhar é o da competição política e etnicidade.

Sendo a etnicidade instrumentalista e mobilizacionista, a pergunta que devemos fazer para compreendê-la é *quando e por que* elas se manifestam. Sabemos que a identidade étnica é uma entre as muitas plausíveis de serem manipuladas – ocupacional, religiosa, de classe, nacional. Quando ela tem forças para se sobrepôr às outras? Por que, em determinadas situações, ela é capaz de criar mais coesão interna em grupo que outros tipo de identidade?

Para Chabal (CHABAL, 2009, p. 33), a instrumentalização da etnicidade é, em África, a principal característica da identidade social. Pela importância que as linhas étnicas tiveram durante a colonização, ela foi e continua a ser uma identidade capaz de consolidar uma comunidade imaginada (Anderson) coesa. Segundo Chabal, a politização da etnicidade foi consideravelmente exacerbada depois da independência. O Estado patrimonialista construído em boa parte dos países africanos – inclusive em Angola – favoreceu ainda mais a mobilização étnica. A etnicidade tornou-se tão relevante na África pós-colonial que, para Chabal (*Ibidem* p.) “a etnicidade tornou-se uma linguagem política ubíqua, mas homens e mulheres ordinários continuam a se ver, e consideram outros, como indivíduos complexos e multifacetados, com quem eles interagem em um grande número de registros.”

A etnicidade aparece como uma das mais evidentes formas de africanização da política, agindo em contextos novos que se transformam constantemente nos jovens países africanos. Ela aparece como a alternativa conhecida, que remete o indivíduo a um sentimento de familiaridade que lhe é caro e confortável e, portanto, uma boa opção para se utilizar quando a conjuntura exige.

Indivíduos buscam recursos e melhorias de qualidade de vida. O Estado patrimonialista permite que grupos que assumem a autoridade soberana e o controle da burocracia estatal compartilhem os recursos que têm acesso. As pessoas buscam formar

coalizações que lhes permitam ter melhor acesso às posições políticas, cargos, posições em mercado. A etnicidade, ao criar vínculos identitários entre indivíduos, aparece como uma excelente opção. Em outras palavras, na disputa por capital simbólico, político, econômico, social e cultural na África a etnicidade aparece como proporcionadora de vantagens e facilidades.

Em artigo publicado no *American Journal of Political Science*, Benn Eifert, Edward Miguel e Daniel Posner (EIFERT, MIGUEL, POSNER, 2010) cruzaram dados de 22 rounds de pesquisa, com mais de 35 mil respondentes, através de 10 países africanos com a finalidade de averiguar a relação entre etnicidade e competição política.

Os resultados mostraram que a força da identificação étnica muda dramaticamente nos países africanos ao longo do tempo. Encontraram também fortes evidências de que as mudanças estão associadas com o quão próximo os rounds de entrevista foram feitos de eleições presidenciais, e que esse efeito de aproximação é fundamental na competitividade das eleições. A partir desses resultados, e considerando a etnicidade como mobilizacionalista e instrumentalista, os autores definem dois mecanismos potenciais que levaram a esse resultado.

O primeiro expõe a possibilidade de os políticos terem mobilizado ações que “usassem a carta étnica” em tempos de eleição. O segundo supõe o reconhecimento dos eleitores, sem que precisem de incentivos dos políticos, de que a alocação de recursos na África tende a seguir linhas étnicas e que as eleições são tempos para se decidir quem vai alocar esses recursos. A metodologia empregada não permite que se descubra qual dos dois (ou se os dois) mecanismos acontecem, mas torna evidente que existe uma relação íntima entre exacerbação da manifestação étnica e proximidade das eleições. Os resultados também mostram que o aumento da identificação étnica é inversamente proporcional a identidades de classe ou ocupacionais.

Os autores também averiguaram a hipótese de que o tamanho do grupo étnico teria impacto na identificação étnica. O argumento (POSNER, 2005) é que os respondentes seriam mais inclinados a se identificar em termos étnicos se os grupos maiores lhes oferecessem mais possibilidades de constituição de coalizões políticas. Membros de grupos pequenos teriam mais incentivos para se identificar como membros de outras etnias ou de adotar outros tipos de identidade, como religião, classe ou ocupacional. No entanto, os resultados não mostraram evidências de que houvesse relação entre tamanho do grupo e escolha da identidade. Também

não encontraram evidências de jovens seriam mais inclinados a se identificar em termos étnicos.

Os autores concluem o artigo argumento que os resultados dão fortes suportes para as teorias instrumentalistas. A explicação seria que, como em regimes multipartidários as eleições seriam os melhores momentos para a troca de quadros políticos, os políticos usariam todas as estratégias políticas para conseguir vantagens na corrida eleitoral. A identificação ainda demoraria um tempo depois das eleições até se reduzir novamente. Alguns autores, como Patrick Chabal, consideram a reciprocidade um valor cultural importante nas sociedades africanas. Para Chabal, em sistemas baseados em reciprocidade identitária haveria regras claras de troca, o que regula as obrigações de reciprocidade diferentes grupos e indivíduos dentro de redes. (CHABAL, 2009). O discurso étnico mobilizado em vésperas de eleições fortaleceria as expectativas de reciprocidade e de retorno de benefícios, privilégios, recursos, poder político.

No entanto, vale sempre lembrar que os políticos só vão mobilizar a identificação étnica se esta mostrar-se eficaz para o objetivo almejado, ainda que, para muitos, essa expectativa de favoritismo étnico já esteja subentendida.

Veremos agora outro contexto que exacerba a etnicidade: o crescimento urbano e as dificuldades da vida na cidade.

A manifestação da identidade étnica está intrinsecamente ligada a êxodo rural e ao crescimento vertiginoso das cidades no continente africano. Este é um dos aspectos em que ela assume maior importância, já que sua manifestação é consequência direta de dinâmicas sociais e econômicas que afligem boa parte dos países do continente – quiçá todos -, tais como as migrações decorrentes de catástrofes naturais, como períodos de seca prolongados, deslocamentos de refugiados de zonas de conflitos armados ou outros tipos de tensões violentas (como disputas de terras, ou zonas onde a criminalidade vigora ainda mais ostensivamente) e, não menos importantes, migrações decorrentes de processos macroeconômicos, como a expansão de monoculturas mecanizadas no interior.

São muitas as causas que têm levado ao crescente êxodo rural em direção aos centros urbanos. Uma das principais é o deslocamento por crises ambientais. Refugiados ambientais não são novidade do mundo contemporâneo. Populações sempre se deslocaram de uma região a outra para fugir de tempos de seca e estiagem a procura de terras mais férteis ou com melhor

fornecimento de água. No entanto, são consequências dos processos econômicos contemporâneos desastres na natureza decorrentes de poluição, construções de represas, e crimes ambientais cometidos por empresas, governos e grupos irresponsáveis¹⁷. Grande parte dos desastres naturais (como secas decorrentes dos ciclos ecológicos naturais) é evitável ou contornável através de melhorias tecnológicas e políticas públicas bem desenvolvidas. Exemplos como o de Israel, que é capaz de abastecer regiões inteiras de agricultura em zonas desérticas com água dessalinizada, ilustram isso. Contudo, esse tipo de tecnologia requer, naturalmente, uma organização estatal eficiente e governos bem organizados e direcionados, ambos ainda muito deficitários em grande parte dos países do continente. Tais dificuldades levam a enormes deslocamentos populacionais em direção de grandes centros urbanos.

Outra grande fonte de êxodo rural são os conflitos armados, ditos étnicos¹⁸ e religiosos. As dinâmicas das guerras civis afetaram diretamente a população civil não combatente, que se vê encurralada entre as partes beligerantes. Pequenos produtores que são expulsos de suas terras ou obrigados a produzir para guerrilhas, jovens que são constantemente assediados por guerrilheiros para serem recrutados para as milícias, ou simplesmente massacres, estupros em massas e outras formas de violência indiscriminada à população civil levam milhões de pessoas a abandonar suas vilas e aldeias em busca de refúgio e proteção nas cidades e, principalmente, grandes capitais, regiões geralmente mais seguras devido à sua importância estratégica para o conflito como um todo. Essas massas, expulsas às pressas de suas terras e de maneira totalmente desprevenida, migram totalmente desprovidas de planejamento, sem quaisquer garantias de segurança física ou alimentar.

As migrações decorrentes das guerras de independência e das guerras civis que as sucederam em boa parte dos países mudaram todo o perfil demográfico e urbano do continente. Uma das cidades que mais cresceu devido a essas massas de refugiados é Luanda, em Angola. De acordo com Venâncio (VENÂNCIO, 2009. P. 135), cinco anos antes da independência dos portugueses, em 1975, a população da cidade era de 475 328 habitantes. Já naquela época, a estrutura urbana da colônia não dava conta de servir toda a sua população.

¹⁷ Além das alterações climática a nível mundial, decorrentes de efeito estufa e outros desastres climáticos a nível planetária, que possuem consequência sutis a nível local, como alterações de nichos ecológicos, migrações de populações de animais, alteração de P.H. da água, e assim por diante.

¹⁸ Dito étnicos porque, como veremos mais adiante nesta dissertação, não acreditamos que os conflitos sejam de natureza étnica; são econômicos e políticos, mas mobilizam a identidade como uma ferramenta poderosa dentro das dinâmicas do conflito, tendo em vista o efeito agregador de uma identidade, e sua capacidade de mobilizar emocionalmente indivíduos contra o inimigo criado, já que envolve uma considerável dimensão subjetiva, além da mobilizacionista e instrumentalista (como ficou expresso no capítulo dedicado à delimitação conceitual dessa dissertação).

Boa parte da cidade vivia fora dos serviços urbanos coloniais, sobrevivendo nos chamados musseques, os “bairros de lata”. Em 1983, ainda durante a guerra civil com batalhas em algumas regiões do país, a população de Luanda já havia crescido para 923 842, dentro dos 7 634 455 habitantes que, segundo o INE local, populavam o país. Esse número cresceu ainda mais durante o retorno da guerra civil em 1992, e, após o fim da guerra, Luanda continuou a ser vista por toda a população angolana como o melhor lugar para se reconstruir a vida. Atualmente, a população de Luanda já chegou em 6,5 milhões¹⁹, caracterizando-se como uma das maiores cidades dos países de língua portuguesa, perdendo só para São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil. Esse aumento populacional, principalmente das capitais, ocorreu em todos os países que sofreram – ou continuam a sofrer – guerras civis. Além dos fatores econômicos e sociais, outros fatores que levam à emigração das vilas rurais são os econômicos.

Na divisão internacional do trabalho, os países africanos, salve algumas exceções, como a África do Sul, ocupam majoritariamente o papel de fornecedores de matéria prima e produtos primários. Localizados na periferia do sistema-mundo, como diria Emmanuel Wallerstein, suas economias são frágeis e pouco diversificadas, especializando-se na exportação de produtos extrativos derivados do solo, como minerais, diamantes, gás natural e petróleo e em grandes monoculturas voltadas à exportação. O valor de seus produtos flutua completamente à mercê do sistema financeiro internacional e da vontade política dos grandes países que dominam o sistema financeiro econômico, como Estados Unidos, China e países europeus. Muitos países, inclusive, concentram boa parte de seu PIB em um único produto para exportação, como é o caso do cacau na Costa do Marfim, do cobre na República Democrática do Congo, do chá em Ruanda e do amendoim no Senegal (MUNANGA, G.T., 2008, P. 185). Ademais, suas indústrias de extração não são reforçadas sequer por indústrias de transformação suficientes, tornando-os ainda mais dependentes de outros países.

Apesar de boa parte da produção nacional dos países africanos ser composta de produtos agrícolas, sua produção não é, em geral, suficiente para oferecer à suas próprias população os bens e serviços necessários, nem em quantidade, nem em qualidade, tornando-os ainda dependentes de produtos de importação. Tal desequilíbrio prejudica ainda mais os orçamentos nacionais, refletindo, de uma forma geral, em custos superiores para a própria população. Segundo Munanga, essa dependência de produtos externos é tão grande, que muitas populações têm substituído seus tradicionais hábitos alimentares por dietas vindas

¹⁹ De acordo com o Censo de 2014 promovido pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE Angola).

diretamente do exterior, como ocorre em certas capitais em que o consumo de pão de trigo supera progressivamente o consumo de cereais ou mandioca (*Ibidem*. P.185). Uma alternativa à falta de produção nacional de alimentos seria a entrada de alimentos de países vizinhos e fronteiriços, muitos com economias complementares. Mesmo neste caso, esbarra-se em outra dificuldade. Relações conflituosas entre países (em especiais entre países em guerras ou seria instabilidade social e política) levam a empecilhos à circulação de pessoas e produtos, agravada pela falta de infraestrutura e vias de comunicação adequadas.

Complementar a isso, está o desemprego causado pela utilização crescente de equipamentos técnicos de produção nas grandes monoculturas, que exigem cada vez menos mão-de-obra. O crescente custo de vida mesmo no interior e a falta de empregos geram pobreza e uma situação de vida miserável, o que impulsiona muitos às estradas para os conglomerados urbanos em busca de uma melhora na qualidade de vida ou, em casos mais graves, de uma garantia mínima de sobrevivência.

As cidades que mais atraem migrantes e refugiados são os antigos centros político-administrativo dos sistemas coloniais e, na maior parte dos casos, as atuais capitais políticas e econômicas²⁰. Para Venâncio, isso se explica pela proteção estatal, a simbologia da capital que envolve uma ideia de melhor qualidade de vida e a heterogeneidade étnica, presente desde sua fundação, já que sempre recebeu populações de todos os cantos do antigo território colonial (VENÂNCIO, 2009. P. 139).

Interessante observarmos que Venâncio, apoiando-se em Manshard, distingue dois tipos de cidade em relação à sua composição étnica. As cidades de fundação africana, independente de serem islamizadas ou não, seriam etnicamente mais homogêneas, fortemente hierarquizadas e dominadas por determinado grupo étnico. De outro lado, as cidades de fundação europeia, como centros político-administrativos ou centros industriais, teriam uma população etnicamente mais heterogênea, por vezes controlada por uma elite ou por algum grupo com status vinculado com algum grupo étnico específico, que acaba assumindo um papel preponderante na cidade (*Ibidem*, P. 138).

²⁰ Em relação a esse processo de urbanização, o relatório feito pelas Nações Unidas “Perspectivas econômicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial” considera dois grandes vetores desse movimento. De um lado, temos um processo de **metropolização**, em que “arquipélagos urbanos emergem de grupos de cidades ligados entre si por sistemas rodoviários antecipando futuras megacidades” (*Apud* Dollfus, 1997; Veltz, 1996); e outro processo de **crecimento local difuso**, que transforma grandes aldeias locais em centros rurais e, em seguida, pequenas cidades, tendo como base sua função exercida (administrativa, política ou comercial). (African Development Bank, Organisation for economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme (2015))

Todas essas massas populacionais que se dirigem constantemente para as cidades trazem uma nova dificuldade. Apesar das cidades concentrarem boa parte dos recursos estatais em detrimento das vilas e pequenas cidades rurais, o crescimento urbano rápido e contínuo piora ainda mais a situação já insuficiente da infraestrutura urbana. A enorme densidade populacional traz sérios problemas de saneamento básico, fornecimento de água potável e eletricidade, carência de serviços de transporte, unidades de atendimento de saúde e escolas. A expansão de bairros totalmente desprovidos de urbanização criam zonas completamente alheias de qualquer presença estatal. É dentro deste contexto – de migrações contínuas do campo para as cidades e cidades demograficamente lotadas e mal estruturadas – que a manifestação da identidade étnica aparece vigorosamente.

Os migrantes e refugiados, quando chegam nos grandes centros urbanos, encontram-se em um mundo anônimo, muito diferente da pequena vila onde habitava, em que possuía familiaridade, certa tranquilidade e raízes bem estabelecidas. Em uma dinâmica de vida completamente diferente, no cotidiano caótico que marca as grandes cidades, eles buscam recuperar a solidariedade e familiaridade sobre os quais eles mantinham suas antigas vidas. As associações com base identitária étnica e regional cumprem exatamente essa função.

Mobilizando fortemente elementos culturais associados à identidade étnica, nascida e consolidada no meio rural, essas associações buscam proporcionar para seus membros a mesma relação de solidariedade que unia seus semelhantes identitárias em seus lugares de origem. Contrapondo-se ao isolacionismo característico da vida das grandes cidades, as associações étnicas retomam a rede de ajuda mútua entre seus semelhantes definindo, assim, critérios de pertencimento do grupo estabelecidos por signos e marcas culturais tradicionais. O indivíduo que chega do meio rural vê-se tão logo inserido novamente no seu meio familiar, onde poderá se entregar à sua antiga identificação, tendo sua sobrevivência facilitada por seus então semelhantes. Essas associações lutam, portanto, pela mitigação das dificuldades características dos grandes centros urbanos. Temos, como exemplo desse processo, o caso dos bakongos regressados do Zaire em Luanda, que mantiveram sua identidade sólida na capital angolana.

Munanga destaca que uma das características mais fortes dessas associações é a prática da cotização obrigatória, que envolve a cobrança de uma soma de seus membros para proporcionar ao grupo assistência em casos de doenças, falecimentos, casamento, nascimento, bem como o auxílio à criação de pequenos negócios. A associação funciona, assim, como um

tipo de seguridade social, que envolve a proteção dos membros do grupo étnico. (*Ibid.* P. 190). As associações permitem também uma concentração habitacional de indivíduos semelhantes identitariamente, formando uma enorme “família alargada”. Junto com a identidade étnica vem um código de conduta determinado, deveres e obrigações. Os que se encontram dentro do grupo se veem, então, impelidos a se ajudarem em uma rede de auxílio mútuo, que estende seu efeito não só nas relações pessoais mas, também, nas relações comerciais. Favorece-se, assim, o desenvolvimento de setores informais da economia, que proporcionam o abastecimento de produtores alimentares a preços mais baixos, contornando a desarticulação do setor agrícola mencionada anteriormente.

O efeito agregador e de auxílio mútuo proporcionado por essa identificação étnica, também chamada por alguns autores africanistas como “retribalização”, também é sentido em outras formas de identidade coletiva. É o caso, por exemplo, das igrejas universais e neopentecostais que têm conquistado cada vez mais espaço nas cidades africanas. A solidariedade criada pelos que dividem a mesma Congregação permite contornar as dificuldades pessoais no mesmo tipo de sistema informal de seguridade social. Mas, por outro lado, reforça diferenças com outros grupos sociais, em especial de outras religiões (como de religiões católicas ou religiões tradicionais trazidas e recuperadas pelas associações étnicas do meio rural, num movimento de “neopaganismo”), criando novas formas de atritos e tensões sociais.

Considerando que associações étnicas e famílias alargadas concentradas em linhas étnicas formam fronteiras (maléaveis, mas presentes), que determinam critérios de pertencimento, definidos e fixados a partir da manipulação de elementos culturais (como vimos anteriormente), e que proporcionam a seus membros um sentimento legítimo de pertença, envolvendo-os, portanto, em nível emocional, temos que, situações em que grupos sociais diferentes lutam por ocupar o mesmo espaço dentro de um determinado setor econômico, político ou administrativo, podem levar a tensões sociais com feições étnicas.

Os conflitos e tensões não são, em si, étnicos, convém-nos destacar; trata-se muito mais de grupos concorrentes disputando por determinado capital social, simbólico, político, econômico ou cultural. Mas que envolve a dinâmica étnica como um elemento eficiente nessa disputa. Isso ocorre, por exemplo, quando determinado grupo étnico se fixou em determinado setor econômico – como a venda de produtos eletrônicos importados da China, ou tecidos de determinada região-, e outros vêm tentar ocupar o mesmo espaço econômico. De certo o

elemento étnico se destacará como o pano de fundo dentro do qual os conflitos se dão ainda que, a essência no conflito, seja uma disputa econômica ou política.

Pode ocorrer também de essas redes de auxílio mútuo em bases étnicas se estenderem no nível da administração municipal e na vida política. Isso ocorre quando muitos se filiam a determinado partido político não por conta de sua afinidade ideológica com a proposta política defendida, ou pelo seu modelo de sociedade proposto, mas sim pelo pertencimento étnico dos líderes do Partido. A lógica é a mesma: se determinado político é de um grupo étnico, quando ele tiver acesso a cargos e recursos, ele irá privilegiar os membros do seu próprio grupo étnico. Não por acaso a questão da etnicidade aparece com peso em momentos eleitorais. O discurso étnico mostra-se, portanto, poderosa ferramenta para angariar-se apoio político, militância e, principalmente, votos.

Se, por um lado, esse tipo de sistema de seguridade social em termos étnicos funciona a nível microssocial, melhorando consideravelmente a sobrevivência e melhora de qualidade de vida, contornando, assim, as dificuldades apresentadas pelas cidades, de outro ele pode trazer uma desagregação social em termos de outros movimentos coletivos de lutas de direitos, como ocorre com uniões de classe, como sindicatos. Munanga argumenta que, como sindicatos são brutalmente oprimidos por muitos governos, haveria, assim, um interesse por parte dos governantes de permitir associações étnicas em detrimento de organizações de classe. Grupos étnicos podem ser muito mais restritivos e desagregadores da sociedade como um todo do que classes oprimidas, com uma solidariedade acima de suas pertenças étnicas, unindo-se em uma reivindicação conjunta. Seria, portanto, muito mais fácil para os governos controlarem várias pequenas comunidades étnicas do que poucas grandes associações de classe. Mais uma vez, a etnicidade aparece como um dado fundamental da análise das dinâmicas sociais do continente, seja a nível microssocial, seja a nível macrossocial. .

O primeiro capítulo buscou delimitar os conceitos de etnicidade pelos quais buscamos interpretar a realidade angolana. Apoiados substancialmente em Abner Cohen, destacamos o caráter instrumentalista e mobilizacionista da etnicidade, mas sem desconsiderar o modo como lida com a cultura e toda sua dimensão subjetiva, que envolve profunda e emocionalmente os indivíduos que compartilham a identidade, num tipo de comunidade imaginada (Anderson). Aceitando a premissa de que a etnicidade é dinâmica, maleável, relacional e contextual, buscamos trabalhar, no segundo capítulo, os processos que podem estar diretamente relacionados com a manifestação identitária. Mas não qualquer processo.

Se, por um lado, as considerações teóricas do primeiro capítulo tratam de debates gerais do processo identitário que podem ser aplicadas a qualquer realidade social, ainda que os autores teorizem a partir de estudos de casos específicos, por outro, o capítulo dois buscou exatamente delimitar processos característicos da realidade africana, apoiando-se em autores clássicos africanos e africanistas, como George Balandier, Frantz Fanon, Patrick Chabal. Foi dado especial destaque ao sociólogo marfinente Lancine Sylla, cuja obra, infelizmente ainda não traduzida do francês e pouco conhecida no meio acadêmico brasileiro, traz reflexões fundamentais para a compreensão do fenômeno do tribalismo, em especial durante o período colonial e pós independências, em cenários políticos dominados por partidos únicos. Buscou-se mostrar que, qualquer que seja a manifestação da etnicidade no continente, há que sempre considerar a situação colonial e outras variáveis que interferem nos contextos dentro dos quais ela se manifesta e, portanto, devem sempre ser consideradas em qualquer análise que trata do aspecto identitário em países do continente.

Este terceiro capítulo continua nessa linha de tratamento de variáveis para a pesquisa com a etnicidade no caso angolano, mas apresentando e problematizando pesquisas contemporâneas que tratam de outros fatores presentes (ou já presentes) em quase todos – quiçá todos – países africanos: as dinâmicas da violência e da guerra civil.

Dentro de nossa premissa de trabalho de que a etnicidade é maleável e relacional, poderíamos afirmar que a etnicidade seria afetada pela violência e pelas dinâmicas específicas da guerra civil. A apreciação dessas duas variáveis é fundamental para o estudo angolano porque ambas estão intrinsecamente ligadas à história da Angola independente, cuja autonomia nasceu de um conflito armado com o colonizador português, e a consolidação política e social se fez, na maior parte do tempo, dentro do quadro de uma das mais violentas guerras civis da história. Sendo assim, podemos afirmar que é impraticável empreender qualquer investigação científica sobre a etnicidade em Angola sem considerar quais são os efeitos das dinâmicas próprias da violência e da guerra na manifestação e articulação de identidades coletivas.

No entanto, algumas ressalvas metodológicas se fazem necessárias. Sendo a etnicidade dinâmica, fluida e em constante mudança, e não estática, localizada e fixa, como trabalha-la metodologicamente? Boa parte dos estudos internacionais dentro do campo da guerra civil e etnicidade tem sido feita através de metodologias quantitativas a partir de grandes bases de dados. Mas como coletar dados de algo que muda o tempo todo? Na primeira parte do

capítulo, levantaremos algumas dificuldades da metodologia para investigação de etnicidade, bem como algumas alternativas encontradas. Feitas as considerações metodológicas, trabalharemos na segunda parte a relação da etnicidade e guerra civil de acordo com os principais autores dos estudos de guerra civil, trabalhando conceitos e buscando averiguar quais são as conclusões que tem sido feitas em alguns trabalhos de campo da área empreendidos em outros casos. Nenhum dos autores que trabalharemos neste capítulo trabalha com o caso angolano, pelo contrário.

Por existir muito pouco dado coletado sobre Angola e em Angola pelas grandes organizações internacionais de coleta de *big data*, uma pesquisa de campo futura mostra-se ainda mais fundamental: todas as hipóteses levantadas a partir da análise de outros países ainda não foram validadas para o caso angolano. Uma pesquisa séria em Angola, sustentada em bons métodos e teorias, contribuiria indubitavelmente com todo o campo dos estudos da guerra civil em debate a nível internacional, já que há uma carência muito grande de pesquisadores dedicados a Angola nessa área e nos principais centros de pesquisa internacionais.

Angola independente nasceu da guerra. Tão logo a encerrou, uma nova começou. Da guerra surgiu o Estado e pela guerra ele se consolidou. Após a recusa de Jonas Savimbi em aceitar a derrota nas eleições gerais de 1992, a guerra recomeçou, e desta vez ainda mais violenta e destrutiva. Angola viveu mais tempos em conflito armado do que em paz, e esse talvez seja um dos mais importantes processos que afetam as relações sociais no país. Como um fenômeno total, ela envolve tudo e a todos, e altera de formas muito específicas todas as dinâmicas sociais do país. Sendo assim, a guerra é, certamente, uma das principais variáveis que afetam a manifestação da identidade étnica. Mas não só ela. A violência também altera contextos e modos de interação social. Nosso objetivo para este tópico é traçar algumas considerações a respeito da relação entre guerra e etnicidade, apresentando alguns dos principais estudos que tem sido produzidos nos *think tank* internacionais.

Existem muitos conceitos de guerra civil, e o próprio termo causa grandes confusões semânticas. Assumir que há uma guerra civil carrega um significado simbólico muito forte e consequências políticas relevantes. A diferença de nomenclatura é capaz de empoderar e legitimar consideravelmente um grupo e enfraquecer outro. Um governo pode se referir à ação de um grupo desafiante como “Problema”, “Situação”, “Levante”, “Emergência”. Pode chamá-los de “bandidos”, “delinquentes”, “baderneiros”, “marginais”, “vândalos”. Todos

esses eufemismos trazem um valor simbólico de anomalia, mas dão a entender que o governo ainda é capaz de manter o status quo. No entanto, quando se assume que os desafiantes são “rebeldes” ou “guerrilheiros”, um novo status lhes é dado.

Quando se reconhece uma situação de guerra civil, a capacidade do governo de manter a ordem está posta em cheque e o novo conflito social tem plenas condições simbólicas de inverter o quadro político. Sendo assim, a primeira dificuldade dos estudos de guerra civil trata exatamente da definição, já que a própria nomeação e categorização já são partes relevantes do fenômeno. O conceito com o qual trabalharemos converge dimensões-chaves de diferentes definições. Para as finalidades desse trabalho, usaremos a definição cunhada pelo professor de Yale Stathis Kalyvas: “guerra civil pode ser definida como combate armado que ocorre dentro de fronteiras de uma entidade soberana reconhecida entre partes que, no começo das hostilidades, estão submetidas a uma autoridade comum.”²¹ (Kalyvas, 2006). Nessa definição, dois elementos centrais são destacados: a militarização do conflito, exigindo ao menos dois lados competidores, sendo um deles uma organização rebelde com soldados totalmente engajados e equipamento militar; e o desafio doméstico contra a autoridade do detentor do controle da entidade soberana. Por essa definição, podemos dizer que tanto as guerras de libertação (dos partidos rebeldes contra a autoridade portuguesa detentora do controle do Estado) quanto os dois momentos dos conflitos que se seguiram (do FNLA e da UNITA e, posteriormente só UNITA, contra o MPLA – partido que dominou a capital e controlou a autoridade soberana) são guerras civis.

Existem muitas pesquisas no campo dos estudos de guerra civil que buscam relacionar diferentes variáveis a partir, principalmente, do cruzamento de dados de grandes bancos de *big data*.²² Apresentaremos a seguir alguns dos principais resultados que têm sido publicados nos últimos anos.

²¹ “Civil war can be defined as armed combat taking place within the boundaries of a recognized sovereign entity between parties subject to a common authority at the outset of the hostilities”.

²² Temos algumas ressalvas em relação à boa parte da metodologia quantitativa empregada nesses estudos. Por falta de oportunidade, não discutiremos aqui as complicações do estudo, tampouco buscamos confirmar os cálculos realizados nesses papers. Mas vale destacar as considerações metodológicas mencionadas no primeiro capítulo dessa dissertação: boa parte desses estudos se baseia em bases de dados criadas a partir de coletas de bancos como o *ELF*, bancos formados com metodologias baseadas em concepções primordialistas da identidade. Como falamos, bancos como os disponibilizados pelo Afrobarometer, que busca empregar metodologias que considerem os aspectos subjetivos da identidade, parecem-nos mais confiáveis. No entanto, acreditamos que o rigor necessário seja ainda maior, como a metodologia empregada por Daniel Posner em sua pesquisa sobre a etnicidade na Zâmbia (e também apresentada nessa dissertação). De qualquer forma, como nosso objetivo nessa dissertação é apresentar variáveis que se relacionam e devam ser consideradas para o estudo do caso angolano, os resultados dos papers citados não de nos auxiliar em nosso propósito.

Stathis Kalyvas ressalta²³ que o fenômeno da guerra civil talvez seja um dos mais desafiadores de serem pesquisados, não só por conta da dificuldade de se fazer pesquisa de campo (já que, em geral, implica em sérios riscos para os pesquisadores), mas também porque existem muitos autores buscando relacionar diversas variáveis, principalmente por metodologia quantitativa, e muito papers têm sido publicados, mas hipóteses têm surgido e sido constantemente invalidadas por novos estudos, tornando o campo muito incerto. Para Kalyvas, a única hipótese que parece sempre se confirmar é que há uma relação entre guerra civil e pobreza, mas ainda não se sabe ao certo como se dá essa relação.

Laitin e Fearon (FEARON, LAITIN, 2003) mostram, em seu artigo “Ethnicity, Insurgency, and Civil War”, que a atual prevalência de guerras civis é principalmente resultado da acumulação de conflitos postergados desde os anos 50 e 60, e não de uma mudança associada ao sistema internacional pós-Guerra Fria. Argumentam que as guerras civis devem ser entendidas em termos de insurgência ou de guerra de guerrilha. Os fatores que explicariam quais países têm estado em risco de guerra civil não são étnicos ou religiosos, mas sim as condições que favorecem a insurgência, que inclui pobreza – característica de estados economicamente e burocraticamente fracos e que facilitam o recrutamento rebelde -, instabilidade política, terrenos acidentados e largas populações.

Andreas Wimmer, Lars-Erik Cederman e Brian Min mostram em “Ethnic Politics and Armed Conflict: A Configurational Analysis of a New Global Data Set” (WIMMER, CEDERMAN, MIN, 2009) que sociedades altamente diversas não são mais suscetíveis a conflitos. Contudo, estados caracterizados por configurações etnopolíticas de poder tendem mais a experimentar conflitos violentos. Primeiramente, rebeliões armadas desafiam com mais facilidade estados que excluem grandes porções da população com base em motivos étnicos. Segundo, o risco aumenta quando um número grande de elites políticas competidoras compartilhar poder em um estado segmentado. Terceiro, estados pouco coesos com pouca experiência em governos diretos representativos tendem a sofrer maiores chances de conflitos separatistas. Usando a base de dados *Ethnic Power Relations* (EPR), os autores mostram que rebelião, insurgência e separatismo resultam de altos graus de exclusão, segmentação e falta de coesão, respectivamente. No entanto, não há relações entre diversidade e conflito violento.

²³ Comentário feito pelo próprio autor no curso “Civil Wars” ministrado na Universidade de São Paulo, em novembro de 2014.

Cederman, Weidmann e Gleditsch, por sua vez, mostram em “Horizontal Inequalities and Ethno-nationalist Civil War: A Global Comparison” (CEDERMAN, WEIDMANN, GLEDITSCH, 2011) que desigualdades horizontais entre grupos étnicos politicamente relevantes e estados em geral promovem conflitos etno-nacionalistas. Através de uma metodologia que envolve método espacial que combina informações geocodificadas sobre áreas de assentamento étnico com estimativas espaciais de riqueza, os autores concluem que, em sociedades altamente desiguais, tanto grupos ricos e pobres combatem com bem mais frequência que os grupos cuja riqueza se aproxima da média do país.

Fearon, Kasara e Laitin, em “Ethnic Minority Rule and Civil War Onset” (FEARON, KASARA, LAITIN, 2007) argumentam que seus estudos com base no Ethnolinguistic Fractionalization” e outras medidas de demografia étnica mostram que há uma fraca tendência de estados com líderes de minoria étnica entrarem em guerra civil. Comparando estados de níveis econômicos similares, não aparecem, para os autores, evidência de que países com grande diversidade étnica tenham maior risco de guerra civil, ao contrário do que muitos intelectuais e estadistas acreditam.

Dois importantes trabalhos que não concernem diretamente à questão étnica, mas trazem duas contribuições importantes dos estudos de guerra civil para analisar o caso angolano são os trabalhos de Kalyvas e Balcells e o estudo de rebeliões de Jeremy Weinstein. Kalyvas e Balcells, em “International System and Technologies of Rebellion: How the End of the Cold War Shaped Internal Conflict” argumentam que o sistema internacional molda guerras civis no modo como ela são lutadas, o que os autores chamam de “tecnologia de rebelião”. Um estudo que se faz necessário é analisar como as configurações internacionais do conflito angolano (Estados Unidos, Cuba, Zâmbia, África do Sul e União Soviética) moldaram as dinâmicas internas do conflito, em especial no que concerne ao modo de combate (insurgência, guerrilha, guerras convencionais).

Em seu estudo sobre rebeliões, Weinstein (WEINSTEIN, 2007) argumenta que as diferenças no modo como grupos rebeldes empregam a violência são consequências das variações das condições iniciais que líderes enfrentam. Para o autor, grupos rebeldes que emergem de ambientes ricos em recursos naturais ou com apoio externo de patrocinadores estrangeiros tendem a cometer altos níveis de violência indiscriminada. Movimentos com recursos escassos cometem bem menos abusos e empregam a violência de maneira mais seletiva e estratégica. Esse argumento pode ser analisado criticamente a partir do caso

angolano, em que a UNITA possuía o controle dos diamantes, e a FNLA possuía acesso a recursos vindo dos bakongos do Congo. A facilidade de acesso à recursos tira a necessidade de grupos rebeldes ou governos organizarem unidades produtivas, industriais ou agropecuárias, precisando, assim, lidar com camponeses e trabalhadores.

Como se pode ver, os estudos com metodologia quantitativa nos mostram aspectos interessantes sobre as dinâmicas da guerra, mas trazem poucas confirmações a respeito da relação da etnicidade com a guerra. Uma metodologia que nos parece adequada para se abordar essa questão envolve uma análise qualitativa das formas como a etnicidade se manifesta dos diversos processos que envolvem a dinâmica do conflito (tanto interna, quanto internacional): discurso e modo de recrutamento, posicionamento em relação aos partidos inimigos, modos de tratar e abordar a população civil.

Feitas essas considerações teóricas a respeito das três conjunturas acima, o quarto e último capítulo focará mais diretamente o caso Angolano, buscando os indícios de que a manipulação da identidade étnica é uma dinâmica constante, ainda que muito variante, da Angola independente.

Capítulo 4:

Etnicidade em Angola

Esta pesquisa não pretende investigar se o conflito angolano é ou não um conflito étnico. Pelo contrário, entendemos que, na realidade, não existem conflitos étnicos: conflitos pretensamente étnicos são conflitos sociais. Como vimos no primeiro capítulo, se considerarmos esse aspecto instrumentalista da etnicidade, encontraremos, nos conflitos ditos étnicos, identidades presentes, criando consciências de grupo que contribuem na mobilização de grupos que se tencionam, mas que não são suas causas. Estas, em geral, têm natureza política e/ou econômica. O historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo nos dá dois exemplos de conflitos ditos étnicos que são, na verdade, sociais: o caso dos burquinenses que são expulsos do centro e do oeste da Costa do Marfim – um problema de nacionalidade, já que os burquinenses da Costa do Marfim são conhecidos como burquinenses; e o conflito entre os peus e os cultivadores de outras etnias, como os bobos. As tensões entre os dois grupos não são decorrentes por serem desta ou daquela etnia, mas sim porque uns são criadores de gado e outros agricultores, ou seja, trata-se de tensões socioeconômicas. (KI-ZERBO, 2009)

Desta forma, reconhece-se que as causas do conflito angolano não são étnicas. São causas profundas inseridas nas dinâmicas sociopolíticas entre os grupos que disputaram e continuam a disputar o poder e o controle do Estado, bem como os riquíssimos recursos econômicos que ele dá acesso. No entanto, a manifestação da identidade étnica aparece durante toda a história de Angola independente, com intensidades variadas e, principalmente, em momentos diferentes.

Aparece no discurso nacionalista universalista do partido MPLA, que a critica duramente, associando-a ao tribalismo fragmentador, mas contraditoriamente se apoia no grupo étnico dos umbundos. Expõe-se com muito mais intensidade nos discursos de Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA), que recorrem à etnicidade ao longo de todas suas trajetórias políticas e militares. Emerge nas reivindicações das autoridades tradicionais que recorrem à identidade étnica para consolidar a coesão de seu grupo e ganhar força para negociar com os partidos no campo político, que as procuram seja para cooptar soldados em tempos de guerra, seja para angariar votos em tempo de paz. A análise das manifestações da identidade étnica, vista como possuidora de fronteiras maleáveis, dinâmicas e flexíveis, que se modificam segundo a situação e o contexto sociopolítico, procura contribuir na compreensão dos fenômenos políticos do continente africano como um todo, já que a emergência das identidades étnicas nos Estados pós-coloniais africanos aparece como uma das questões centrais do debate sociológico contemporâneo, na análise das dinâmicas da guerra, ou na sua importância na transição democrática.

A hipótese inicial, proposta teoricamente nesta etapa e que esperamos validar durante a pesquisa de campo de uma pesquisa de doutorado, é que em cada um desses contextos sociopolíticos do período independente de Angola a identidade étnica se expressou de maneira diferente entre os diferentes atores a serem analisados. As dinâmicas de guerra, alianças, recrutamento, terror psicológico, acordos militares, etc. tiveram efeito intrínseco na pertinência da identidade, assim como os arranjos de consolidação pacífica e desmobilização militar da guerrilha. O regime multipartidário, ao alterar a força das balas pela força dos votos, forçou os partidos a disputar por voto e influência, obrigando-os a se relacionar com os outros atores políticos e sociais de forma diferente das praticadas na polarização da guerra. Esse novo campo político dá espaço, ainda que limitado no caso de Angola, a novos atores políticos, que passam a obter novos meios de disputar poder político e econômico.

Sendo assim, munidos do repertório teórico sistematizado brevemente no primeiro capítulo deste trabalho, buscaremos compreender em que medida e em que momentos a identidade étnica é instrumento para os partidos, em especial para a UNITA, para o MPLA, e para as autoridades tradicionais.

A bibliografia sobre Angola contemporânea ainda é muito escassa e de difícil acesso. A maior parte da bibliografia disponível sobre Angola aborda os períodos pré-colonial, colonial, a guerra de independência e a guerra civil até as eleições democráticas de 1992. Com exceção de algumas obras monumentais de autores como Christine Messiant, Patrick Chabal, Nunes Vidal e Assis Malaquias, existem relativamente poucas análises da situação contemporânea, tendo em vista a dificuldade de se fazer pesquisas em situações de guerra, que no caso de Angola perdurou – ainda mais intensa e agressiva - até 2002. Christine Messiant ainda chama atenção para o fato que os estudos das dinâmicas sociais no campo e nas cidades do interior acabaram sendo muito limitados pela falta de interesse dos próprios partidos políticos engajados no confronto, pois não precisavam investir dos sistemas produtivos no interior do país, já que seus esforços de guerra eram majoritariamente financiados pela extração de petróleo (MPLA), diamantes (UNITA) e recursos internacionais fornecidos por seus respectivos aliados internacionais. (MESSIANT, 2008. Vol. 2). Para levantar maiores informações e bibliografias sobre o período desta pesquisa (de 2000 a 2005) a análise documental de jornais, documentos públicos, arquivos dos partidos e entrevistas com atores do cenário político contemporâneo angolano mostram-se fundamentais para a validações das hipóteses levantadas e sustentadas nessa análise teórica.

Este capítulo não tem como objetivo fazer um longo apanhado da história angolana independente, repleto de detalhes e análises históricas. Felizmente, a academia brasileira tem sido contemplada com excelentes trabalhos de historiadores brasileiros que têm se especializado em história angolana²⁴. Nosso objetivo é o de destacar na história angolana independente alguns aspectos que envolvem a etnicidade, de forma a introduzir problemáticas e questões que devem ser validadas em uma posterior pesquisa de campo. Ademais, buscou-se, na bibliografia disponível para esta análise, as fortes indicações de que nossas hipóteses levantadas constituem questões relevantes. De certa forma, podemos considerar que o próprio questionamento da pertinência dos estudos de identidade étnica em Angola, ou melhor, da manifestação da etnicidade já é, em si, uma questão.

A supressão da ideia de que haveria etnicidade exacerbada em Angola foi cuidadosamente trabalhada pelo MPLA e seus apoiadores intelectuais. O motivo é apresentado anteriormente: o receio de que, o dito tribalismo, pudesse fragmentar o projeto de construção de nação proposto pelo partido de Agostinho Neto. Além disso, o próprio fato da bandeira nativista ter sido erguida pelos opositores políticos e militares do governo já constitui razão de se buscar liquidar também o discurso étnico. Conhecendo-se a força emocional que a comunidade imaginada (Anderson) étnica sustenta, é de se esperar que ela tenha sido vista com temor. Não por acaso, a questão étnica em Angola se tornou um tabu. O estudo de André Sango, que analisaremos criticamente mais adiante, é um excelente exemplo da situação delicada de se trabalhar o assunto.

Dessa forma, justifica-se o propósito dessa dissertação. O levantamento de fortes indícios da relevância do assunto na história recente do país, coletados por indicações cuidadosas feitas pelos intelectuais que tiveram acesso à pesquisa de campo – diz-se cuidadosa porque o próprio ato de se mexer em tabu em plena guerra já é algo muito delicado e perigoso para o pesquisador que o ousa – foi um dos propósitos dessa pesquisa: justificar a necessidade de se pesquisar diretamente e com afinco a questão étnica em Angola, tida, para nós, como um fato social incontestável.

²⁴ Um dos grandes expoentes que merece destaque é o Prof. Dr. Marcelo Bittencourt, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Além de suas contribuições acadêmicas pessoais, com análises documentais e trabalho de campo impecáveis, Bittencourt tem orientado toda uma geração de historiadores especializados em Angola, como Carolina Barros Tavares Peixoto, que defendeu sua dissertação “Limites do Ultramar Português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975).” em 2009, sob sua orientação.

Começaremos introduzindo a questão da etnicidade em Angola, dando especial atenção à instrumentalização da etnicidade por parte dos três principais partidos, MPLA, FNLA e UNITA.

Antes de tudo, começaremos com uma breve introdução histórica.

Quando Diogo Cão chegou, no século XV, ao território que hoje é Angola, encontrou uma sociedade repleta de diferentes grupos etnolinguísticos, sociedades bem estruturadas e reinos consolidados, como o reino do Kongo, que ultrapassava o que hoje seria os limites territoriais de Angola.

De acordo com Vitor Kajibanga, a sociedade angolana era dividida em três “espaços sócio-culturais” de características transnacionais: espaço sócio-cultural Khoi e San Hotonte-Bochimane, onde se inscrevem os povos Kede, Nkung, Bochimanes e Kazama; espaço socio-cultural Vâtwa ou pré-bantu, com os povos Kwissis e Kwepes; e espaço sócio-cultural Bantu, com os povos Ambundu, Axindonga, Baluba, Bakongo, Helelo, Humbe, Lunda, Ngangela, Nyaneka, Ovambo, Oviumbundu e Tucôkwe. (KAJIBANGA, 2010)

Apesar da chega de Diogo Cão em 1482, Portugal só tentou de fato colonizar Angola no século XVIII, com o desenvolvimento de plantações de café e algodão. No entanto, as tentativas não deram certo, e até o início do século XIX Portugal só extraía um “produto” de sua colônia: escravos. Os limites de Angola foram definidos junto com o dos outros países, na Conferência de Berlim de 1884, e durante as três décadas seguintes os portugueses se engajaram numa sequência de guerra em Angola, com o objetivo de subjugar o Reino do Kongo e as populações que ocupavam o território. Tendo em vista a enorme fragmentação étnica da região, não houve nenhuma resistência individual ou coletiva que conseguisse resistir às tropas portuguesas²⁵. Destruídas ou gravemente enfraquecidas autoridades tradicionais e forças de resistência africanas, Portugal fez uma forte campanha de imigração de portugueses para a colônia. Quando Salazar se estabelece no poder em Portugal, cria-se um mito no imaginário português de um retorno ao grande Império Português que formaria uma comunidade pan-lusitana. O grande projeto salazarista era juntar as duas costas, ligando a colônias de Angola e Moçambique.

²⁵ Não nesse época. Vale sempre lembrar da lendária rainha NzingaMbandi, conhecida como Ginga, que resistiu bravamente à subjugação portuguesa no século XVII, ora negociando diplomaticamente, ora organizando levantes e rebeliões. De qualquer forma, ainda que não se tratasse do momento mais intenso dos esforços portugueses de dominação e consolidação do domínio português, as conquistas diplomático, político e militares de Ginga merecem ser gravada no imaginário angolano – e do continente todo – como atos heroicos de resistência.

O projeto consolidaria o grande sonho de grandeza português, que pode ser resumido no slogan colonial “Portugal não é um país pequeno”²⁶. Mas o sonho português teve forte oposição de outra potência colonial, o Reino Unido, que mantinha um projeto ainda mais megalomaniaco de conectar suas colônias do Egito e da África do Sul “verticalmente”, formando uma enorme faixa de colônias pertencentes à Coroa britânica.

No entanto, não houve grandes investimentos em Angola para que se tornasse autossuficiente e integrada, pelo contrário: construiu-se um regime de apartheid, com leis e divisões de trabalho racistas e que só cediam melhores condições aos portugueses ou “assimilados” (africanos que se convertiam ao catolicismo, aprendiam português e incorporavam a cultura europeia. No entanto, apesar de compor uma elite, nunca alcançaram o status de fato do colonizador. É dessa elite que surgem as lideranças do MPLA, como veremos em breve).

A situação de opressão e racismo foi se tornando insuportável, e a partir dos anos 50 foram surgindo lideranças e organizações que se contrapunham clandestinamente ao regime. Intelectuais, nacionalistas, marxistas, estudantes angolanos estudados em Portugal, como Agostinho Neto, começaram a se organizar e logo foram criados os três partidos nacionalistas principais, MPLA, UNITA e FNLA.

Em 1961 ocorre uma insurgência em Luanda e outras tentativas de levante. Portugal aumenta a segurança do regime, e o cenário da guerra de colonização começa se formar. A guerra de independência começa violentamente e só termina com a assinatura dos Acordos de Alvor e a proclamação oficial de independência, em 11 de novembro de 1975. Estrutura-se, então, um governo provisório com os três partidos nacionalistas e mediado por Portugal, e logo as diferenças entre os partidos aparecem, levando-os a emendar a guerra de independência a uma guerra muito mais longa e violenta, que entraria para história como uma das mais longas guerras civis do continente africano.

O conflito angolano mobilizou grandes potências internacionais, que investiram enormes quantidades de recursos, armamentos e até soldados durante as décadas de conflito prolongado. Dentro do contexto internacional de Guerra Fria, o MPLA recebeu intenso apoio logístico e financeiro da então União Soviética, além de tropas cubanas, que se juntaram ao partido para combater a UNITA, aliada dos Estados Unidos e apoiada com tropas do Zaire e do regime de apartheid da África do Sul. No entanto, apesar de palco de Guerra

²⁶ É muito interessante para analisar o imaginário português da época o mapa, com esse mesmo título “Portugal não é um país pequeno”, que sobrepõe os territórios de Angola, Moçambique e as outras pequenas colônias (Guiné Bissau, Cabo Verde, Macau e Goa) ao mapa da Europa.

Fria, o conflito não foi simplesmente produto da geopolítica internacional. Ele possui causas profundas nas dinâmicas sociopolíticas angolanas, agravadas pelas intervenções internacionais, em uma relação de confronto e belicosidade que permeia as relações delicadas entre os atores no campo político angolano até hoje. Segundo Christine Messiant, o conflito

(...) nasce da divisão do movimento nacionalista angolano, que remete à origem e fundamentalmente à politização de oposições socioculturais complexas, ancoradas na história da formação de elites sob a colonização portuguesa, bem mais que em oposições ideológicas ou antagonismos étnicos (...). Concernindo não somente a Unita ou o MPLA, mas também a uma terceira organização, a Frente nacional de libertação de Angola (FNLA), essa divisão do nacionalismo angolano é fundamentalmente uma competição entre diversas elites pelo poder, a princípio no movimento nacionalista, depois no Estado independente. Essas causas interiores permanecem muito importantes: os antagonismos que se exprimem hoje na guerra entre a Unita e o MPLA, ou que foram ativados “a seu favor”, mobilizam oposições diversas da sociedade angolana (sociais, raciais, étnicas, culturais, seccionistas) que mergulham nessa história, mesmo em termos modificados. (MESSIANT, 2008 p. 205, 206).²⁷

E qual é a relação entre os partidos política e a etnicidade? Como cada partido mobilizou a identidade étnica para seus projetos?

Detalharemos o modo como os três principais partidos, o MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola), o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) se relacionam com a questão identitária étnica.

O Movimento pela Libertação Total de Angola, o MPLA, é composto por parte da elite dos *assimilados*, grupo minoritário de não brancos (mestiços ou negros), que se destacou estatutariamente na colonização portuguesa por satisfazer a certas condições “civilizadas” que os aproximava do colonizador português, como seguir a religião católica, vestir-se como tal e falar português. Os nacionalistas do MPLA se originam da elite desse grupo, que apesar de nunca ter tido o mesmo status do colonizador, foi considerado superior ao resto da população não branca. Neste momento de fundação, o grupo está muito menos ligado a uma visão étnica em si, mas mais à sua posição e cultura. Compôs a denominada “elite crioula” e é desse grupo

²⁷ (...) on dira qu’il naît de la division du mouvement nationaliste angolais, qui relève à l’origine et fondamentalement de la politisation d’oppositions socioculturelles complexes ancrées dans l’histoire de la formation des elites sous la colonisation portugaise, bien plus que d’oppositions idéologiques ou encore d’antagonismes ethniques (...) Ne concernant pas seulement l’Unita et le MPLA mais aussi une troisième organisation, le Front national de libération de l’Angola (FNLA), cette division du nationalisme angolais est fondamentalement une compétition entre diverses élites pour le pouvoir, d’abord dans le mouvement nationaliste, puis dans l’État indépendant. Ces causes intérieures restent très importantes: les antagonismes qui s’expriment aujourd’hui dans la guerre entre l’Unita et le MPLA, ou qui ont été activés “à sa faveur”, mobilisent des oppositions diverses de la société angolaise (sociales, raciales, ethniques, culturelles, factionnelles) qui plongent dans cette histoire, même en des termes modifiés.

que se originam as primeiras lideranças do MPLA. Rompendo, para Angola e para a Europa, com sua situação de elite, eles defendem ideologicamente um nacionalismo progressista, socializante, mas fundado sobre valores “crioulos”, universalistas, um nacionais, multirraciais, com forte influência de ideologias europeias, humanismo cristão e principalmente marxismo. (MESSIANT, 2008. V.1 p. 41).

No entanto, apesar de sua ideologia discursivamente desconsiderar a etnicidade, a grande base de apoio do MPLA é composta por um dos três principais grupos étnicos de Angola: os umbundos, representando 25% da população e ocupando áreas em volta da capital, Luanda, e leste, na província de Malanje. Para Malaquias, foram as redes informais étnicas que influenciaram a manutenção do controle do poder pelo Partido, mesmo em situações complicadas de pressões domésticas e internacionais. Apesar de sua retórica nacionalista, o apelo do MPLA nunca chegou muito além dos umbundos, assimilados e outros grupos que vivem nas regiões próximas à capital. (MALAQUIAS, sem data).

A etnicidade desempenhou papel fundamental para a expulsão dos adversários do MPLA da capital para a consolidação do seu domínio na região. A estratégia do partido conhecida como “poder popular” durante os estágios da descolonização possibilitou a legitimação de certo apelo popular através de “organizações de massa”. “Poder popular” criou comitês populares que serviram para disseminar o programa do partido, buscou recrutar militantes predominantemente do grupo étnico dos umbundos da região e de seus arredores. O apoio maciço das populações umbundas da região compôs a base popular de apoio do Partido e fixou a imagem do grupo étnico ligada ao MPLA. Como a maior parte da população não umbunda apoiava os outros dois partidos, milícias armadas umbundas ligadas ao partido forçaram milhares de simpatizantes dos partidos de oposição para fora da região da capital. Essa expulsão étnica garantiu que, depois de conquistada a independência, a região toda tivesse composta pela maioria umbunda leal ao partido, garantindo assim o importantíssimo território da capital para o MPLA até os dias atuais. Segundo Malaquias,

“o uso da etnicidade para alcançar objetivos políticos antes da independência afetou a natureza e o caráter do novo Estado Angolano e influenciou a política pós-colonial em importantes aspectos.”²⁸ (MALAQUIAS, P. 105).

A dianteira na conquista do Estado pela elite crioula deve-se também a outros fatores. O seu acesso aos benefícios culturais e educacionais disponíveis no regime colonial, permitido por conta de seu status privilegiado de “assimilado”, garantiu seu predomínio nas

²⁸²⁸ The use of ethnicity to achieve political goals before Independence affected the nature and character of the new Angolan state and influenced post-colonial politics in important respects”

atividades sociais, políticas e econômicas que requeriam esse tipo de conhecimento, além de ter facilitado a aproximação diplomática com o Brasil e Portugal. O discurso ideológico nacionalista e universalista, não-étnico e não-racial, considerado mais “moderno” do que os dos partidos da oposição do MPLA, facilitou muito a conquista da simpatia da comunidade internacional em muitos momentos de sua história, além do apoio ideológico dos países do eixo socialista, como a União Soviética e Cuba. Complementarmente, o uso da etnicidade para conquistar o apoio do grupo étnico dos umbundos foi fundamental para sua consolidação no controle do Estado.

Patrick Chabal nos chama atenção para outra perspectiva da etnicidade. Para ele, o grupo dos crioulos se comporta como qualquer outro grupo étnico. Analisando a etnicidade como contingente e fluida, redefinida constantemente pelas circunstâncias e tornada saliente politicamente quando usada instrumentalmente para objetivos partidários, Chabal afirma que:

o grupo étnico crioulo de Luanda tem sido tanto flexível como fluído, permitindo a entrada de novos, e depois “ainda mais novos”, crioulos no grupo, ao longo do tempo e com total conhecimento de que tais novos membros mantinham laços com outros grupos sociais, ou mesmo étnicos. O critério definidor a este respeito não foi a origem racial ou geográfica, mas a fidelidade ao regime no poder e mais particularmente ao Presidente. Visto sob esta perspectiva, torna-se claro que a noção operativa de “eticidade” foi usada criativamente de modo a incorporar recém-chegados num dos vários círculos patrimoniais, que estão no coração do sistema político. Numa prática clientelista bem ensaiada, os que se aliaram à elite governante crioula tiveram permissão para entrar nessa etnicidade – criando assim um grau de elasticidade que facilitou o exercício da prática patrimonial. (CHABAL In: VIDAL, ANDRADE, 2008. P. XXVIII).

Como veremos a seguir, a etnicidade aparece muito mais evidente nas estratégias políticas dos outros dois partidos, o FNLA e a UNITA.

Ao contrário do MPLA, que nasce da elite crioula, a FNLA surge de um meio puramente bakongo, com forte relação com a comunidade bakonga formada pelos antigos emigrados para o Congo Belga e liderada pela elite protestante da antiga aristocracia do reino bakongo, mas que se tornou uma “elite moderna” ao se inserir na economia moderna na capital Kinshasa, vista por eles tradicionalmente como a capital cultural, econômica e política. Os bakongo representavam 15% da população e habitavam principalmente as províncias de Cabinda, Zaire e Uíge.

O projeto nacionalista do partido é declaradamente etno-nacionalista, objetivando a restauração do antigo Reino do Kongo. Trata-se, segundo Messiant, de um “nacionalismo liberal, mas africano radical, pois se opõe fortemente não somente ao colonialismo, mas aos colonos e à imposição da cultura europeia” (*Ibid.* P. 41). Os conflitos com o MPLA são acirrados, e inflados pela guerra civil em contexto de Guerra Fria: o MPLA considera a elite

do FNLA como estrangeira, de emigrados, racistas, tribalistas e reacionários, culturalmente não angolanos (não assimilados). Em contrapartida, a liderança do MPLA acusa-o de ser uma elite culturalmente não africana, alienada por ser assimilada, afastada do povo e dominada por mestiços, “filhos do colono”, que queriam ocupar seu lugar.

Para além da retórica, as preocupações políticas de Holden Roberto, principal liderança da FNLA, centravam-se em consolidar a dominação a partir da visão étnica dos bakongo. Junto com a UNITA de Savimbi, a etnicidade constituiu ferramenta política de extrema importância nas disputas políticas a nível nacional.

Interessante observarmos que, mesmo fundado intensamente a partir de um grupo étnico, a manifestação da identidade étnica entre os bakongos se expressa ao longo da história independente de Angola em intensidades diferentes, diretamente relacionada ao contexto sociopolítico. Segundo o sociólogo francês africanista Michel Cahen,

Os Congos do Norte de Angola constituem um conjunto sem dúvida qualificável de tribo no plano político e de nação no plano étnico. Enquanto em 1974 – 76 há uma clara expressão política de sua etnicidade, materializada pelo apoio ao FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) contra o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de Luanda, no outono de 1992 não há praticamente expressão congo distinta durante as eleições. Seguiram-se quinze anos de integração mercantil na economia do país, e poderia se pensar que estivesse ocorrendo um processo de desconstrução política, podendo eventualmente engendrar em seguida o começo de um processo de desconstrução étnica. Mas a retomada da guerra civil e dos programas anti-congo em Luanda acordaram vigorosamente esta etnicidade. ²⁹ (CAHEN, 1994. P. 82)

A UNITA se opõe à elite crioula do MPLA, definindo-se como “africana” (e não angolana). Valoriza sua comunidade cultural, linguística e racial com o povo, colocando-se como a maior representante do povo africano. Retoricamente não se coloca, como o faz a FNLA, como a direção de um grupo étnico específico, mas sim posiciona-se com o “povo africano” negro, priorizando a distinção racial (com mestiços) e cultural (com crioulos). Seu discurso de “filha do povo” visa dialogar diretamente com as populações rurais do resto do país, e contraposição ao apoio das populações urbanas principalmente ao MPLA. (MESSIANT. *Ibid.*)

²⁹ “Les Congos du Nord-Angola constituent un ensemble sans doute qualifiable de tribu sur le plan politique et de nation sur le plan ethnique. Autant en 1974 – 76 on eut une claire expression politique de leurs ethnicité, matérialisée par le soutien au FNLA (Front national de libération de l’Angola) contre le MPLA (Mouvement populaire de libération de l’Angola) de Luanda, autant à l’automne 1992 il n’y a pratiquement pas eu d’expression congo distincte pendant les élections. Cela suivait quinze années d’intégration marchande à l’économie du pays et on pouvait penser avoir affaire à un processus de déconstruction politique pouvant éventuellement engendrer ensuite un début de processus de déconstruction ethnique. Mais la reprise de la guerre civile et des programmes anti-congo à Luanda ont vigoureusement réveillé cette ethnicité.”

Ao contrário do FNLA, que já começa sua organização partidária com o apoio dos bakongos, a UNITA só conquista um apoio considerável de grupo étnico depois da independência. A luta da UNITA com o MPLA só vai ganhando uma dimensão étnica progressivamente e parcialmente. Segundo Messiant,

Não houve nada de linear e “natural” nas relações entre “os Ovimbundos” e a organização que é a UNITA, que ganha uma hegemonia entre eles pelo efeito da guerra e do desenvolvimento do poder de Estado do MPLA. É mesmo o conflito político-militar que é o fator principal de constituição de sua consciência étnica a partir de 1976. ³⁰ (Ibid. P. 47).

Os ovimbundos são o maior grupo ethno-linguístico. Representam de 35% a 45% de Angola e dominam as áreas de maior densidade populacional do país: as províncias de Benguela, Bie e Huambo no planalto central.

Malaquias concorda com Messiant no que concerne ao apoio dos ovimbundos à UNITA: a hegemonia de Savimbi foi tolerada, mas não totalmente aceita pelos ovimbundos, que a teria apoiado parcialmente principalmente por causa da percepção de ameaças externas vindas essencialmente dos ovimbundos do governo MPLA. (Ibid. P. 106).

Outra questão que deve ser analisada é a etnicidade como instrumento de mobilização por outros agentes, presentes, nas suas variedades regionais e locais, em praticamente todo continente: as autoridades tradicionais.

Nos últimos quinze anos um número crescente destas autoridades tem preenchido progressivamente o espaço político e social africano, a partir das transições para o pluripartidarismo, e em especial no contexto rural. Ao contrário do que muitos cientistas sociais e políticos africanos e africanistas acreditam, esses atores políticos não só não desapareceram depois dos movimentos de independência que puseram fim ao sistema colonial, como ainda ganharam e continuam a ganhar espaço crescente nas dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

Sua importância tem crescido em especial no meio rural, decorrente da falha de muitos Estados em preencher os lugares sociais para além dos grandes centros urbanos, e graças às novas dinâmicas trazidas pelos processos democráticos que têm sido instaurados nos países africanos. As transições democráticas por que passaram boa parte dos países africanos a partir

³⁰ “il n’y a rien de eu de linéaire et de “naturel” dans les ra’ports entre “les Ovimbundu” et l’organisation qu’est l’Unita, qui gagne une hégémonie parmi eux sous l’effet de la guerre et du développement du pouvoir d’État du MPLA. C’est même le conflit militaro-politique que est le facteur principal de constitution de leur conscience ethnique à partir de 1976.”

da década de 90 foram significativa para o aparecimento de novos atores e o ressurgimento das autoridades tradicionais, e tiveram efeito impactante nas políticas nacionais, pois:

Decorridos os primeiros impactos dos processos de transição e de eleições multipartidárias, os Estados e as antigas elites políticas nacionais, que em geral mantiveram-se na governação, procuraram progressivamente expandir o seu controlo político e social à totalidade dos espaços nacionais, tentando capturar as elites rurais locais emergentes, nomeadamente as autoridades tradicionais, para o complexo processo de governação, com o intuito de reporem ou restaurarem a legitimidade e o controlo político perdido durante as décadas precedentes. (FLORÊNCIO; LOURENÇO, 2008, P.2).

Mesmos governos e partidos políticos que sempre ignoraram ou combateram essas autoridades se viram obrigados a reconsiderá-las. As elites que lideraram boa parte dos movimentos nacionalista da segunda metade do século XX viam as autoridades tradicionais como relíquias do passado, figuras folclóricas que faziam parte somente do imaginário histórico dos povos. Para essa geração, essas autoridades, consideradas auxiliares e instrumentos do colonialismo, não eram mais que caricaturas dos antigos reinos do passado. (PERROT, 2012) Representavam o universo da tradição num contexto em que se polarizava o tradicional com a modernidade representada pelos partidos nacionais.

A partir da década de 80, com a chegada da problemática das transições democráticas, os cientistas sociais passaram a dar mais atenção à questão das autoridades tradicionais, e às novas formas que elas assumiam nos novos contextos sociopolíticos. Para Bayart, o que se apresentava era a coabitação entre dois poderes suficientemente dissonantes em processo de incorporação recíproca (BAYART *Apud.* PERROT, 2012). Mesmos governos e partidos políticos que sempre ignoraram ou combateram essas autoridades se viram obrigados a reconsiderá-las.

Outro aspecto importante é a mudança do espaço social ocupado por essas elites. Se na década de 60 as aristocracias dos grandes reinos eram, em geral, iletradas, as novas autoridades tradicionais da atualidade ocupam por vezes espaços de destaque na sociedade, como cargos em serviço público e na administração, na diplomacia, na universidade e até em empresas privadas. Osei Tutu II, atual rei dos Asante, fez carreira na área de comércio exterior em Londres, por exemplo (*Ibid.*)

Nas atuais sociedades pluripartidárias, novos atores que até então não tiveram espaço nos regimes fechados e situações de conflito passaram a compor o cenário contemporâneo, atores nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil, empresários, etc. Segundo Florêncio e Lourenço,

Na actualidade, as autoridades tradicionais não somente se confrontam e afrontam com essa pluralidade de actores locais como ainda são obrigadas a desempenhar uma pluralidade de tarefas e papéis modernos, não só para as administrações locais como, igualmente, de enquadramento e mobilização partidária. (FLORÊNCIO; LOURENÇO, 2012. P. 3)

A questão central consiste em compreender as dinâmicas sociopolíticas entre essas autoridades e o Estado, bem como sua relação com os diversos autores que compõem esse cenário. Para os objetivos dessa pesquisa, analisaremos a relação entre as autoridades tradicionais e os partidos políticos, no que concerne ao uso da identidade étnica como instrumento político no contexto de disputas e conflitos.

Importante autor angolano que trabalha com etnicidade, Vítor Kajibanga acredita que em Angola não exista uma cultura nacional, mas sim um projeto de construção e formação de uma cultura nacional: um projeto de angolanidade. Acredita que esse projeto, ou seja, a vontade dos angolanos de viverem juntos e partilharem o mesmo destino respeitando as identidades culturais individuais, foi adiado pela politização das especificidades culturais, a exclusão social e a marginalização cultural de muitas comunidades, associadas à guerra civil. (KAJIBANGA, 2010). Para o autor, as culturas locais dos espaços socio-culturais permanecem separadas, e o projeto de angolanidade não foi capaz de criar uma cultura nacional, que unificasse os elementos culturais dessas tradições culturais, tampouco acredita que as elites que construíram e disputaram o Estado pós-colonial sejam capazes, de forma isolada, de materializar o projeto de angolanidade. É dentro desse quadro que entra a etnicidade.

Kajibanga vê a etnicidade como um fenômeno cultural, que reflete a politização da cultura, que ocorre como uma reação às condições socioeconômicas, e conclui isso a partir dos

processos de reivindicações sócio-econômicas surgidos em algumas áreas sócio-culturais: as reivindicações dos Cabinda, as reivindicações dos Lunda e Tucôkwe, as reivindicações dos Nganguela. Sem colocar de parte o oportunismo político e separatista de algumas elites étnicas, que lideram os processos de reivindicações étnicas, a verdade é que muitas destas regiões (Cabinda, Soyo, Uíge e Lunda são casos paradigmáticos) são ricas em recursos naturais, mas o nível de desenvolvimento socioeconômico não é compatível com as riquezas daí extraídas. Portanto, a distribuição desigual do rendimento nacional em prejuízo das regiões que maior contribuição dão ao orçamento de Estado é um dos principais motivos que potenciam o discurso da etnicidade em Angola e tem obviamente consequências negativas para o projecto de construção da nação. (Ibid. P. 101).

A preocupação central de Kajibanga consiste em construir um projeto de angolanidade que conte com a “despolitização da história social e cultural dos angolanos”, a “promoção e

reconhecimento das culturas locais”, o “direito à diferença e à diversidade sócio-cultural, como pressupostos para a formação de uma cultura nacional”, a “protecção das minorias étnicas e sua integração no projeto de construção da nação”, “a educação dos cidadãos angolanos no espírito da cultura de tolerância”, a “introdução da disciplina de estudo sócio-cultural de Angola nos currículos do sistema de ensino angolano”, a “obrigatoriedade do estudo de línguas nacionais” e, por último, “a desconstrução da imagem negativa em relação ao outro”. (*Ibid.* P. 102).

O autor crítica o não reconhecimento da especificidade histórico-cultural dos povos e etnias em Angola, presente no projeto nacionalista do MPLA e no seu discurso “Um só povo, uma só Nação”. O desprezo por criar instituições culturais nacionais e símbolos de cultura nacional que leve em consideração a riqueza cultural desses povos nos parece uma faceta de um projeto político nacionalista que coloca o receio de fragmentação étnica como elemento sempre presente.

Kajibanga levanta alguns pontos centrais de nossa argumentação, ainda que os veja de uma forma diferente da nossa. O que ele chama de “oportunismo político e separatista de algumas elites étnicas” nos parece elemento nuclear de todo o processo da etnicidade. São essas reivindicações excelentes exemplos do uso da etnicidade – que se apropria de elementos culturais para a consolidação do sentimento de pertença étnica – como instrumento para uma ação política.

Não seria exatamente este o ponto central da questão, que coloca a etnicidade como um fenômeno mais político que cultural? De fato, o contexto de construção e consolidação do Estado Nacional como cenário das disputas e conflitos políticos está diretamente relacionado com a incidência e intensidade dos usos da etnicidade por elites e grupos sociais em “oportunismo político”. Mas este é ponto central da análise, e não acessório, como Kajimba o coloca. O projeto nacionalista do MPLA incluía uma escolha política racional ao não considerar culturas locais, preocupado com o acirramento de fenômenos étnicos que se contrapusessem ao seu projeto hegemônico. Essa escolha teve consequências políticas, que permitiram uma reação correspondente de outros atores no campo político. A etnicidade pode, então, ser um instrumento valioso para ser mobilizado pelas elites de algumas dessas áreas sócio-culturais para reivindicar mais acesso aos riquíssimos recursos de suas áreas territoriais. O objeto econômico – e também político – é evidente, e exige uma coesão forte, em especial em disputas acirradas como a da questão de Cabinda. Poderíamos, talvez, inverter a frase de Kajibanga: a etnicidade é um fenômeno político, que reflete a mobilização da cultura.

Um trabalho intelectual angolano que precisar ser aqui apreciado é o de André de Oliveira João Sango. Em sua dissertação de doutorado “O Modelo Político Angolano: perspectivas” orientada pelo professor Fernando Mourão, Sango se dispõe a analisar a questão étnica em Angola, buscando exatamente compreender se a guerra no país seria um reflexo de um conflito étnico regional e se os partidos políticos angolanos seriam representantes ou organizadores de manifestações políticas dos segmentos étnico-regionais. Seu estudo traz questões muito pertinentes, em especial em relação à composição étnica dos partidos. No entanto, baseados na fundamentação teórico-metodológica que desenvolvemos no primeiro capítulo desta dissertação, algumas considerações críticas devem ser feitas em relação ao método e às conclusões do trabalho de Sango.

Um interessante aspecto que Sango aponta – e nesse sentido vai ao encontro de nossa forma de analisar a questão da etnicidade- é o da categorização identitária feito pelos integrantes da UNITA, em especial de sua liderança, Jonas Savimbi. Sango chama a atenção para a forma como a UNITA usava a categorização de “crioulidade” com finalidade política.

Para Venâncio, crioulidade é entendida como “a consolidação de processos de miscigenação cultural, em que um dos lados é uma das culturas (e línguas) europeias envolvidas na colonização” (VENÂNCIO, *Ibid.* P. 62.). A crioulidade seria a condição identitária dos então “assimiliados”, que estavam mais intimamente ligados à elite do MPLA. Contrapondo-se à crioulidade estaria o “nativismo”, que, segundo Mário Pinto de Andrade, referia-se ao “termo pelo qual o segmento intelectual dos “filhos da terra” (notoriamente em Cabo Verde e em Angola) exprimia o sentimento coletivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência (ANDRADE *Apud* VÊNACIO, *Ibid.* P. 61). O discurso nativista aparece em diversas partes do continente e, em Angola, aparece mesclado com certo elemento nacionalista no discurso da UPA (União dos Povos de Angola) durante as lutas de libertação de 1961 e nos discursos da UNITA de Savimbi e do FNLA.

Como vimos no primeiro capítulo, nossa preocupação não está em analisar a questão como formas de identidade que criam de fato sentimentos étnicos e solidariedades de grupo pela perspectiva dos laços emocionais que fortalecem as comunidades imaginadas. Nossa preocupação sociológica está no modo como esse tipo de manifestação identitária reflete na ação social dos grupos. E o ponto que Sango nos chama atenção, ainda que não

propositalmente a partir dessa nossa preocupação de leitura, é o modo como se dá a categorização identitária feito de um grupo a outro.

Para o intelectual angolano, a UNITA passou a criar uma vinculação discursiva entre criouldade e estrangeiro. Em suas palavras, “o entendimento de estrangeiro aqui era dado não somente no sentido de ter nascido ou ser filho de estrangeiros, mas também tem sido pensado como aqueles indivíduos que não se identificam com o sentir profundo das populações angolanas e que se identificam completamente com a cultura europeia”. (SANGO, 2002, P. 53). Ao criar essa relação, atribui-se um caráter fortemente negativo ao termo criouldade, já que a ideia de estrangeiro remetia ao colonialista português, o estrangeiro que subjuga e domina o povo da terra.

Ao fazer essa associação e categorizar a elite angolana do MPLA como crioula, Savimbi buscava, na opinião de Sango, associar o MPLA como um traidor do próprio povo, que, ao contrário da UNITA - que estaria ligada à terra - era um novo estrangeiro buscando explorar e dominar o “verdadeiro” povo angolano. A categorização identitária passa a ser um poderoso instrumento discursivo com uma clara finalidade: derrubar o outro grupo do poder. Nesse ponto, Sango nos auxilia a compreender, debruçados sobre caso angolano, esse aspecto instrumentalista e mobilizacionistas da identidade étnica.

Apesar de vários analistas acreditarem ser o caso angolano de um conflito étnico (tipo de conflito que não reconhecemos como causa étnica, mas sim como o que utiliza da identidade étnica nas dinâmicas da guerra), Sango chama atenção para as divergências entre a UNITA e o MPLA, e entre os intelectuais que se ocupam do caso angolano, inclusive nesse aspecto. O MPLA, naturalmente, nega que o caso angolano seja um conflito étnico, já que, para o partido governante, não há tensões étnicas no país, e a UNITA busca exatamente insistir em mostrar que o conflito entra sim no campo de embates entre etnias, levando o conflito à um campo pessoal psicológico e emocional dos indivíduos (e não uma questão fria e crua de acesso à grupos ao controle do Estado).

Sango, criticando a posição de Cristine Messiant (que sempre destacou o caráter étnico na história recente de Angola, como veremos mais adiante), apoia-se em Paulo Carvalho para destacar a ausência de problema étnico, acusando estudiosos como Messiant de mostrar certo “desconhecimento da realidade política e sociológica angola. É que quando, por exemplo, se afirma que a etnia Ovimbundu (região centro-sul de Angola) tem sido a mais desprezada

desde o período colonial, não se tem invertido essa situação no pós-independência, se olvidam pormenores importantes. A verdade é que, tanto no período colonial, quanto no pós-independência, o centro-sul do país tem sido das regiões com maior grau de desenvolvimento agro-industrial, o que se reflete necessariamente na qualidade de vida as populações” (CARVALHO *Apud. Ibidem.* P. 63). Aqui precisamos fazer uma distinção.

O argumento de Carvalho está totalmente coerente: busca na essência da tensão com os ovimbundos uma explicação social e econômica. A questão não seria então relacionada à etnia dos ovimbundos, mas à questão econômica decorrente da região centro sul ter sido “uma das regiões com maior grau de desenvolvimento agro-industrial”. Mas esse argumento não invalida a questão da etnicidade, como pretende Sango. Pelo contrário, a destaca.

Mesmo que haja a questão econômica e social, porque a etnicidade dos ovimbundos estaria se manifestando? Havendo grupos que se autodenominam ovimbundos, distinguindo-se de outros grupos identitários através da apropriação de repertórios culturais específicos, e sustentando uma manifestação de etnicidade – o que leva certos grupos a agir socialmente e politicamente em nome de uma identidade - aí temos uma questão étnica real. A manifestação da identidade étnica está direcionando a ação política e social de determinados grupos, ora, temos aí uma variável sociológica que deve ser reconhecida como presente na análise social que nos dispomos a fazer.

Sango, então, se dispõe a validar a questão da identidade étnica com dados, trabalhando a partir de duas variáveis “inclusão versus exclusão”. Seu objetivo ao trabalhar com essas duas variáveis é “determinar se existe alguma tendência, para além do horizonte discursivo, de afastar algum grupo étnico do seio da elite política nacional, isto é, do exercício do poder, ou se ao contrário, existem ações que indicam haver maior inclusão de outros grupos étnicos no poder” (*ibidem* p. 64). Interessante observarmos que Sango não coloca à prova a própria existência de conflitos étnicos, como ele afirma em “banalizou-se em demasia a questão étnica, cujo empolamento foi facilitado pelos inúmeros conflitos desta natureza havidos em todo o mundo, muito especialmente o da ex-Yugoslávia”. (*Ibidem*). Ele acredita que haja conflitos étnicos, mas que em Angola não só não haveria guerra étnica como a própria questão da tensão política em moldes seria irrelevante.

Para provar essa irrelevância, ele utiliza a seguinte metodologia: ele analisa a Assembleia Nacional em dois momentos distintos, um primeiro que vai de 1980 a 1992,

momento que “vigora o sistema de partido único”, e a que vai de 1992 ao presente momento de seu estudo (2000), a partir das eleições que garantiram vitória ao presidente Eduardo dos Santos e de cuja não aceitação de derrota por parte de Savimbi voltou-se às armas. Analisa dados de dez grupos étnicos diferentes: Ambundu, Bakongo, Ovimbundu, Cokwe, Kwanhama, Nganguela, Mucubal, Fiote, Nhaneca e outros. Em relação ao primeiro período, todos esses grupos étnicos são pertencentes ao quadro do MPLA. Em relação ao segundo, Sando o divide em cinco momentos: de 1975 a 1980 (período em que houve uma remodelação governamental); de 1980 a 1985 (antes do Congresso do MPLA); de 1986 a 1992 (período pós Congresso que se estende até as primeiras eleições gerais); de 1992 a 1996 (antes da constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, com reflexos dos acordos de Lusaka); e de 1997 a 2000 (período em que Eduardo dos Santos centralizou a função de primeira-pessoa em sua própria pessoa).

No primeiro período, Sango nos apresenta a distribuição de deputados da Assembleia que se dizem das etnias mencionadas: 22 ambundos, 14 ovimbundos, 3 bakongos, 4 fiotes, 4 nhanecas, 1 nganguela, 3 Cocwe e 2 de outros grupos. (*Ibidem*, p. 70). Para justificar a maioria ambunda, grupo do qual pertence a maioria das lideranças do MPLA nas lutas de libertação, Sango explica que a participação nas lutas pelo MPLA era uma condição para assumir cargos nos órgãos do estado. Ou seja, “era o critério de seleção que constituía o elemento chave e não a origem étnica das pessoas”, mas que, apesar disso, teria havido “a preocupação de representar todos os grupos significativos”.

Na segunda legislatura, depois das eleições, a situação muda: 69 deputados ambundos, 22 ovimbundos, 64 bakongos, 22 fiotes, 8 nganguelas, 3 cocwes e 2 de outros grupos. A explicação para o aumento considerável de ovimbundos – identidade étnica reivindicada pela UNITA – está no fato das eleições terem sido abertas e assim, deputados da região sul puderem ter sido eleitos.

O argumento principal de Sango se apoia em um gráfico com a distribuição de grupos étnicos por partido. MPLA e UNITA, apesar de ter suas maiorias de ambundos e ovimbundos, respectivamente, eles possuem representatividade de deputados de outros grupos étnicos. Com exceção do FNLA e do PLD que possuem dois grupos étnicos, todos os outros partidos (PRS, PSD, AD-C, FDA, PDP-ANA, PAJOCA e PRD.) possuem apenas um deputado eleito de outros grupos. Segundo Sango, “Este gráfico desmente completamente a teoria que defende existir em Angola um fracionamento de natureza étnica nos partidos políticos.

Chama-nos exatamente a atenção para o fato de que apesar de ter havido um vencedor nas eleições, as duas principais forças estão representadas em todos os grupos étnicos. Isto constitui alerta para os demais partidos políticos, isto é, que a atual composição étnica da população angolana não possibilita que determinado partido ganha a eleição se, (*sic*) não de ganhar a adesão dos demais grupos étnicos”, conclui: “O fato de vários partidos terem recebido votos de um mesmo grupo étnico, particularmente quando o líder não é oriundo do mesmo grupo étnico, desmente mais uma vez a falácia de que se trata de um conflito étnico ou que em Angola, as autoridades têm excluído do poder outros grupos étnicos”. (*Ibidem*. 74 e 75).

Interessante observarmos que Sango, para justificar uma possível imprecisão dos dados, dá-nos uma informação de grande pertinência (*Ibidem*, p. 67 e 68):

“Em Angola a questão étnica é vista com um certo tabu, Ninguém ou quase ninguém gosta de dizer onde nasceu ou qual é a sua origem étnica, especial quanto (*sic*) se está no exercício de cargos relevantes. A questão provoca desconfiança e vezes sem conta relaciona-se com determinanda pessoa e não se conhece qual sua origem étnica (*sic*).”

Sango também comenta sua dificuldade de conseguir a confiança dos entrevistados fazendo esse tipo questão. O que nos leva à pergunta: por quê? Se a questão da etnia não é um problema em Angola, por que as pessoas teriam tanto medo em responder essa pergunta? Justamente por que a questão da etnicidade já está relacionada a questões políticas. Assumir uma identidade étnica talvez significasse assumir um lado – contra a identidade nacional e, portanto, contra o governo. E isso dentro de um contexto polarizado pela guerra, em que estar contra o governo pode significar estar a favor do inimigo, principalmente quando este assume a identificação. Nesse determinado momento político, exacerbar a identidade étnica poderia colocar as pessoas literalmente no campo de batalha. Ora, por que então manifestá-lo se não houver a intenção de engajamento político no conflito? E porque a manifestação está sufocada, por conta das relações de força da então conjuntura, significa que não há tensões étnicas? Talvez indique exatamente o contrário: há tanta tensão identitária (daqueles que se identificam com a identidade étnica e daqueles que não se identificam com a identidade nacional - a única considerada legal e legítima pela definição estatal do MPLA), que os indivíduos não a ressaltam com medo de retaliação (que, no caso de estado de sítio declarado, pode significar a morte sem julgamento prévio).

No primeiro período, todos os deputados de outros grupos étnicos eram do partido do MPLA. Se o critério de seleção foi a participação nas lutas de libertação, então todos eram nacionalistas. E se sua identidade nacional era forte o suficiente para lhes engajar na luta armada, então talvez sua identidade étnica fosse, no sentido de ação política e social, irrelevante. Acreditamos que o equívoco de Sango está em basear suas análises em uma visão completamente primordialista da etnicidade. No entanto, a informação de que esses deputados estavam temerários ao responder à entrevista pode ser um bom indicativo do caráter maleável da identidade. Por mais que eles se identifiquem com suas identidades étnicas, eles sabiam que, naquela situação, naquele contexto e naquele momento, sua identidade que deveria predominar era a identidade nacional. Ou seja, etnicidade é de fato um problema, *principalmente* dentro do governo. A análise do primeiro período nos mostra, ao contrário do ponto de vista de Sango, exatamente esse caráter dinâmico da etnicidade, e que tanto há fracionamento de natureza étnica que a manifestação exacerbada da identidade étnica não lhes permitiria ocupar aquelas cadeiras na Assembleia.

Por outro lado, os resultados da segunda legislatura trazem novos elementos. Ao contrário da primeira, em que as relações se davam em um contexto de partido único e guerra civil, as dinâmicas das eleições trouxeram novos usos da etnicidade. A partir da análise dos dados de Sango, podemos destacar três aspectos fundamentais: a política étnica dos pequenos partidos, a necessidade do discurso étnico para a composição de quadros dos grandes partidos; e indícios dos limites do discurso nacionalista.

A análise de um gráfico a partir de uma única fonte torna difícil de averiguar com precisão um fenômeno social. Em especial porque, se questionarmos as bases teóricas primordialistas a partir das quais Sango constrói seu raciocínio, questionaremos também, como vimos anteriormente, todos os procedimentos metodológicos da própria pesquisa de questionário. Para citar uma das ressalvas feitas por Posner e mencionada nessa dissertação, basta que ao lado de Sango tenha, durante a entrevista, um único funcionário do governo para que toda a resposta do entrevistado seja afetada e ela se sinta constringido de dar sua real opinião sobre a identidade que mais lhe representa. Sendo assim, acreditamos que a coleta de dados não nos traz as informações que acreditamos mais válidas para se apreciar corretamente o fenômeno étnico na sua totalidade.

Contudo, a fim de construção do raciocínio, se considerarmos como plausíveis esses resultados de coleta de dados apresentados para averiguação da etnicidade, temos que os

principais partidos– MPLA e FNLA – ainda possuem uma identidade étnica mobilizada suficientemente coesa para lhes garantir uma enorme quantidade de votos. Por conta de um discurso mais nacionalista, o MPLA conseguiu conquistar uma quantidade considerável de votos de ovimbundos, grupo que, geograficamente, situa-se sob área de hegemonia da UNITA. Sendo assim, Sango conclui corretamente que há a necessidade do apoio de outros grupos étnicos para se conquistar uma eleição.

Podemos ver, assim, a importância da etnicidade nas eleições em Angola. Tanto para garantir alguma representação e acesso ao poder de elites de pequenas comunidades (a partir de grupos uni-identitários), para conquistar a massa principal de votos dos dois grandes partidos (o que faria o MPLA, apesar de seu discurso nacionalista, clamar a etnicidade de seu grupo de apoio histórico ambundo); e para garantir a hegemonia política do partido a partir da mobilização de outros grupos. Uma extensão importante da pesquisa, que pode ser averiguada em pesquisa de campo, é como esses partidos fazem essa mobilização. Eles clamam angolanos pela identidade nacional, e estes, eleitos, se dizem de qual grupo vieram, ou eles mobilizam o próprio discurso identitário étnico para conseguir o apoio? Nossa hipótese é que ambas as formas devem se mostrar presentes, dependendo do contexto e das variáveis em jogo. De qualquer forma, um estudo mais aprofundado e com metodologia bem ajustada seria capaz de reconhecer a real força do discurso nacionalista e do discurso étnico, e em quais contextos um predomina sobre o outro, para o caso angolano.

Dessa forma, discordamos de Sango de seu ponto de partida. Acreditamos que sua opção por analisar a questão da etnicidade em Angola a partir de uma base teórica primordialista não lhe possibilitou compreender o fenômeno étnico de maneira mais ampla, considerando seu caráter relacional que se torna ainda mais intenso no caso angolano, em que as conjunturas sofrem alterações muito drásticas e intensas. Concordamos que não haja conflito étnico em Angola, mas discordamos sobre o peso da etnicidade. A questão do fracionamento étnico pode ser uma realidade dependendo do momento socio-político em que trabalha, mas, de qualquer forma, os indícios mostram-nos que – exatamente por ser um tabu – a questão da etnicidade é uma fato de grande importância nas dinâmicas e processos sociais angolanos.

Aslak Orre fez um importante estudo sobre a questão das autoridades em Angola, incluindo pesquisa de campo com entrevistas com sobas da região de Benguela. Para o cientista social norueguês, o governo angolano foi tolerante e pragmático no tratamento dos

sobas (autoridades tradicionais angolanas), desde que eles se subordinassem ao governo. A instrumentalização das autoridades tradicionais tem sido prática constante desde antes da independência, e tem papéis fundamentais para o governo desde a guerra.

O governo regulou a instrumentalização administrativa na lei relativa aos órgãos locais do Estado e num decreto presidencial de 1986, formalizando o uso de fardamento pelos sobas (símbolo da política de *indirectruled* do Estado colonial português) e oficializando-os como comissários do Estado angolano em um nível inferior da administração local.

Esses sobas assumiram uma série de funções públicas, sem as quais a administração do MPLA no interior seria ainda mais fragilizada. São funções do soba, segundo o PNUD (PNUD *Apud.* ORRE, 2012): gestão do uso e distribuição da terra; gestão de assuntos comunitários como trabalho agrícola e atividade comercial; gestão de assuntos de habitação e distribuição geográfica de residências; controle da população e fornecimento de dados para censos e estatísticas, e recrutamento militar; estabelecimento de normas sociais e jurídicas; contenção e resolução de litígios e conflitos locais; reforço e promoção de construções e manutenções de infraestrutura públicas; orientar a população sobre informações e decisões governamentais; negociação com os agentes externos em nome da população, inclusivamente sobre os recursos naturais, ser porta-vozes da sociedade.

Nota-se, então, que sobas são instrumentos indispensáveis para o domínio do MPLA, não havendo em Angola outra forma de representação popular perante os órgãos locais do Estado.

Não são todas as autoridades tradicionais que se acomodam facilmente ao papel, naturalmente. O contexto belicoso em Angola não permitiu pesquisas que atestassem com segurança essa hipótese, mas, segundo Orre, é possível que os sobas e regedores sofressem fortes pressões para se subordinar ao partido. O governo possuía (e ainda possui) diversos modos de coerção e imposição. Caso os sobas não aceitassem, poderiam sofrer ameaças, espancamentos, perda de subsídios e privilégios ou simplesmente substituição, já que o governo podia nomear quem ele quisesse. Mas, de uma forma geral, as autoridades tradicionais aceitam o cargo em troca de benefícios do governo, como motocicletas, gado, subsídio monetário e outros privilégios e o poder e prestígio que o cargo lhes confere.

O que mais fica evidente é a instrumentalização partidária dos sobas, que eram fortemente encorajados a se filiar ao MPLA, fazer propaganda do partido e ostentar sua

bandeira, e não a do país. Os sobas que apoiavam outros partidos durante a guerra, em especial a UNITA, eram ignorados ou ameaçados.

Assim como o MPLA, a UNITA também procurou instrumentalizar os sobas. Mas tendo em vista sua capacidade menor de coerção e seus recursos financeiros mais limitados, sua capacidade de cooptação é consideravelmente menor. Essa diferença de poder explica o porquê da UNITA ser uma das maiores críticas da instrumentalização flagrante das autoridades tradicionais pelo MPLA.

Em contrapartida, tendo as autoridades tradicionais tanta importância para a consolidação da influência dos partidos e para a administração das áreas rurais, acredita-se que elas também puderam desenvolver seus modos de barganha, a fim de conseguir aumentar o seu acesso a recursos cada vez maiores. Os sobas angolanos têm reivindicado cada vez mais participação e autonomia no sistema política angolano.

Exemplo das reivindicações políticas feitas pelas autoridades tradicionais está no artigo apresentado por Paulo de Carvalho no “II Encontro Nacional das Autoridades tradicionais”, realizado em Luanda, no dia 19 de junho de 2008. O autor defende que é fundamental o engajamento das autoridades tradicionais no processo político de democratização, no desenvolvimento econômico e social, bem como na construção da nação. Começa por definir autoridades tradicionais como:

Os grupos ou indivíduos investidos de poder (político, jurídico ou social) aceite pela sociedade, fundado na tradição ou, mais concretamente, no costume. As autoridades tradicionais exercem o poder de que estão investidas, somente na sua área de jurisdição. Trata-se de entidades com poder político e simbólico assente na ancestralidade, a quem o sistema colonial atribuiu papel subalterno e a quem o Estado Angolano independente deve atribuir papel de revelo no quadro da gestão administrativa a nível comunitário. (CARVALHO, 2010, p.109)

Carvalho defende a coexistência das autoridades tradicionais com a do Estado, coexistência pressuposta por três princípios: ausência de subalternidade em relação aos órgãos do Estado, a legitimidade, e o livre exercício do poder tradicional.

Antes de tudo, argumenta que o poder tradicional deve ser aceito pelo Estado e ter “existência paralela” em relação ao poder do Estado, que deve reconhecer a dimensão autônoma de seu poder, em especial onde o poder do Estado é fraco e onde a aproximação cultural em relação aos costumes tradicionais ancestrais é mais intensa. Carvalho se apoia em Weber para sustentar a legitimidade do poder tradicional, que deve ter livre exercício garantido por todas as instituições do Estado. Interessante observarmos que o autor atribui ao

Estado a responsabilidade de garantir que o exercício do poder tradicional se faça de conformidade com a tradição e o costume, ao mesmo tempo em que suas normas não devem ferir o direito costumeiro e tradicional. Este, por sua vez, não deve ferir as normas constitucionais e do direito positivo.

O poder reivindicado pelas autoridades tradicionais infere na tomada de decisões na gestão corrente do exercício de poder político e no foro jurídico, atuando no quadro da gestão da vida pública e na vida privada, dentro de sua área de jurisdição.

As autoridades tradicionais também possuem papel central na reconciliação nacional, pois são capazes de garantir a manutenção da estabilidade nas suas comunidades e promover boas relações com as outras comunidades. Curioso observarmos que, de acordo com Carvalho, as autoridades tradicionais também têm importância no combate a “males” e “manifestações tendentes à divisão e desarmonia, como sejam o *tribalismo* (grifo nosso), o regionalismo, o racismo e o fundamentalismo religioso” (*Ibid.* P. 111). Infelizmente o autor não detalha o que entende por tribalismo, mas ao que nos parece, na visão do autor, “tribalismo” está ligado à manifestação étnica voltada ao separatismo e segregacionismo. Ou seja, o autor defende o empoderamento e reconhecimento das autoridades tradicionais como poderes autônomos do Estado, fundados na tradição e no costume e assentados sobre grupos étnicos, mas fundamentais para combater manifestações tribais separatistas.

Seriam, então, as autoridades lideranças de grupos étnicos que usam da etnicidade para lutar por reconhecimento formal – tornando-se, ao sair da informalidade, de acordo com A. Cohen, uma nação – mas disposto a combater outros grupos que usam da etnicidade com outras finalidades políticas que não a inclusão pelo reconhecimento à comunidade nacional definida pelo Estado formal? Haveria um paradoxo, de grupos étnicos que reconhecem como legítimo o uso de sua etnicidade para conquistar poder político clamando o poder tradicional no quadro estatal, mas que condenam outros usos da etnicidade, assumindo, assim, o discurso do partido no poder, o MPLA, de combate ao tribalismo?

O exemplo do discurso a favor do empoderamento das autoridades tradicionais mostra-nos um uso da etnicidade, o de lutar por todo esse espaço mencionado na configuração política angolana. Carvalho luta, junto com as autoridades tradicionais, pelo reconhecimento das autoridades tradicionais como atores políticos fundamentais na configuração democrática contemporânea angolana, que possuem a capacidade de articular diversas problemáticas concernentes às dinâmicas sociais angolanas. O elemento da etnicidade aparece como o grande elemento de coesão, na medida em que é ele que legitima o porquê da reivindicação,

como fica evidente na própria definição de autoridades tradicionais: as autoridades são investidas de poder por serem “aceita pela sociedade, fundado na tradição ou, mais concretamente, no costume”. Dentro de sua jurisdição, ou seja, dentro do seu grupo étnico delimitado, seu “poder político e simbólico assente na ancestralidade”.

O caso de Angola é um dos mais emblemáticos da instrumentalização partidária. Seu funcionamento é muito mais pragmático e consolidado. É certo que, durante a guerra civil, as autoridades tradicionais tiveram muito menos espaço para negociações, tendo em vista que a violência era muito mais facilmente usada pelos partidos. No entanto, com as novas dinâmicas advindas da transição democrática, esses sobas puderam conquistar mais espaço para suas reivindicações. Qual seria, então, a importância da etnicidade para essa disputa por espaço e poder? Qual é o papel da identidade étnica nessas disputas entre as autoridades tradicionais e os partidos políticos, e vice-versa?

Conclusão

As teorias instrumentalistas e mobilizacionistas têm ganhado ampla aceitação no meio acadêmico, mas ainda encontram resistência. Ainda que não, na literatura sobre etnicidade, guerra ou violência étnica, não se encontrem mais referências teóricas diretas sobre o primordialismo, pesquisas inteiras ainda são feitas a partir de bancos de dados formulados, como vimos, a partir de pesquisas de campo e coletas de padrões culturais de grupos que foram considerado étnicos por seus autores. Sendo assim, acreditamos que, quando se trata de análise de trabalhos envolvendo o assunto etnicidade, uma apreciação crítica cuidadosa deve ser feito da metodologia empregada.

Buscamos também mostrar que a etnicidade não é *somente* instrumentalista e mobilizacionistas. Se nos parece claro que esse é um componente real, ele não é o único. Complementando o caráter objetivo da etnicidade existe um caráter subjetivo, que envolve um meio de lidar com a cultura, como vimos no capítulo um e, mais que isso, afeta diretamente os indivíduos em um nível pessoal, psicológico, emocional. A identidade, quando mobilizada, influi diretamente no modo como os indivíduos se enxergam e enxergam aos outros. Esse é um aspecto que nunca deve ser ignorado, já que é exatamente a força das emoções que conferem a ela poder de coesão e ação política tão fortes.

A partir do exemplo da metodologia empregada por Daniel Posner, buscamos mostrar que existe uma série de cuidados metodológicos, consequências do modo como trabalhos com a etnicidade teoricamente e conceitualmente, que devem ser meticulosamente trabalhados para que se alcance o objetivo de apreender a realidade sociológica do fenômeno com precisão. Acreditamos que muitos estudos acabam tornando seus resultados imprecisos por não considerar esse aspecto.

Depois, traçamos algumas considerações teórico-metodológicas sobre o estudo de um fenômeno étnico especificamente no contexto africano. Os estudos africanos trazem algumas particulares que devem sempre ser levadas em consideração, e ainda mais no estudos de etnicidade: por se tratar de um fenômeno absolutamente dinâmico e que, ao mesmo tempo, toca o lado emocional e psicológico do indivíduo, processos decorrentes da situação colonial ou descolonizam afetam-lhe diretamente. Aliás, para alguns autores, é exatamente na situação colonial que etnicidade ganha tamanha importância que lhe projeta os efeitos para o quadro atual da política africana. Tivemos o cuidado de esclarecer bem os conceitos com quais trabalhamos, com a finalidade de evitar ambiguidades e imprecisões conceituais.

O capítulo seguinte buscou mostrar três cenários, três contextos em que a etnicidade tende a se exacerbar: competição política, dinâmicas urbanas e guerra civil. Os três cenários são realidade do caso angolano e, por isso, deve ser considerado em qualquer trabalho sobre a etnicidade no país.

O quarto e último, contornando a dificuldade do escasso material bibliográfico disponível (e os que estão disponíveis ainda contam com dificuldades metodológicas por estarem inseridos, por muito tempo, em um contexto de guerra civil e supressão de liberdades) buscou procurar na literatura indícios de que a etnicidade é m fenômeno relevante na realidade africana. Nossa hipótese, que contraria a opinião de muitos intelectuais e políticos, é que a mobilização da identidade étnica é um fato social importantíssimo na sociedade e política angolanas.

Buscamos no trabalho propor considerações teóricas e metodológicas que permitissem, em uma continuação da pesquisa, compreender a realidade angolana no que concerne a etnicidade com maior precisão possível. A pesquisa de campo também se mostra fundamental para reforçar o aparato teórico que utilizamos, que parece-nos ser o que tem mais condições de aprender os complexos fenômenos do mundo contemporâneo, não só em África como no mundo inteiro.

ANEXO

“Prompt Dialogue Script” – (POSNER, 2005, p. 298); traduzido integralmente (tradução nossa).

“Frank (Agnes): Bom dia, Richard (Joyce).

RICHARD (JOYCE): Bom dia, Frank (Agnes).

FRANK (AGNES): Porque você está tão animado(a)?

RICHARD (AGNES): Você não soube das novidades sobre o novo partido político?

FRANK (AGNES): Claro que sim. Estava nos noticiários ontem à noite. Mas é só mais um partido político. Nada para se animar.

RICHARD (JOYCE): Mas esse é diferente. O presidente desse novo partido é da nossa área. Agora teremos alguns de nosso próprio povo governando o país.

FRANK (AGNES): Estou surpreso de te ouvir dizer isso, Richard (JOYCE).

RICHARD (JOYCE): Só estou sendo honesto. Se um homem de nossa área se torna presidente, seremos beneficiados. Ele irá indicar ministros de nossa área que certamente vão garantir que nós tenhamos desenvolvimento aqui.

FRANK (AGNES): Richard (Joyce)! Não acredito que esteja realmente ouvindo você falar uma coisa dessas! Nós não deveríamos apoiar um partido político só porque o presidente é de nosso grupo! Nós deveríamos apoiar o presidente que é mais capaz de distribuir bens e serviços para a população. São esses que deveríamos escolher, não importa de que grupo eles venham. Se escolhermos um homem de nossa área que nunca foi para a escola antes, como ele poderia ser qualificável para o posto? Como ele poderia fazer um bom trabalho? E o mesmo é válido para os ministros. Indicações deveriam ser feitas baseadas nas habilidades das pessoas, e não no grupo de onde ela vem.

RICHARD (JOYCE): Só estou te dizendo o que sinto. Se um homem de nossa área se torna Presidente ou uma ministro de gabinete, pessoas de nossa área vão se beneficiar. Ele pode nos entender porque ele é um de nós. Claro que deveríamos escolher alguém escolarizado. Mas há muitas pessoas escolarizadas da nossa área. E no fim, nós só podemos confiar em alguém do nosso próprio grupo.

FRANK (AGNES): Richard (Joyce)! Nós pensamos tão diferente que é difícil acreditar que viemos da mesma vila! Para mim, e eu acho que para a maioria das pessoas, ser da Zâmbia é muito mais importante do que ser membro de um grupo particular.

RICHARD (JOYCE): Frank (Agnes), você me conhece desde que eu era garoto(a). Eu também sou zambiano. Eu servi no exército. Quando o time nacional joga, eu torço pela Zâmbia. Mas na política, eu apoio as pessoas que vieram da minha área. Só estou sendo honesto(a) com você. Quando se trata de política, eu sou membro do nosso grupo primeiro e depois da Zâmbia.

FRANK (AGNES): Bom, você tem que fazer o que você acha que é o melhor. Mas eu discordo. E você está errado se você acha que outras pessoas da nossa área vai apoiar esse partido só porque seu presidente é do nosso grupo. Estamos em 1995, não 1965.

RICHARD (JOYCE): Só estou te falando a realidade da política de hoje. Essa não é mais a política de antigamente, quando Kaunda estava governando. Os dias de “Uma Zâmbia, Uma Nação” acabaram-se. Agora é política multipartidária, e a realidade hoje é que, se a gente não apoia pessoas do nosso próprio grupo, seremos dominados por pessoas de outras áreas que o fazem.

FRANK (AGNES): De novo, eu discordo. Uma coisa que o Presidente Kaunda fez foi trazer a unidade nacional. “Uma Zâmbia, Uma Nação” trouxe casamentos entre grupos e casamentos entre grupos trouxe unidade. Zâmbia continua uma nação. Política multipartidária não mudou isso.

RICHARD (JOYCE): Não estou falando que a Zâmbia vai se tornar uma Ruanda. Só estou dizendo que as coisas mudaram. Olha todos os novos partidos. A maioria deles é dominada por pessoas de uma determinada área. Olha paras as divisões dentro dos vários partidos. Elas são baseadas em diferenças entre pessoas de diferentes grupos. Olha pro atual governo. Pessoas de uma área estão dominando o gabinete.

FRANK (AGNES): Eu acho que você está exagerando as coisas, meu amigo. Essas divisões de que você tem falado não são nem de perto tão importantes nos dias de hoje. E, além disso, mesmo se você estiver certo, divisões entre pessoas de diferentes áreas importam o mesmo tanto na política que na Segunda República.

RICHARD (JOYCE): Bom, para duas pessoas que cresceram juntas, nós certamente encontramos muitas coisas pra discordar. Você tem suas ideias, e eu tenho as minhas. Imagino que seja isso que significa liberdade de expressão.

FRANK (AGNES): Agora tem algo sobre o qual nós podemos discordar! Nós podemos concordar em discordar!”

Referências

ALBUQUERQUE, C. **Angola: a cultura do medo.** Carnaxide, Portugal: Editora Livros do Brasil, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; FENART, J. S. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de FREDERICK BARTH.** Trad. Élcio Fernandes. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BAYART, J. **L'État en Afrique: La Politique du Ventre.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 2006.

BHAVNANI, Ravi; MIODOWNIK, Dan. **Polarization, Ethnic Salience and Civil War.** The Journal of Conflict Resolution, Vol. 53, No.1 (Feb., 2009), pp.30-49.

BOSSUROY, Thomas. **Ethnic Solidarity and the Individual Determinants of Ethnic Identification.** Working paper 242. September 2011

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal) 16a ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BRASS, P. R. Ethnicity and Nationalism In: HUTCHINSON, J.; SMITH, A. D. (editors). **Ethnicity.** New York: Cambridge University Press, 1996.

BRUBAKER, Rogers; LAITIN, David D. **Ethnic and Nationalist Violence.** Annu. Ver. Sociol. 24. 1998. pp. 423-452

CAHEN, M. **Ethnicité Politique: pour une lecture realiste de l'identité.** Paris: L'Harmattan, 1994.

CARVALHO, P. de. **As autoridades tradicionais perante os desafios da coesão nacional.** *In:* Revista Angolana de Sociologia. Junho de 2010, números 5 e 6, pp. 107-116, 2010. Sociedade Angolana de Sociologia.

CEDERMAN, Lars-Erik; WEIDMANN, Nils B.; GLEDITSCH, Kristian Skrede. **Horizontal Inequalities and Ethnonationalist Civil War: A Global Comparison.** American Political Science Review. Vol. 105, No.3 August 2011.

CHABAL, P. DALOZ, J. **Africa Works: Disorder as Political Instrument.** (African issues). USA: James Currey and Indiana University Press, 1999.

CHABAL, P. **Africa: Politics of Suffering and Smiling.** London: Zed Books, 2009.

_____. **Power in Africa: An Essay in Political Interpretation.** New York: St. Martin's Press, 1998.

CHRISTIA, F. **Alliance Formation in Civil Wars.** New York: Cambridge University Press, 2012.

COHEN, A. **Ethnicity and Politics** *In:* HUTCHINSON, J.; SMITH, Anthony. A. D. (editors). *Ethnicity.* New York: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Introduction: The Lesson of Ethnicity.** *In:* COHEN, A. (Editor). *Urban Ethnicity.* New York: Routledge, 2011.

DAVAKAN, B. A. **Repenser les nations africaines : Identités, citoyenneté et démocratisation en Afrique subsaharienne.** Paris: L'Harmattan, 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã. Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Dederico Neiburg – Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FEARON, James D.; KASARA, Kimuli.; LAITIN, David D. **Ethnic Minority Rule and Civil War Onset.** American Political Science Review. Vol. 101, No.1. February 2007.

FEARON, James D; LAITIN, David D. **Ethnicity, Insurgency, and Civil War**. American Political Science Review. Vol.97, No.1 February 2003.

_____. **Violence and the Social Construction of Ethnic Identity**. International Organization, 54, 2000. pp. 845-877.

FLORÊNCIA, F.; LOURENÇO, V. A. **Introdução**. Cadernos de Estudos Africanos (online). 16/17/2008, posto online no dia 22 de Julho 2012, consultado o 12 Setembro 2013. URL: <http://cea.revues.org/176>

FORQUILHA, S. C. O Paradoxo da Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias em Moçambique: Do discurso sobre a descentralização à conquista dos espaços políticos a nível local. In: **Caderno de Estudos Africanos (online)**, 16/17/2008. Posto online no dia 22 de Julho 2012, consultado o 05 de Setembro de 2013. URL: <http://cea.revues.org/187> ; DOI: 10.400/cea.187

HERNST, J. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

KALYVAS, S. N. **The Logic of Violence in Civil War**. New York: Cambridge University Press, 2006.

KALYVAS, Stathis; BALCELLS, Laia. **International System and Technologies of Rebellion: How the End of the Cold War Shaped Internal Conflict**. American Political Science Review. Vol.104, No.3, August 2010.

KAJIBANGA, V. **Culturas étnicas e cultura nacional: uma reflexão sociológica sobre o caso angolano**. In: Revista Angolana de Sociologia. Junho de 2010, números 5 e 6, pp. 97 – 105. 2010, Sociedade Angolana de Sociologia.

KALYVAS, Stathis N. **Civil Wars**. In: **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Edited by GEOODIN, Robert E. Etilly, Charles. United States: Oxford University Press, 2006.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?:entrevista com René Holestein**.Tradução Carlos Aboim de Brito. – Rio Janeiro: Pallas, 2009.

KRAUSE, Volker: SUZUKI, Susumu. **Causes of Civil War in Asia and Sub-Saharan Africa: A Comparison**. Social Science Quarterly, Volume 86, Number 1, March 2005

LOURENÇO, V. A. **Estado, Autoridades tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas**.Cadernos de Estudos Africanos (online), 16/17/2008, posto online no dia 22 Julho 2012, consultado o 07 Setembro de 2013. URL: <http://cea.revues.org/189> DOI: 10.400/cea.189.

LYALL, Jason. **Are Coethnics More Effective Counterinsurgents? Evidence from the Second Chechen War**. American Political Science Review. Vol.104, No.1 February 2010.

MALAQUIAS, A. **Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation**.<http://www.issafrica.org/pubs/books/Angola/6Malaquias.pdf> Acessado em: 01/07/2014

MBONIMPA, M. **Ethnicité et démocratie en Afrique: L'homme tribal contre l'homme citoyen?** Paris: L'Harmattan, 1994.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. New York: Cambridge University Press, 2001.

MENEZES, S. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**.Prefácio de Paul Singer. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000.

MESSIANT, C. **L'Angola postcolonial. Vol. 1: Guerre et Paix sans democratization. Préface de Georges Balandier.** Paris: Éditions Karthala, 2008.

_____. **L'Angola postcolonial. Vol. 2: Sociologie Politique d'une oléocratie.** Paris: Éditions Karthala, 2008.

MIN, Brian; CEDERMAN, Lars-Erik; WIMMER, Andreas. **Ethnic Politics and Armed Conflict: A Configurational Analysis of a New Global Data Set.** *American Sociological Review* 74:316. 2009.

MOZAFFAR, Shaheen; SCARRITT, James R.; GALAICH, Glen. **Electoral Institutions, Ethnopolitical Cleavages, and Party Systems in Africa's Emerging Democracies.** *American Political Science Review*. Vol.97, No.3 August 2003.

MUNANGA G.T., Albert Muluma. **Sociologie général et africaine: les sciences sociales et les mutations des sociétés africaines.** Préface de Clément Mwabila Malela. Kinshasa: L'Harmattan, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos.** *II RIHA*, 1996: 297-300

ORRE, A. **Fantoches e Cavalos de Tróia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique.** *Cadernos de Estudos Africanos* (online), 16/17/2008, posto online no dia 22 de Julho 2012 consultado o 07 de Setembro 2013. URL: <http://cea.revues.org/190> ; DOI: 10.4000/cea.190.

OTAYEK, René. **Pluralisme Culturel et Régime(s) Politique(s). Un essai de comparaison Afrique/ Monde Arabe.** Revue internationale de politique comparée, 2013/ 2 Vol 20. P. 101-123. DOI : 10.3917/ripc.202.0101

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do Ultramar Português, Possibilidades para Angola : o debate político em torno do problema colonial (1951-1975).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Mestre, em 2009.

PARIS, R. **At war's end: Building Peace After Civil Conflict.**New York: Cambridge University Press, 2004.

PEREIRA, Jose Maria Nunes. **Colonialismo, Racismo, Descolonização.** Caderno Cândido Mendes – Estudos Afro-Asiáticos 2. Rio de Janeiro, maio-agosto de 1978.

PERROT, Claude-Helène. **Les autorités traditionnelles et l'État modern en Afrique Subsharienne au début du XXIE Siècle.**Cadernos de Estudos Africanos (online), 16/17/2008, posto online no dia 22 de Julho de 2012, consultado o 18 de agosto 2013. URL: <http://cea.revues.org/179> ; DOI: 10.4000/cea.179

POSNER. D. N. **Institutions and Ethnic Politics in Africa.**New York: Cambridge University Press, 2005.

POUTIGNAT, P. ; FENART, J. S. **Teorias da etnicidade: seguio de grupos étnicos e suas fronteiras de FREDERICK BARTH.**Tradução de Élcio Fernandes. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

SANGO, A. de O. J. **O Modelo Político Angolano: Perspectivas.**Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, em São Paulo, fevereiro de 2002.

SERRANO, C. **Angola: Nascimento de uma Nação – um estudo sobre a construção da identidade nacional.**Luanda: Editora Kilombelombe, 2008.

STAVENHAGEN, R. **Ethnic Conflicts and the Nation-State.**United Nations Research Institute for Social Development.New York: St. Martin's Press, Inc., 1996.

STONE, J.; RUTLEDGE, D. (editors) **Race and Ethnicity: Comparative and Theoretical Approaches.** Blackwell Readers in Sociology.United Kingdom: Blackwell Publishers Ltd, 2003.

SYLLA, L. **Tribalisme et Parti Unique en Afrique Noir: Esquisse d'une theorie generale de l'integration nationale.**Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

TILLY, C. **Stories, Identities and Political Change.**Oxford, UK: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002.

VENÂNCIO, José Carlos. **O fato africano: elementos para uma sociologia da África.**Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

VIDAL, N.; ANDRADE, J. P. de. **Sociedade Civil e Política em Angola: Enquadramento Regional e Internacional.**Luanda: Ed. Firmamento, 2008.

VISENTINI, P. F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia.**Direção (da coleção) Émilia Viotti da Costa. – São Paulo: Editora Unesp, 2012.

WEBER, M. The Origins of Ethnic Groups.In: HUTCHINSON, Jonh, SMITH, Anthony. D. (editors).**Ethnicity.**New York: Cambridge University Press, 1996.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.**Volumes 1 e 2.Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília,

DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999 .

WEIDMANN, Nils B. **Violence “from above” or “from below”? The Role of Ethnicity in Bosnia’s Civil War.** The Journal of Politics. Vol 73, No.4, October 2011, pp 1178-1190.

WEINSTEIN, J. M. **Inside Rebellion: the politics of Insurgent violence.** New York: Cambridge University Press, 2007.

WIMMER, A. **Waves of War: Nationalism, State Formation, and Ethnic Exclusion in the Modern World.** USA: Cambridge University Press, 2013.

WOOD, E. J. **Forging Democracy from Below: Insurgent Transitions in South Africa and El Salvador.** New York: Cambridge University Press, 2000.

YILA, A.; NSIKA-NKAYA, H. **Le tribalisme en question.** Préface de Paul Nzete. Paris: L’Harmattan, 2005

African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development , United Nations Development Programme. **Perspectivas Econômicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão social. 2015.**